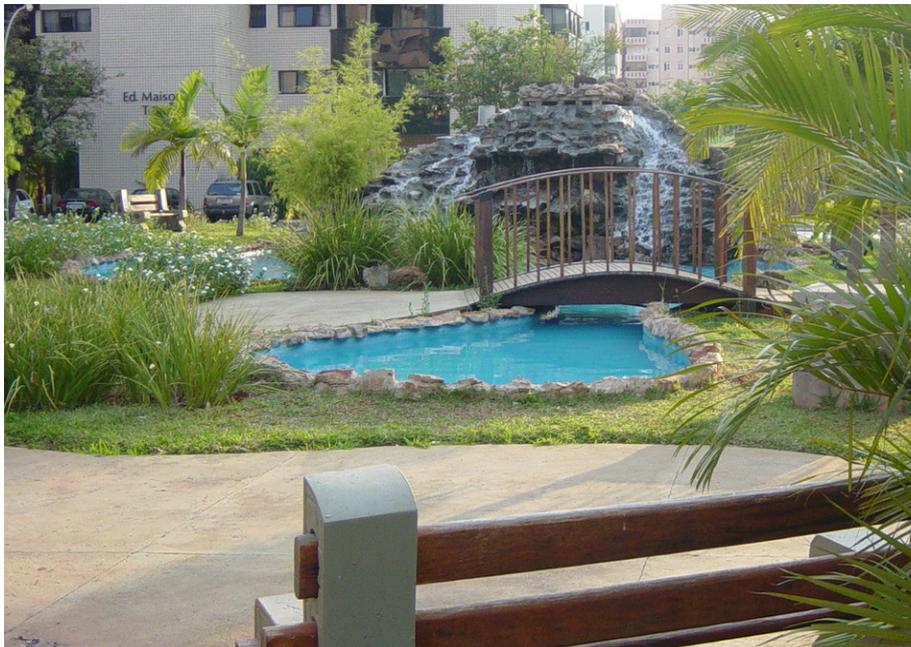


Universidade de Brasília
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo
Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Linha de Pesquisa: Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade

**TRATAMENTO PAISAGÍSTICO DE ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS DE SUPERQUADRAS DO SETOR SUDOESTE:
o abandono da concepção modernista.**

Delayse Maria Teles



Brasília – DF

FICHA CATALOGRÁFICA

712.25
(817.4)
T269

Teles, Delayse Maria

Tratamento paisagístico de espaços livres públicos de superquadras do Setor Sudoeste: o abandono da concepção modernista / Delayse Maria Teles. – 2005. 168 f. ; 30 cm.

Orientador: Vicente Barcellos
Dissertação(m)- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, 2005

CDU

1 . Arquitetura paisagística 2. Urbanismo 3. Espaços livres públicos - paisagismo

2005

Universidade de Brasília - UnB
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU
Programa de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPG
Curso de Mestrado em Arquitetura e Urbanismo
Linha de Pesquisa: Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade

DELAYSE MARIA TELES

**TRATAMENTO PAISAGÍSTICO DE ESPAÇOS LIVRES
PÚBLICOS DE SUPERQUADRAS DO SETOR SUDOESTE:
o abandono da concepção modernista.**

Dissertação de mestrado

Orientador: Prof. Dr. Vicente Barcellos

**Brasília – DF
2005**

TERMO DE APROVAÇÃO

TRATAMENTO PAISAGÍSTICO DE ESPAÇOS LIVRES PÚBLICOS DE SUPERQUADRAS DO SETOR SUDOESTE: o abandono da concepção modernista.

Delayse Maria Teles

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília, na Linha de Pesquisa Paisagem, Ambiente e Sustentabilidade.

Prof. Dr. Vicente Barcellos

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

Prof.^a Dr.^a Cláudia Amorim

Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Gustavo Alexandre Cardoso Cantuária

Departamento de Arquitetura e Urbanismo
IESPLAN DF

Brasília (DF), 15 de dezembro de 2005.

Aos meus pais,
primeiros incentivadores de meus estudos.

A Gustavo, Larissa e Adriano, meus filhos,
pelo carinho e apoio neste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao professor e orientador Vicente Barcellos, que me auxiliou na pesquisa, que me mostrou como melhor atingir o objetivo da dissertação.

Ao professor Ademir Araújo Filho - mais que editor e revisor um amigo - que com interesse e incentivo me ajudou na clareza dos textos. Obrigada pela paciência, pelos ensinamentos.

À professora Marta Romero, pela amizade e pelas aulas de bioclimatismo, que me aproximaram do tema desenvolvimento sustentável.

Às novas amigas que tanto me enriqueceram nesse período, especialmente Paulo, Bey, Grego, Arthur, Luis Márcio, Wladimir, Paulinha, Valéria, Marie Lou, Nina e Daniela.

À mais constante companheira de trabalhos em grupo, Juliana Garrocho, especialmente na solidariedade com que não me permitiu recuar de nossa empreitada. Agradeço seu sorriso farto, sua amizade.

À Liza Andrade, que muito me ensinou com sua grandeza d'alma, seu jeito mineiro de tudo partilhar; por estar sempre presente e repassar informações acadêmicas; pelas adoráveis reuniões extraclasse.

À Laís Kutchensky, pelos momentos em viagens, bibliotecas, palestras, congressos, buscando aperfeiçoamento e material para pesquisa e encontrando no caminho o crescimento de nossa amizade.

À amiga Darja destaco a precisão e a atenção, o gesto amigo, a acolhida surpreendente, num momento difícil.

Ao amigo Valério Medeiros, que me legou contribuições acadêmicas e modelagens, que fez a grande diferença pelo precioso incentivo que tornou possível completar este trabalho.

A professores e funcionários da pós, com quem convivi nos anos do mestrado, agradeço os ensinamentos que faziam falta em minha vida profissional.

À memória da professora Lucila, que orientou meus primeiros estudos e me influenciou na postura crítica com relação ao paisagismo.

À professora Vênus pelas contribuições ao tema, pela cessão e pela indicação de livros.

À Sonja, pela montagem de mapas. À Thais Pompeu, por colaborar em fotos.

Finalmente, minha gratidão a Adriano e Paloma, fiéis companheiros, pela ajuda, compreensão e paciência, que sempre estiveram ao meu lado principalmente tentando sanar minhas limitações com o uso do computador e que torceram pelo êxito do trabalho.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	vi
LISTA DE GRÁFICOS	x
LISTA DE QUADROS	x
LISTA DE SIGLAS	x
RESUMO e ABSTRACT	xi
INTRODUÇÃO	2
<u>PARTE 1 – REFERENCIAL TEÓRICO</u>	9
CAPÍTULO 1 – ARQUITETURA DA PAISAGEM	10
1.1 Alicerces Conceituais e Históricos.....	11
1.2 Desenvolvimento do Campo da Arquitetura da Paisagem.....	15
1.3 Arquitetura da Paisagem Modernista e Contemporânea no Brasil.....	30
1.3.1 Antecedentes e contextualização.....	30
1.3.2 Ares de modernidade.....	37
1.3.3 Importância de Burle Marx.....	39
1.3.4 Outros nomes e novos desafios.....	49
CAPÍTULO 2 – CONCEPÇÃO MODERNISTA DOS ESPAÇOS LIVRES	62
2.1 Espaços Livres Urbanos como Solução.....	63
2.1.1 Legado de Olmsted.....	67
2.1.2 Cidade-jardim e Howard.....	76
2.1.3 Contribuições de Le Corbusier.....	82
2.2 Espaços Livres Urbanos de Brasília: Concepções de Lúcio Costa.....	88
<u>PARTE 2 – ESTUDO DE CASO</u>	101
CAPÍTULO 3 - SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE (SHCSW)	102
3.1 Antecedentes e Condicionantes da Criação do Setor.....	102
3.1.1 Ordenamento do solo.....	106
3.1.2 Documento Brasília Revisitada.....	109
3.2 Projeto Urbano e Aspectos Gerais.....	115
3.3 Tratamento Paisagístico do Setor Sudoeste.....	127
3.3.1 – Caracterização.....	130
3.3.2 – Análise da situação existente.....	146
CONCLUSÕES	156
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	160
ANEXOS	167

LISTA DE FIGURAS

As fontes das figuras estão citadas nas respectivas legendas. No caso específico das fotos da autora do capítulo 3 não se faz a citação.

A numeração das figuras distribuídas nas páginas segue a seqüência de cima para baixo, da esquerda para direita.

CAPÍTULO 1

1.1: <i>El Novillero</i>	17
1.2: Jardins para a Reserva <i>Bloede</i>	17
1.3: Croquis de Garret Eckbo	18
1.4: Croquis de Garret Eckbo	18
1.5: <i>Eagle Rock Park</i>	18
1.6: Método de projeto paisagístico de Ian McHarg	21
1.7: <i>Poets Garden</i> (1959). Ernst Cramer	22
1.8: <i>Poets Garden</i> (1959). Ernst Cramer	22
1.9: Planta da Fonte <i>Tanner</i>	23
1.10: Croqui. Fonte <i>Tanner</i>	23
1.11 e 1.12: Fonte <i>Tanner</i>	23
1.13, 1.14 e 1.15: <i>The Children's Park e Promenade</i>	24
1.16: <i>Parc de la Villette</i> 1993. Bernard Tschumi	25
1.17 e 1.18: Canal que corta o parque <i>La Villete</i>	25
1.19: Detalhe de uma das <i>folies</i> .	25
1.20: Sala esférica de projeção cinematográfica Geodésia.	25
1.21 e 1.22: Jardim dos Bambus	26
1.23: <i>Parc de La Villete</i>	26
1.23: <i>Parc de La Villete</i>	27
1.25 e 1.26: <i>The Federal Courthouse Plaza</i>	27
1.27: Revival do jardim persa <i>The Citadel</i>	28
1.28: <i>Nexus Kashi III Housing Project</i>	28
1.29, 1.30 e 1.31: Planta da <i>Piazza dtália</i> , (1975-79) Charles Moore	29
1.32: <i>Beverlly Hills Civic Center</i>	29
1.33: <i>Tsukuba Civic Center</i>	29
1.34: Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro	33
1.35: Alargamento da Rua Uruguaiana, Rio de Janeiro (1905)	33
1.36: Introdução de mobiliário urbano	34
1.37: Residência da Rua Santa Cruz	38
1.38: Residência da Rua Itápolis, Higienópolis	38
1.39: Abaporu	38
1.40: Planta baixa esquemática do Jardim de Casa Forte	40
1.41: Jardim de Casa Forte	40
1.42: Vegetação aquática	40
1.43: Jardim de Casa Forte	40
1.44: Praça Euclides da Cunha	41
1.45: Perspectiva de estudo para o Cactário da Madalena	41
1.46: Jardins do edifício do antigo Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro	42
1.47: Jardins do térreo e do terraço em formas amebóides	42
1.48: Jardins do terraço	42
1.49: Planta esquemática do Parque do Flamengo	43
1.50: Parque do Flamengo	43
1.51: Edifício Petrobrás, Rio de Janeiro	43
1.52: Calçada da Av. Atlântica	43
1.53: Planta triangular da Praça Duque de Caxias	44
1.54: Esculturas de concreto	44

1.55: Praça Duque de Caxias	44
1.56: Praça Duque de Caxias	44
1.57: Jardins do Ministério da Justiça	44
1.58: Teto-jardim. Banco SAFRA	44
1.59: Jardim aquático externo	45
1.60: Espelho d'água	45
1.61: Jardim aquático interno	45
1.62: Vista do jardim do terraço	45
1.63: Planta Baixa geral, jardins internos e externos	45
1.63a: Planta baixa do jardim do terraço	45
1.64, 1.65 e 1.66: Jardim do terraço	45
1.67: Planta da Superquadra 308 Sul	46
1.68 e 1.69: SQS 308	47
1.70: Tanque de areia com elementos em concreto	47
1.71: Árvores com galhos baixos para brincadeiras da criança.	47
1.72: Espaços livres no interior da superquadra	48
1.73: Parquinho infantil junto à Escola Classe	48
1.74 e 1.75: SQS 308	48
1.76, 1.77 e 1.78: Rua das Flores	51
1.79: Parque de Educação ambiental Prof. Mello Barreto	52
1.80: Parque da Gleba E. Restinga implantada	52
1.81 e 1.82: Parque Celso Daniel. Santo André (SP)	53
1.83 e 1.84: Parque Barigui, Curitiba – PR	53
1.85: Parque Barigui, Curitiba – PR	54
1.86, 1.87 e 1.88: Parque das Pedreiras (Teatro Ópera de Arame), Curitiba – PR	54
1.89, 1.90 e 1.91: Bosque Zaninello	55
1.92, 1.93 e 1.94: Parque Tanguá	55
1.95: Casa das Onze Janelas	56
1.96, 1.97 e 1.98: Mirante para o Rio. Belém (PA)	56
1.99 e 1.100: Praça Itália, Porto Alegre	57
1.101 e 1.102: Pontão do Lago Sul, Brasília - DF	57
1.103 e 1.104: Jardim Botânico, Curitiba – PR	58
1.105 e 1.106: Bosque do Papa, Curitiba – PR	58
1.107 e 1.108: Bosque Alemão, Curitiba – PR	58
1.109, 1.110, 1.111 e 1.112: Centro Empresarial Itaú Conceição	59
1.113: Centro Empresarial Itaú Conceição	60
1.114, 1.115 e 1.116: Centro Empresarial Itaú Conceição	60
1.117: Uso do pingo de ouro em calçadas de Curitiba – PR	61
1.118: Pingo de ouro em projetos da nova orla da Ponta Negra, Manaus – AM	61
1.119: Pingo de ouro nas superquadras de Brasília – DF	61

Capítulo 2

2.1: <i>Birkinhead Park</i>	68
2.2 e 2.3: <i>Central Park</i> de Nova York	69
2.4: Plano do Central Park	70
2.5: Separação de vias e introdução de pontes	70
2.6: Planta do <i>Emerald Necklace</i>	72
2.7: <i>Riverway</i>	72
2.8 e 2.9: Conj. Habitacional <i>Riverside</i> , Chicago, EUA	73
2.10: Plano geral para o Conjunto Habitacional <i>Riverside</i> , Illinois	73
2.11: Planta do paisagismo do Capitólio	75
2.12: Capitólio, Washington	75
2.13: Diagrama de Howard	77
2.14: Diagrama de Howard	77
2.15: Diagrama dos três imãs	78
2.16, 2.17, 2.18, 2.19 e 2.20: <i>Letchworth</i>	80
2.21: Agrupamento de cidades	81
2.22: Le Corbusier e as áreas verdes	82

2.23: Desenho de Le Corbusier	83
2.24: Croqui de Le Corbusier	83
2.25: Preocupações de Le Corbusier	84
2.26: Projeto de Le Corbusier	85
2.27: Croqui do plano urbanístico para Marseille, Le Corbusier	86
2.28: Edifício residencial sobre pilotis construído em Marseille	86
2.29: Projeto de Chandigarh	87
2.30: Chandigarh	87
2.31: <i>Rose Garden</i> , Chandigarh, Índia	87
2.32: Risco preliminar do Plano Piloto	88
2.33: Escala monumental e ao fundo escala gregária	90
2.34: Escala bucólica do Cerrado	91
2.35: A organização urbana articulada em 4 escalas	91
2.36: A articulação das escalas urbanas	92
2.37 e 2.38: Escala residencial, SQS 308	93
2.39: Arborização de uma superquadra do Plano Piloto	93
2.40: Cinta arborizada para as superquadras	93
2.41: Escala residencial e ordenamento do espaço no Plano Piloto	94
2.42: A organização da paisagem urbana	95
2.43: Escala gregária. Edifícios torres e adensamento visual	95
2.44: Croqui de Lúcio Costa	96
2.45: <i>La Ville Verte</i>	97
2.46: Arborização do comércio local do Plano Piloto	98
2.47: Croquis de Lúcio Costa	98
2.48: Conjunto residencial Parque Guinle, Rio de Janeiro –RJ	99

Capítulo 3

3.1, 3.2 e 3.3: Espécies do Cerrado	104
3.4: Localização do Setor Sudoeste	105
3.5: Bacia do Lago Paranoá	106
3.6: O Distrito Federal e a Estrada Parque do Contorno – EPCT	107
3.7: Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT)	108
3.8: Escalas urbanas dentro do perímetro de tombamento	110
3.9: Brasília Revisitada	112
3.10: Deslocamento para leste	113
3.11: Projeto urbano para o Setor Sudoeste	114
3.12: Conjunto urbanístico tombado de Brasília	115
3.13: Foto aérea do Setor Sudoeste	116
3.14: Entorno e Limites do Setor Sudoeste	117
3.15: Setor Sudoeste	118
3.16: Curvas de nível e bacia de drenagem do Rio Paranoá	118
3.17: Mapa de Vegetação à época da implantação do Sudoeste	121
3.18: Foto aérea antes da implantação do Sudoeste	121
3.19: Uso e Ocupação do Solo do Setor Sudoeste	123
3.20: Evolução das superquadras do Setor Sudoeste	125
3.21: Superquadras e Comércio Local do Setor Sudoeste	126
3.22: Superquadras investigadas em destaque	128
3.23: Setor Sudoeste	129
3.24: SQSW 104	131
3.25: SQSW 103	131
3.26 e 3.27: SQSW 302 e SQSW 102	131
3.28 e 3.29: Alguns exemplares das espécies nativas tombadas	132
3.30 e 3.31: Predomínio de arbustos e palmeiras	132
3.32 a 3.34: Emolduramento com poucos elementos arbóreos	133
3.35: Mapa Elemento Vegetação I	133
3.36 a 3.40: Vegetação nas faixas de emolduramento	133
3.41 a 3.43: Cercas vivas	134
3.44: Mapa Elemento Vegetação II	134

3.45 a 3.47: Cercas vivas	134
3.48 e 3.49: Plantio recente	135
3.50: Mapa Elemento Vegetação III	135
3.51 e 3.52: Principais espaços livres no interior de superquadras	135
3.53 a 3.55: Topiaria utilizada em elemento arbóreo individual ou em conjunto	136
3.56: Mapa Elemento Vegetação III	136
3.57 a 3.59: Ampla utilização da topiaria	136
3.60 a 3.63: Bordaduras circundando edifícios e caminhos de pedestres	137
3.64: Estacionamento residencial na SQSW 102	138
3.65: Parte da área comercial das superquadras do Setor Sudoeste	138
3.66 e 3.67: Aspectos gerais dos estacionamentos das áreas comerciais	138
3.68 e 3.69: Jardim seco	139
3.70 e 3.71: SQSW 302 G	139
3.72: Espirobol	140
3.73: Conjunto de equipamentos	140
3.74: Tabela de basquete	140
3.75: Mapa Pequenos Elementos Construídos	140
3.76: SQSW 303. Equipamento de ginástica	140
3.77 a 3.82: Parquinhos infantis	141
3.83 a 3.88: Variedade de mobiliário urbano	142
3.89: SQSW 101	143
3.90: SQSW 304	143
3.91: SQSW 103	143
3.92 e 3.93: Emprego de trepadeiras nos pergolados	144
3.94: Emprego de vegetação arbustiva e de herbáceas	144
3.95 a 3.97: Diferentes arranjos de mobiliário	144
3.98 e 3.99: Epelho d'água e cascata	145
3.100: Mapa do Elemento Água	145
3.101 e 3.102: Lagunho de feição bucólica (SQSW 102) e fonte eclética	145
3.103: Arranjos de blocos	147
3.104 e 3.105: Manutenção bem cuidada do tratamento paisagístico	148
3.106 e 3.107: Presença de solo exposto para a implantação do setor	148
3.108: Vista aérea do Setor Sudoeste	149
3.109 e 3.110: Cercas vivas como barreiras	150
3.111: Casinha de boneca (SQSW 301)	151
3.112: Plaquinha educativa	151
3.113: SQS 102-302, 103-303, 104-304 e 105-305	152
3.114: SQS 106-306 e 105-35	153
3.115: Emolduramento em renque duplo na asa sul	153
3.116: Jardineiras cobertas SQS 308	154
3.117: Recantos ao ar livre nos jardins. SQSW 102	154
3.118, 3.119 e 3.120: Jardins mais elaborados na Asa Norte	155

LISTA DE GRÁFICOS

As fontes dos gráficos estão citadas na respectiva legenda

Gráfico 3.1 : Temperaturas no Distrito Federal	119
Gráfico 3.2 : Precipitações, Nebulosidade e Insolação no Distrito Federal	120

LISTA DE QUADROS

As fontes dos quadros estão citadas na respectiva legenda. No caso do quadro da autora não se faz a citação.

Quadro 1.1 : Categorias de análise da paisagem	13
Quadro 3.1 : Estações do ano no Distrito Federal	119
Quadro síntese 1	152

LISTA DE SIGLAS

CAUMA	– Conselho de Arquitetura e Urbanismo e Meio Ambiente
CIAM	– Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CODEPLAN	– Companhia de Desenvolvimento do Planalto Central
CREA	– Conselho Regional de Engenharia, Agronomia e Arquitetura
DNMET	– Departamento Nacional de Meteorologia
DPJ	– Departamento de Parques e Jardins
EIA	– Estudos de Impactos Ambientais
EPCT	– Estrada Parque do Contorno
GDF	– Governo do Distrito Federal
IPHAN	– Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MDE	– Memorial Descritivo
NOVACAP	– Companhia Urbanizadora da Nova Capital
PEOT	– Plano de Estruturação e Organização Territorial do Distrito Federal
PDOT	– Plano Diretor de Ordenamento Territorial
POT	– Plano de Ordenação Territorial
POUSO	– Plano de Ocupação e Uso do Solo
RIMA	- Relatório de Impactos Ambientais
SEDUH	– Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEMATEC	– Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia
SHCSW	– Setor de Habitações Coletivas Sudoeste
SHCNW	– Setor de Habitações Coletivas Noroeste
TERRACAP	– Companhia Urbanizadora de Brasília
UnB	– Universidade de Brasília
UNESCO	– Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

Este trabalho enfoca o tratamento paisagístico dos espaços livres das superquadras do Setor Sudoeste de Brasília, no Distrito Federal. Inicia pelos principais conceitos e profissionais que ajudaram a consolidar a arquitetura da paisagem no século XX. Aborda a concepção dos espaços livres inseridos na malha urbana como uma das soluções aos problemas decorrentes das transformações econômicas e sociais produzidas pelo processo da industrialização. Confronta as concepções do paisagismo modernista e as idéias de Lúcio Costa para o tratamento paisagístico de Brasília - presentes no Relatório do Plano Piloto e em outros textos – com o que hoje se observa nos espaços livres públicos das superquadras. A dissertação trata do contexto de criação do Setor Sudoeste, passa pelas idéias que levaram ao projeto e pelas promessas de se reproduzir o ideal de cidade-parque em suas superquadras, até identificar elementos que indicam o abandono da concepção modernista de paisagem pensada para ser reproduzida ali.

Palavras-chave: arquitetura paisagística, tratamento paisagístico, cidade-parque, espaços livres públicos urbanos.

ABSTRACT

This study focuses on the landscaping of the open spaces in the “superquadras” of the Southwest Sector (“Setor Sudoeste”) in Brasilia, Distrito Federal. The study begins with the main concepts and professionals that helped to consolidate landscape architecture in the twentieth century and examines the concept of open spaces embedded into the urban fabric as a solution to the problems resulting from the social and economic changes generated by the industrialization process. Modernist landscaping concepts and Lucio Costa’s ideas for the landscaping of Brasilia – found in the Plano Piloto Report as well as in other documents – are contrasted with what is observed in the open public spaces of the “superquadras”. This dissertation deals with the context in which the Southwest Sector was created, the ideas that led to the project and the promises of reproducing the park-city ideal in the “superquadras”, to finally identify the elements that indicate the abandonment of the modernist landscaping concept meant to be reproduced there.

O projeto de paisagismo situa-se sempre no limiar de conflitos. Conflito entre cidade e campo (entre meio urbano e meio rural), entre o interior e o exterior dos edifícios (entre o “dentro” e o “fora” e também entre o público e o privado). Conflito entre o social e o natural, o que determina seu caráter sintético e o formal e o estético.

Pellegrino (2000:163)

INTRODUÇÃO

Em 2005 Brasília completou quatro e meia décadas, destacando-se pela intensa arborização de seus espaços livres públicos e contando com um dos mais altos índices no Brasil em área verde por habitante. Contrariamente a cidades "que se conformam e se ajustam à paisagem, no cerrado deserto e de encontro a céu imenso, como em pleno mar, a cidade criou a paisagem" (Costa, 1995:303). Imaginada no século XVIII, sonhada no século XIX¹ e implantada no século XX, projetou-se nos moldes modernistas expressos no Relatório do Plano Piloto de Lúcio Costa, na arquitetura monumental de Oscar Niemeyer e no paisagismo de Burle Marx.

O presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira resolveu construí-la em tempo recorde, como uma de suas maiores metas. Hoje a capital brasileira agrega aproximadamente 2,1 milhões de habitantes que se espalham no Plano Piloto e nas 28 cidades-satélites do Distrito Federal. A essencialidade de criação inovadora em grande escala, a ousadia de seu traçado e sua concepção de paisagem urbana distinguem-na das demais cidades e fazem-na referência internacional e patrimônio cultural da humanidade pela Unesco (1987).

Data de sua inauguração um intenso debate. A produção de conhecimento acadêmico sobre a cidade é significativa destacando-se as contribuições de Bicca (1985), Carpintero (1998), Gorovitz (1985), Gouvêa (2002), Holanda (1985 e 2002), Kohlsdorf (1986, 1985, 1975), Paviani (1985) e Romero (2001). Certamente que neste debate ratificam-se os espaços livres públicos como característica das mais marcantes.

Entretanto, os estudos quase sempre se vinculam a abordagens teóricas das áreas da arquitetura e do urbanismo. A despeito de espaços livres resultarem da concepção de paisagem urbana que valoriza o tratamento paisagístico e põe em

¹ Os portugueses já pensavam em transferir o Governo da Colônia, instalado em Salvador, para o interior do território nacional. A idéia de interiorizar a capital, defendida por José Bonifácio na Constituinte de 1823, estava nos sonhos dos inconfidentes e no do padre italiano Dom Bosco que, em 1883, profetizou surgir nova civilização entre os paralelos 15 e 20.

destaque extensos gramados e intensa arborização, é recente estudá-los do ponto de vista dos paisagistas.

Citem-se como exemplos de estudos que adotam uma abordagem mais propriamente paisagística apenas os trabalhos de Rodrigues (2000), que trabalhou a arquitetura da paisagem sustentável no cerrado e o desenho permacultural e os de Silva (2003) e Lima (2003) que focaram a arborização urbana brasiliense. Partindo do conhecimento acumulado na área de arquitetura da paisagem (ou paisagismo, nome pelo qual a área é mais conhecida no Brasil), César (2003) aprofundou a temática ambiental-ecológica do paisagismo levando em conta, além dos ecossistemas urbanos, a utilização de espaços livres de superquadras do Plano Piloto. Barcellos (1999) tratou de espaços livres públicos, embora adotou como tema precípua os parques públicos do Distrito Federal.

Esta dissertação toma como objeto de estudo o tratamento paisagístico dos espaços livres de Brasília. Adota como recorte físico-espacial para observação o Setor Sudoeste, procurando demonstrar que, apesar das intenções e dos desejos expressos nas diretrizes de Lúcio Costa para esse setor, nos discursos que embalaram o projeto urbanístico e na sua concretização, demonstra-se que hoje se contraria a concepção de paisagem pensada. A abordagem do tratamento paisagístico que aqui se enleva atenta para o emprego da vegetação (herbácea, arbustiva e arbórea), sem desprezar outros componentes da paisagem (suporte físico, pequenos elementos construtivos e o elemento água), inseridos numa fração da paisagem: o espaço livre² de uso público do Setor Sudoeste.

A implantação de Setor Sudoeste faz parte de ações planejadas para se ocuparem terras do Distrito Federal e mais especificamente responderia à necessidade de se criar alternativas de habitação para segmentos da chamada classe média. Situa-se nas proximidades do centro urbano do Plano Piloto e tem como limites o Eixo Monumental e o Parque da Cidade, atrativos fundamentais para a maioria da população local. É setor privilegiado, recebe benefícios do processo de urbanização, tem espaços livres públicos para lazer, áreas de esporte, *playgrounds* e completos serviços de infra-estrutura urbana.

² De acordo com Macedo (1999:15), espaços livres podem ser divididos em: de edificação (ruas, praças, quintais etc.) e de urbanização (campos de cultivo, fazendas, chácaras, etc) - não incluídos neste estudo.

Lúcio Costa sugeriu o Setor Sudoeste no documento "Brasília Revisitada 1985/87", assumido pelo Governo do Distrito Federal e aprovado pelo Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente-CAUMA, para reproduzir pelo menos em parte os ideais de cidade-parque:

(...) trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação (...) e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade-parque, "derramada e concisa", sugerida como traço urbano diferenciador da capital³.

Sua implantação deu-se no início dos anos 90 e se estende agora. Segue o modelo de cidade-parque e adota os padrões morfológicos do Plano Piloto (superquadras, tipologia arquitetônica com edifícios de seis pavimentos sobre pilotis, entrequadras comerciais com pequenas alterações etc), o que justifica a escolha do Setor Sudoeste como recorte físico-espacial e faculta refletir sobre seu tratamento paisagístico, com o ineditismo de continuar a proposta de tipologia predominante no Plano Piloto. Assevera Barcelos (1999:104): "os espaços livres das cidades-satélites resultam da decisão política de não repetir os padrões urbanísticos utilizados nas superquadras do Plano Piloto".

Como parte do Conjunto Urbano Tombado de Brasília⁴, o Setor Sudoeste deve manter a cidade-parque idealizada e reforçar a concepção urbana traduzida nas escalas monumental, residencial, gregária e bucólica. Certamente Lúcio Costa observou tais aspectos ao conceber o novo setor, salientando: "Chegando à Brasília propriamente dita, seis áreas comportam ocupação residencial multifamiliar. Sendo diretamente vinculadas ao Plano Piloto passam, por conseguinte, a interferir no jogo das escalas urbanas"⁵.

Não obstante o Setor Sudoeste ter sido pensado para repetir os padrões urbanísticos e paisagísticos do Plano Piloto, o que se nota no tratamento paisagístico é um certo abandono das concepções modernistas de Lúcio Costa para espaços livres. As razões variam, mas diferentemente do Plano Piloto - de tratamento paisagístico executado pelo poder público - no Sudoeste mais intervêm agentes privados. Tomando-se o Plano Piloto como referência, como indicam as diretrizes de projeto, há de haver cintas arborizadas, e o interior seguir o modelo de

³ Costa (1987).

⁴ Conjunto Urbano Tombado de Brasília é a área contida na poligonal descrita pelo Decreto 10.829/87 e pela Portaria 314/92 do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional – Iphan.

⁵ Costa (1987).

cidade-parque, com o chão gramado pontuado por árvores e arbustos dispostos de modo naturalista. O que se observa no setor é a maciça presença de bordadura de canteiros (linguagem formal) opondo-se à ausência de cinta de árvores emoldurando as superquadras.

Neste raciocínio, a problemática que se investiga no Sudoeste de Brasília aborda o tratamento paisagístico dos espaços livres públicos; as necessidades de uso coletivo e as transformações que o uso coletivo impõe; e estar o Sudoeste na área de tombamento de Brasília (Patrimônio Cultural da Humanidade), submetida a normas de preservação. Nesta discussão se incluem agentes que interferem nesses espaços e desfiguram as características conceptivas. Do analisado, procura-se responder a:

1) quais principais aspectos de tratamento paisagístico do Setor Sudoeste evidenciam não-correspondência entre a concepção das diretrizes e a dos discursos de sua implantação e o setor hoje?

2) como interpretar a variedade de expressão inerente ao processo urbano no cotidiano e a linguagem de tratamento paisagístico proposta?

3) o tratamento paisagístico do Sudoeste abandona a concepção modernista de paisagem?

4) que diferenças ou semelhanças há entre os tratamentos paisagísticos do Setor Sudoeste e do Plano Piloto que indicam tendência para o universo do paisagismo dos espaços livres do Distrito Federal?

Como objetivo geral procura-se entender o tratamento paisagístico aplicado no Setor Sudoeste e verificar em que medida corresponde às propostas iniciais expressas, para confirmar (ou não) o fim da hegemonia do modernismo no paisagismo de Brasília.

Como objetivos específicos: a) destacar os principais aspectos do Memorial Descritivo do Setor Sudoeste, do documento Brasília Revisitada que evidenciam as promessas de reproduzir no Sudoeste o ideal de cidade-parque do Plano Piloto; b) diagnosticar o tratamento paisagístico das superquadras do Setor Sudoeste, as

condições em que se encontram as áreas, como estão estruturadas e que manutenção recebem; c) discutir o tratamento paisagístico das superquadras do Setor Sudoeste para identificar características particulares ou comuns ao tratamento paisagístico dado ao Plano Piloto, visando evidenciar explicações para tais fatos; d) identificar e discutir as intervenções dos agentes envolvidos no tratamento paisagístico do Setor Sudoeste (Governo do Distrito Federal, moradores e profissionais paisagistas contratados por eles) e detectar se descaracterizam (ou não) as propostas iniciais.

Contribuir-se-á na área de conhecimento da arquitetura da paisagem, melhor se compreendendo o que é o tratamento paisagístico modernista que caracteriza a concepção do Plano Piloto. A paisagem modernista não tem sido muito estudada e poucos autores pesquisam-na, apesar da importância atribuída a espaços livres ocupados por vegetação na cidade modernista.

Deseja-se alcançar maior compreensão da proposta concebida para o Setor Sudoeste, que pode importar aos agentes do setor privado ou do setor público que o implantam e o gerenciam. A pesquisa poderá colaborar: na reflexão e na prática profissional; auxiliar nas tomadas de decisão; reunir subsídios que ajudam a elaborar propostas adequadas à solução de problemas que permeiam os espaços livres públicos do Sudoeste ou de todo o Plano Piloto, principalmente no que se refere ao tratamento paisagístico.

Para o setor público distrital será útil porque lhe cabe zelar pela manutenção das características de cidade-parque do Setor Sudoeste e do Plano Piloto. Para o federal (Iphan), porque Constituição e demais legislações estabelecem que os bens tombados devem ser preservados.

Escolher este tema enfatiza o conhecimento na arquitetura paisagística, área pouco pesquisada e de indiscutível sentido prático, uma vez que o século XX marcou a consolidação da atividade paisagística brasileira e o século XXI confirma essa tendência, com as populações urbanas demandando constantemente que se expandam espaços paisagisticamente tratados.

Adotam-se estes procedimentos metodológicos, para responder às indagações:

- pesquisa bibliográfica visando montar referencial teórico que inclui discussão sobre arquitetura paisagística, seus conceitos e colaboradores; arquitetura paisagística no

Brasil no século XX; inserção de espaços livres públicos nas cidades e seus reflexos no paisagismo;

- pesquisa empírica sob forma de observação direta para identificar padrões de desenho paisagístico em uso no Sudoeste e em superquadras do Plano Piloto;
- pesquisa de fontes iconográficas que mostrem as transformações ocorridas na paisagem dos espaços investigados;
- análise e interpretação das informações para elaboração das conclusões e dos resultados.

Espera-se que a dissertação contribua para os que optam pelo tratamento paisagístico dos espaços livres públicos como necessidade social e que aprofunde o debate sobre o tema, repleto de questionamentos a se explorar.

O trabalho está dividido em duas partes. A **primeira parte**, essencialmente teórica, estrutura-se em dois capítulos. No *primeiro* traçam-se os alicerces conceituais e históricos da arquitetura da paisagem, discutindo os principais conceitos e abordando seu desenvolvimento como campo disciplinar. Trata-se da arquitetura paisagística moderna e contemporânea no Brasil salientando o trabalho de Burle Marx e de outros paisagistas e pesquisadores que ajudaram na formação do paisagismo brasileiro.

No *segundo capítulo* foca-se a concepção modernista dos espaços livres urbanos. Abordam-se a importância dos trabalhos de Olmsted, a cidade-jardim de Howard e as contribuições de Le Corbusier à versão de Lúcio Costa para espaços livres do Plano Piloto de Brasília. Esse referencial teórico e seus pesquisadores constituem suporte para o desenvolvimento dissertativo.

Na **segunda parte**, trata-se o estudo de caso propriamente dito, conformando o *terceiro capítulo*. Explica-se o Setor Sudoeste, apresenta-lhe a caracterização, aborda seu contexto de criação e passa pelas idéias que levaram ao projeto, contidas sobretudo no documento Brasília Revisitada. Com base em pesquisa de campo – realizada em amostra considerada representativa do Setor -, retrata-se o tratamento paisagístico de espaços livres públicos do Sudoeste. Dois aspectos nortearam essa avaliação: os elementos da paisagem (suporte-físico, vegetação, pequenos elementos construídos e elemento água) e as diretrizes das concepções para a vegetação dos espaços livres das superquadras de Brasília (existência de

cinta arborizada nos limites das superquadras, presença do chão gramado com árvores e arbustos dispostos de modo naturalista, ausência de jardins privativos com pilotis livres, tratamento paisagístico menos elaborado e recusa da topiaria). Estabelecem-se considerações sobre o tratamento paisagístico das superquadras do Plano Piloto confrontando-as com os resultados anteriores do Sudoeste. As principais técnicas são observação direta e análise comparativa, complementadas por mapas, plantas e fotos, para melhor entendimento dos aspectos abordados.

Ao final são colocadas *Conclusões* sobre a abordagem da pesquisa visando avaliar as contribuições dadas. Destaca-se a necessidade de maior controle do poder público local, que não tem atuado de maneira satisfatória para garantir a implantação da proposta original para o tratamento paisagístico - preconizado para a escala residencial tombada - e que compromete a paisagem de Brasília.

PARTE I
REFERENCIAL TEÓRICO

CAPÍTULO 1

ARQUITETURA DA PAISAGEM

Introdução

Neste capítulo tratam-se aspectos teóricos da arquitetura da paisagem, identificando os principais conceitos e os profissionais que ajudaram para construí-la e sedimentá-la como campo do conhecimento. Objetivando entenderem-se atuações e posturas de tratamento e intervenção na paisagem, salientam-se Olmsted, Hubbard e Kimball (1917), Church (1955), Eckbo (1950, 1964, 1969), Halprin (1986), Laurie (1993) e Lyall (1991), que desenvolveram um corpo teórico fundamental acrescido de colaborações de Tobey (1973), Jellicoe (2000), Philip Lewis, Mcharg (2000) e Spirn (1995).

Por sua vez, no Brasil, a qualificação profissional do arquiteto paisagista não se encontra claramente institucionalizada, entretanto é possível identificar vários paisagistas e autores que atuaram, que atuam e/ou que se dedicam a pesquisas contribuindo para conhecimento e divulgação do paisagismo brasileiro, citando-se: Glaziou, Roberto Cardozo, Waldemar Cordeiro, Magnoli (1983), Segawa (1996), Macedo (1999, 2002 e 2003), Maria Lourdes Oliveira, Franco (1989, 1997 e 2001), Kliass (1993), Sidney Linhares e Chacel (2001). Outras áreas do conhecimento também colaboram nesse processo como as contribuições da geografia (Milton Santos, 1996).

Neste capítulo também se aborda a arquitetura da paisagem no Brasil que no início do século XX importou repertório de arquétipos espaciais e espécies vegetais para trabalhos de tratamento paisagístico aqui desenvolvido em contraste com a realidade e com o contexto ambiental do país. Identificam-se antecedentes traçando uma contextualização que permitiu implantar-se a modernidade. Salienta-se o trabalho de Burle Marx com particularidades de arranjos formais e emprego da vegetação nativa distanciando-se de uma feição internacional e destaque no cenário do paisagismo mundial entre diversas atuações de nomes que ajudaram na formação do paisagismo brasileiro.

1.1 - Alicerces Conceituais e Históricos

A arquitetura da paisagem (ou arquitetura paisagística) é o campo do conhecimento que estuda a relação do homem com natureza visando ao melhor relacionamento entre as atividades humanas e o espaço a ser modificado. Embora se vincule o termo paisagismo a uma atividade que lida especificamente com a vegetação, a visão é simplista, uma vez que a atuação do arquiteto paisagista é antes de tudo compromissada com toda a paisagem, com o conjunto de características que define espaço rural ou urbano, natural ou cultural e “corresponde a uma específica ação de projeto que passa por um processo de criação, a partir de um programa dado, visando atender à solicitação de resolução de uma demanda social (...)”⁶. Além disso, essa “ação de projeto envolve uma pré-concepção tridimensional, desenvolvida de modo a qualificar ambiental, estética e funcionalmente um espaço livre determinado”⁷.

O projeto de arquitetura paisagística tem como objeto o espaço livre – rua, parque, jardim – e não implica necessariamente utilizar vegetação, sendo que a atuação do arquiteto paisagista deve contemplar todos os aspectos capazes de propiciar um melhor suporte às atividades antrópicas que nele se realizam.

Segundo Macedo (1999:11) paisagem é “expressão morfológica das diferentes formas de ocupação e de transformação do ambiente em determinado tempo”, podendo significar tanto produto como sistema. Produto como resultado de processo social. Sistema como algo que se modifica com o tempo, por meio de ações e reações que se estabelecem no espaço físico, nas relações sociais e que correspondem a alterações morfológicas parciais ou totais. No tempo e no espaço, as paisagens se sucedem e resultam da interação dos sistemas naturais e dos sociais. Sendo dinâmica, combina natureza com sociedade num sistema único, complexo e evolutivo. Positivas ou negativas, as manifestações na paisagem não se restringem ao local da intervenção nem ao tempo da ação em que os registros de modificação do meio se revelam. Assim, a atualidade se projeta sobre registros do passado como acumulação de tempo em um espaço.

⁶ Macedo (1999:13).

⁷ *Idem, ibidem*, p.14.

Magnoli (1983:48) entende que “paisagem é o suporte físico no qual se estrutura a sociedade”, em que a morfologia da paisagem é resultante da interação entre a lógica dos processos do suporte (geológico e climático) e a lógica dos processos sociais e culturais (antrópico). A lógica dos processos do homem se apresenta por expressões físicas (parcelamento, escavações, plantações, construções, edificações etc.) e que por sua vez atuam sobre a lógica dos processos de suporte (geologia e clima, solo, relevo, vegetação e sol, água e vento).

Espaço livre é fração da paisagem, fragmento da natureza socialmente constituído e historicamente localizado e determinado pela existência dos planos das paredes e dos tetos das edificações. É todo “espaço solo, espaço água, espaço luz ao redor das edificações a que as pessoas têm acesso”⁸.

Muito se deve à iniciativa pioneira da arquiteta paisagística Miranda Magnoli, que formulou o conceito-chave para o paisagismo nacional, o de espaço livre de edificação, apresentado em sua tese defendida em 1983, intitulada “Espaços livres e urbanização – uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana”. Pode-se dizer que ocorreram mudanças fundamentais ao se colocar o espaço livre como objeto principal de estudo e de projeto do paisagismo, não mais a vegetação ou o jardim. Isto possibilitou desenvolver reflexões sobre a questão da paisagem urbana brasileira. Nesta visão, o conceito de espaços livres pode desdobrar-se no subsistema de espaços livres urbanos (livres de edificações) e no sistema de espaços livres rurais (livres de urbanização). O primeiro consiste em todos os espaços não ocupados pelas edificações no meio urbano. O segundo diz respeito às grandes escalas da paisagem. Seu domínio é mais propriamente o de paisagens rurais e naturais. Os subsistemas podem ser subdivididos em espaços livres de uso público e espaços livres de uso privado, de acordo com o **Quadro 1.1**.

⁸ Magnoli (1983:48).

ESPAÇOS LIVRES URBANOS (livres de edificação)		ESPAÇOS LIVRES RURAIS (livres de urbanização)	
Públicos	Privados	Públicos	Privados
- parques, praças - áreas de circulação (sistema viário com ruas / vias) - largos, pátios - terrenos baldios - becos etc.	- jardins residenciais ou comerciais - quintais, - sistema viário de condomínios etc.	- terras do poder público em geral - faixas de domínio de estradas - terras devolutas - áreas de marinha - parques nacionais etc.	- fazendas - chácaras - sítios - diferentes modalidades de propriedades rurais ou particulares

Quadro 1.1: Categorias de análise da paisagem (adaptado de Barcellos,1999:36).

Espaço livre urbano de uso público, o qual neste trabalho será denominado simplesmente espaço público, é o conjunto de lugares de uso comum gerido por instituições governamentais. Participa da organização espacial que é apropriada pelas práticas cotidianas da população. Os conceitos de público e privado podem ser interpretados como uma série de qualidades espaciais que se referem ao acesso, à responsabilidade, à relação entre propriedade e à supervisão de unidades espaciais específicas. Proíbe-se sua utilização privada. A expressão *uso comum* é própria do espaço público que significa acessível a todos, característica que o diferencia do espaço privado que, por definição, acolhe poucos. É essa condição de *acessibilidade* a todos grupos sociais de uma determinada comunidade, a marca essencial da noção de espaço público⁹.

A discussão sobre o espaço perpassa diferentes áreas de conhecimento que o entendem de maneira particular, segundo suas necessidades e objetivos específicos. Na filosofia o espaço público é o espaço da fala, que permite a discussão das idéias e que permite a possibilidade de acordos coletivos que caracterizam a vida em sociedade. Enquanto que para muitas disciplinas é considerado pano de fundo, na arquitetura, no urbanismo e no paisagismo, espaço é foco principal. Constitui objeto central de reflexão teórica e campo de ação. Por sua vez, na arquitetura paisagística, o espaço herda e incorpora de outras áreas considerações relevantes, teorias, metodologias e expressões formais ligadas à compreensão da paisagem.

⁹ Leitão (2002).

A idéia de espaço como um fato físico, histórico e social, que não é dado e sim construído teve sua origem na Geografia moderna. Um colaborador foi o geógrafo Milton Santos, referência para entendimento das bases conceituais do paisagismo, que trabalhou a paisagem como objeto social produzido e não como imagem a que se atribui um valor estético qualquer.

Uma contribuição, dentro do urbanismo moderno, mostra duas faces do espaço: uma voltada ao edifício e outra à cidade, mas considerando a interação entre o espaço interior e o exterior. Destacam-se duas correntes: a funcionalista – que entende o espaço de maneira racional (Le Corbusier) – e a do movimento orgânico, que outorga a dimensão espacial o caráter organicista em busca de sua humanização¹⁰. Dentro da corrente funcionalista, a Carta de Atenas é o principal registro teórico. A diferenciação entre cheios e vazios, espaço construído e superfície livre, realiza-se numa determinada escala. Brasília exemplifica a corrente.

¹⁰ Zevi (1996:124).

1.2 - Desenvolvimento do Campo da Arquitetura da Paisagem

Embora a intervenção humana na paisagem remonte ao início dos tempos, seja com finalidades utilitárias ou de simples fruição, e os jardins da antiguidade clássica sejam os exemplos sempre citados, – como campo disciplinar e campo de atividades profissional, a arquitetura da paisagem é recente.

É somente com a Revolução Industrial, quando a capacidade humana de intervenção na paisagem se expande a uma escala até então nunca vista, que se começa a falar em arquitetura da paisagem. Ainda que o foco irradiador das transformações econômicas e sociais do século XIX estivesse na Europa, é na costa leste dos Estados Unidos, sob impacto de processos de migração, industrialização e urbanização, que a arquitetura da paisagem se institucionaliza. Seu motor é a atuação pioneira de Frederick Law Olmsted (1822-1903), quem primeiro descreve suas atividades como *landscape architecture* (arquitetura da paisagem).

Em sua intensa atividade no contexto americano Olmsted deixou inúmeros seguidores que, antes mesmo de seu desaparecimento, criaram a *American Society of Landscape Architects* (ASLA), institucionalizando a arquitetura da paisagem como atividade profissional e criaram a correspondente área disciplinar na Universidade de Harvard. E é a partir dessa matriz que a arquitetura da paisagem se desenvolve e se dissemina.

Para que se entenda a pretendida abrangência da arquitetura da paisagem é preciso que se trate, ainda que de modo breve, de alguns aspectos da obra de Olmsted, ainda que no segundo capítulo (2.1.1) sua obra seja analisada em mais detalhe, já que muitas das suas concepções serviram de base para a constituição do movimento modernista de arquitetura e urbanismo e, portanto apresentam reflexos diretos nas concepções de Lúcio Costa.

No seu tempo, Olmsted foi um dos mais destacados críticos do modelo de industrialização vigente, cujas conseqüências eram a acelerada urbanização e a destruição do meio ambiente. Em sentido oposto, foi um dos criadores do Movimento Americano de Parques (*Parks Movement*), sendo atribuído a ele a transformação do Yosemite Valley, Califórnia (1864), na primeira área de conservação ambiental pública. Adepto também das concepções higienistas, Olmsted foi planejador de

paisagem e precursor da implantação de espaços livres com intenção de solucionar problemas sociais e ambientais ao propor melhoria de qualidade de vida da população com a criação de parques urbanos.

H.V. Hubbard e Theodora Kimball foram pioneiros em formular teorias sobre paisagismo em seu livro *An introduction to the study of landscape design*, cujos conceitos estão relacionados à mobilização e às expectativas americanas de espaço, às necessidades higienizadoras e aos desafios de relacionar arte a cotidiano. Hubbard e Kimball são citados por Laurie (1993:22) ao se referirem a paisagismo como “primeiramente uma bela arte, cuja mais importante função era criar e preservar beleza (...) promovendo conforto, conveniência e saúde para as populações urbanas”, sem dúvida um conceito pertinente ao pensamento higienista do fim do século XIX e um reflexo do pensamento de Olmsted.

Coube a Thomas Church imprimir a marca da estética modernista ao desenho de paisagismo (**Figuras 1.1 e 1.2**), iniciando seu trabalho na costa oeste norte-americana. Olmsted já havia criticado os projetos paisagísticos na Califórnia por sua inadequação às condições ambientais específicas (particularmente climáticas)¹¹. Church revolucionou a linguagem paisagística, criando uma teoria baseada em princípios cubistas e popularizou a sensibilidade de projeto com relação ao entorno em termos visuais e de conforto ambiental. Em 1955, publicou o livro *Gardens are for people*, insurgindo-se contra maneirismos estilistas e enfatizando preocupação com os aspectos regionais e com a singularidade de cada usuário e de cada projeto. De acordo com Leite, (1994:46), “embora Church tenha trabalhado quase que somente em espaços livres particulares de pequeno porte, sua proposta era, em essência, uma nova forma de procedimento, que atendia as questões sociais e econômicas emergentes”.

¹¹ Para Olmsted a especificação da vegetação deveria orientar-se por sua resistência à aridez local (o que excluía extensos gramados tão populares) como arquitetura e jardim deveriam contribuir para a promoção do conforto ambiental (Beveridge, 1998).



Figura 1.1: *El Novillero*, de Church e Donnell, na Califórnia, ícone do desenho paisagístico moderno. Forma dinâmica oferece sensação de movimento e complexidade espacial.

Fonte: Wilson (2002:120).



Figura 1.2: Jardins para a Reserva *Bloedel*, de Thomas Church, mostram a simplicidade da geometria na composição do espaço.

Fonte: Wilson (2002:118).

Garrett Eckbo destacou a influência do tempo e do clima na configuração e na percepção da paisagem. Nisso inclui os fatores da tradição e da cultura (que produzem o espaço) e as características físicas que o definem (construídas, em momentos diferentes, por contínuas interferências). No livro *Landscape for living*, Eckbo (1950), o primeiro nos EUA a concentrar no paisagismo moderno, demonstra como crucial da qualidade da paisagem a relação entre seus elementos e não a paisagem em si. Em outra obra *The landscape we see* (1969) trabalha seu conceito de qualidade de projeto:

Por qualidade entendo a relação entre indivíduo ou um grupo de pessoas e uma paisagem. Essa relação envolve as percepções, compreensões e reações humanas, como um processo aferidor de qualidade. A essência da qualidade paisagística não se encontra nem na paisagem em si nem nas pessoas, mas na natureza das relações que se estabelecem entre elas. Assim, a qualidade pode variar de acordo com o tempo e o espaço, com a natureza humana e com a natureza da paisagem na qual se insere.

Eckbo, um dos primeiros a romper com a linguagem dos jardins tradicionais¹² e integrante da escola californiana, foi fortemente influenciado por outros modernistas como Thomas Church. Demonstrou em seus projetos conhecimentos dos aspectos ambientais e capacidade de fornecer respostas criativas sem perder a dimensão da arte. Sua visão de jardim valorizava o espaço tridimensional. Por meio da técnica e dos materiais que dispunha, realizou um trabalho que incorporava as três dimensões: a ecológica, a artística e a perceptiva. **(Figuras 1.3 a 1.5)**. Para ele, as linhas mestras de um projeto paisagístico ambiental emergem do exame atento das

¹² Wilson (2002:82).

manifestações técnicas, econômicas e culturais da sociedade e das condições específicas de organização natural de cada lugar.



Figuras 1.3 e 1.4: Croquis de Garret Eckbo para Long Beach City College. Long Beach, Califórnia. Fonte: Eckbo (1964: 74).



Figura 1.5: Eagle Rock Park, Los Angeles, Califórnia. Garret Eckbo.. Fonte: Eckbo (1964:116).

Michael Laurie é referência na conceituação e na metodologia paisagística. Seu livro *Introducción a la arquitectura del paisaje*¹³ trata das origens e dos fundamentos da disciplina. Para ele a arquitetura da paisagem indica duas direções:

- o planejamento que aproxima a paisagem de maneira a pensá-la para o futuro;
- desenho ou projeto que se refere a arranjos qualitativos e funcionais de parcelas da paisagem, obedecendo ao planejamento e a algum propósito social específico.

¹³ Publicado pela primeira vez em 1975: *An introduction to Landscape Architecture*.

Na obra *Designing the new landscape*, Sutherland Lyall demonstra uma atitude crítica em relação aos espaços públicos das cidades modernas, apontando a dificuldade em tratar a paisagem no funcionalismo, explica:

Os arquitetos do movimento moderno nunca se sentiram cômodos com a paisagem, os inquietavam principalmente o progresso, a geometria, a técnica, a ordem e a imagem da máquina. Em tal marco de referência, era intrinsecamente difícil incorporar a natureza tão orgânica e viva à paisagem¹⁴.

Estudos acadêmicos da história do paisagismo foram relevantes para a arquitetura paisagística atual, que destacam os trabalhos de Tobey e da dupla Geoffrey e Susan Jellicoe. Em 1973, Tobey publicou *A history of Landscape Architecture*, que descreve eras pré-históricas e como e a partir de quando as marcas do homem aparecem na paisagem.

Geoffrey e Susan Jellicoe (2000) - *in El paisaje del hombre*¹⁵ - tratam da visão global da paisagem modificada pelo homem, incluindo o entorno, os jardins privados, as paisagens urbana e a regional. Da pré-história à atualidade analisam três grandes grupos de civilização: a Oriental (a partir da Índia, China e América pré-colombiana), a Ocidental (a partir do Egito) e a Central (partindo da Mesopotâmia). Para isso incluem as abordagens do ambiente, da história social, da filosofia, da expressão, da arquitetura e da resultante paisagística.

Lawrence Halprin abordou a experiência emocional e a sensorial de paisagens seqüenciais, conceito explorado no projeto para os espaços abertos de Portland (1967), tendo influenciado a consolidação de uma linguagem moderna do paisagismo nos EUA. Fez uso das teorias de percepção ambiental que começaram a se desenvolver na década de 60. Para ele, pessoas são parte fundamental do processo de criação da paisagem. Espaços devem ser gerados para integrar pessoas, não apenas edifícios, explorando que o comportamento das pessoas é influenciado pela percepção do ambiente. Halprin destacou-se também por trabalhos de espaços públicos no conceito de qualidade ambiental urbana (Franco, 1997:31). Salientou as tradições culturais e as circunstâncias de vida de cada lugar permeadas pela observação dos processos naturais, cuja reinterpretação, dentro do contexto urbano, confere ao projeto de paisagismo uma dimensão simbólica. A forma da paisagem, para Halprin (1972 e 1986), em seus livros *Cities* e *Changin places*

¹⁴ Lyall (1991:10).

¹⁵ Publicado pela primeira vez em 1975.

resultam da combinação de elementos controlados e de elementos não controlados ou indeterminados. Nesta última categoria está a criatividade das pessoas responsável pela dinâmica social da paisagem no uso dos espaços públicos e particulares.

Foi somente nos anos 60, quando se verificou o questionamento da noção de progresso e da de desenvolvimento, quando surgiram os grupos de defesa do meio ambiente e a ecologia se impôs como ciência, que surgiram os trabalhos de Philip Lewis e Ian McHarg, que tratam o espaço como suporte de um ecossistema. Lewis, preocupado com aspectos perceptivos – vegetação e paisagens notáveis – encontrou nos cursos d'água, em áreas alagadas e na topografia, recursos perceptivos únicos que interligados formavam um padrão linear, os *greenways*, que pode relacionar qualidades visuais da paisagem com aspectos ambientais naturais.

Ian McHarg¹⁶ deu nova dimensão ao tratamento da paisagem, abordando-a como um sistema ecológico. Acreditava ser necessário não só compreender e programar os fatores antrópicos envolvidos, mas antes pensar a paisagem incluindo seus elementos naturais básicos. Estabeleceu padrões de entendimento da paisagem gerando interfaces com outros campos disciplinares. Sua abordagem atentou para a idéia de paisagem como algo consideravelmente maior do que uma coleção de plantas e topografia, artisticamente arranjadas. Introduziu, ainda, a noção de ética ambiental. Desenvolveu método que, a partir da superposição de mapas temáticos transparentes (**Figura 1.6**), interpretados como processos e valores, revela áreas apropriadas a diferentes usos humanos. Publicou *Design with nature*, de 1969, onde colocou em questão a necessidade de compatibilizar processos naturais e sociais nas propostas de intervenção paisagística. Salientou as importâncias de geologia, topografia, vegetação, fauna, disposição dos aquíferos, do clima e do uso do solo e retomava questões levantadas por Olmsted quase um século antes.

Outros estudos se somam, como o de Spirn (assistente de Ian McHarg), representativos de novas posturas profissionais com relação à natureza na cidade. É indiscutível que a Arquitetura Paisagística sofreu ampliação de escala em seu referencial teórico e na sua atuação formal, aproximando-a das questões discutidas pelos outros campos de conhecimento. A crescente complexidade de estruturação

¹⁶ Nasceu na Escócia (1920) e mudou-se para os Estados Unidos em 1946.

do espaço econômico mundial passou a exigir compreensão dos processos de organização do território para instruir as intervenções paisagísticas localizadas.

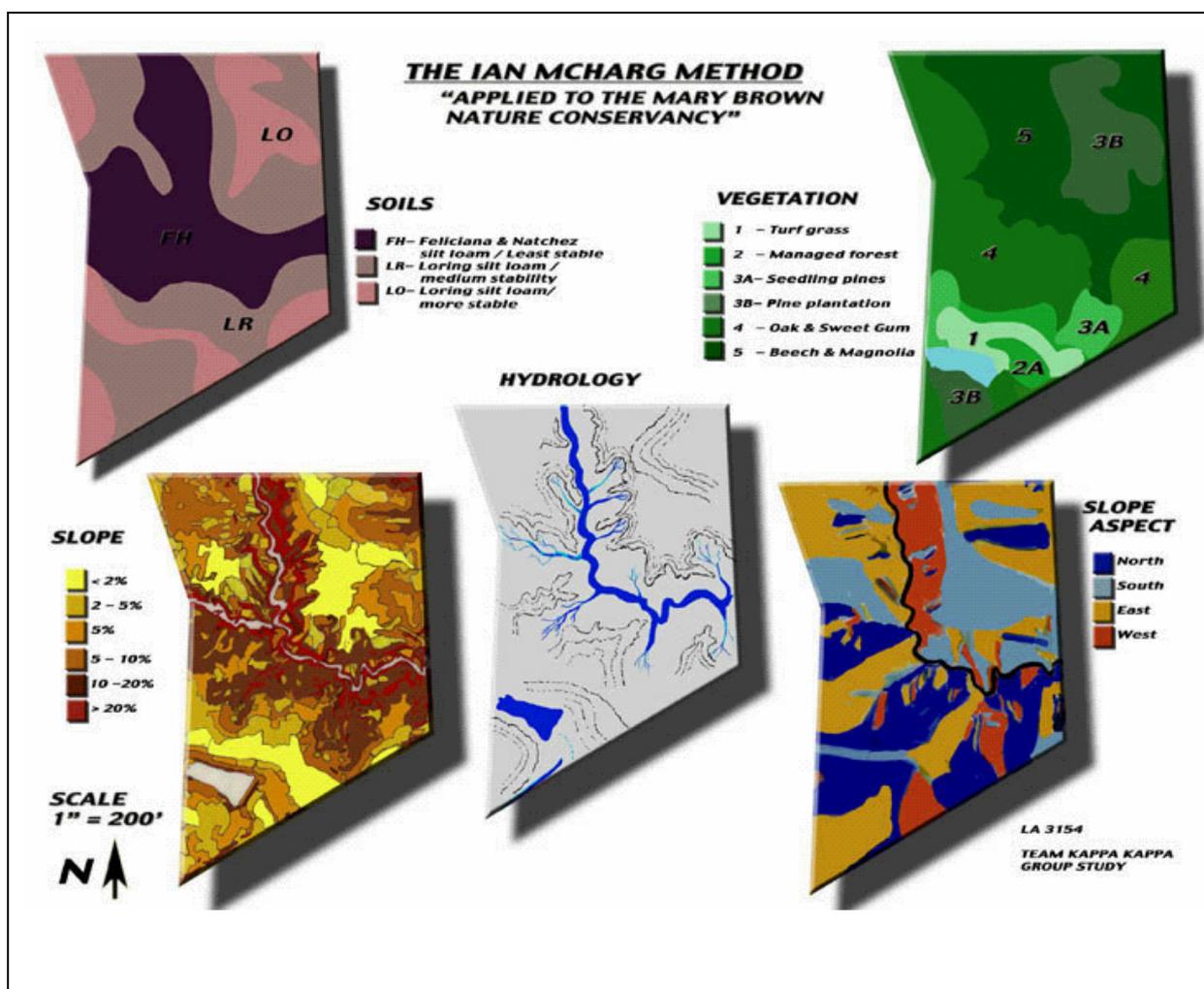


Figura 1.6: Método de projeto paisagístico de Ian McHarg, que utiliza a superposição de mapas cadastrais temáticos de determinada área para analisar as variações que possam indicar susceptibilidades dos fatores ambientais.

Fonte: <http://www.cadgis.lsu.edu/>

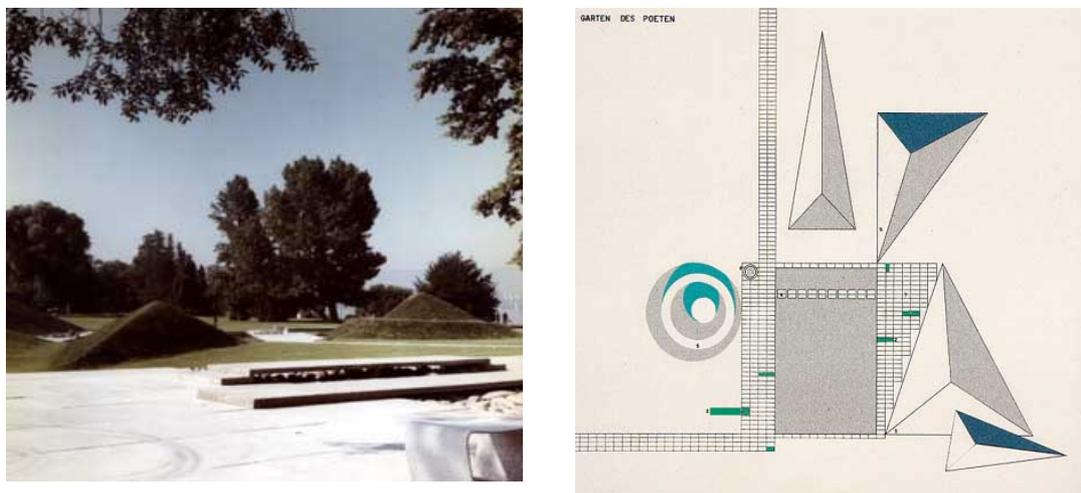
Spirn, ao escrever no prefácio de sua obra "Jardim de Granito" que "a natureza permeia a cidade, forjando relações entre ela e o ar, o solo, a água e os organismos vivos em seu interior e a sua volta"¹⁷, juntou-se aos precursores que adotam a compreensão da cidade como ecossistemas, não como antítese da natureza. Expõe a autora, a cidade deve ser reconhecida como parte da natureza e projetada a partir deste princípio, havendo um valor social da natureza que precisa ser aproveitado, como um jardim que precisa ser cultivado:

A cidade é um jardim de granito, composto por muitos jardins menores, disposto num mundo jardim. Partes do jardim de granito são cultivadas intensivamente, mas a maior parte não é reconhecida e é negligenciada¹⁸.

¹⁷ Spirn (1995:15).

¹⁸ *Idem*, *ibidem*, p:20.

Em 1959, Ernst Cramer projetou o *Poet's Garden*, com pirâmides de grama, formas geométricas tridimensionais abstratas e uma complexa relação espacial. Tornou-se o pioneiro da *land art*, a terra arte, cooperando para desfazer a imagem do paisagismo como ortodoxa cópia da natureza (**Figuras 1.7 e 1.8**).



Figuras 1.7 e 1.8: *Poets Garden* (1959). Ernst Cramer. Pirâmides de grama e formas geométricas.

Fonte: Pezeshk (2005).

Discussões e pesquisas que se contrapuseram ao movimento moderno - nos últimos 25 anos do século XX - e influenciaram no desenvolvimento de nova corrente de pensamento arquitetônico (arquitetura pós-moderna), tiveram reflexos na arquitetura da paisagem. O pós-modernismo trouxe uma abordagem onde são permitidos ecletismo, fragmentação, superposição de sistemas não relacionados, historicismo, ironia e metáfora.

Mas tudo isso não teria ocorrido sem um considerável trabalho de base realizado, no ambiente Modernista de pós-guerra, por destacados designers como Roberto Burle Marx (Brasil), Thomas Church (USA), Sylvia Crowe (Inglaterra), Ernst Cramer (Suíça) e Luis Barragán (México), que desenvolveram memoráveis modelos visuais paisagísticos. Nos Estados Unidos, Garret Eckbo, Ian McHarg, Lawrence Halprin e Donald Appleyard desenvolveram as estruturas teóricas, perceptuais e ecológicas para o design da paisagem¹⁹.

Uma das influências mais libertadoras no paisagismo contemporâneo tem sido o trabalho que surge vinculado aos novos princípios ambientais e valoriza a conservação dos remanescentes dos ecossistemas nativos nas cidades. Ao lado dessa linha de trabalho têm-se os artistas ambientais minimalistas, com destaque para o arquiteto paisagista Peter Walker, com projetos para a Fonte *Tanner*, no Campus da Universidade de Harvard, em Cambridge (EUA) (**Figuras 1.9 a 1.12**) e

¹⁹ Lyall (2001).

para *Children's Park* e *Promenade* em San Diego, CA (**Figuras 1.13 a 1.15**). Para a fonte, Walker vale-se do conceito de 'ponte' entre memória rural da Nova Inglaterra, representada nas pedras, e as aspirações intelectuais coletivas de Harvard, representadas pela água vaporizada com suas formas móveis e transitórias”²⁰

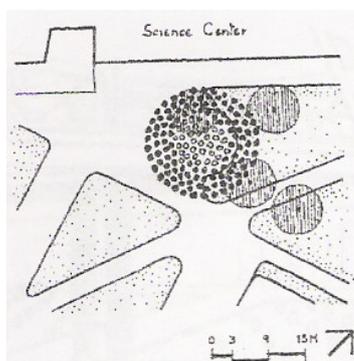


Figura 1.9: Planta da Fonte Tanner.
Fonte: Franco (1997:54).

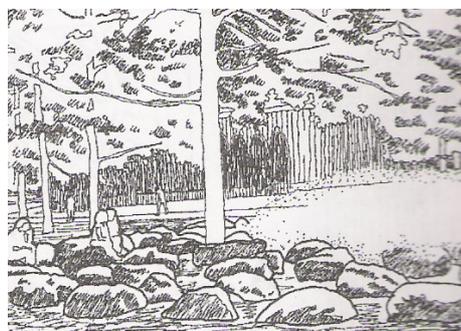
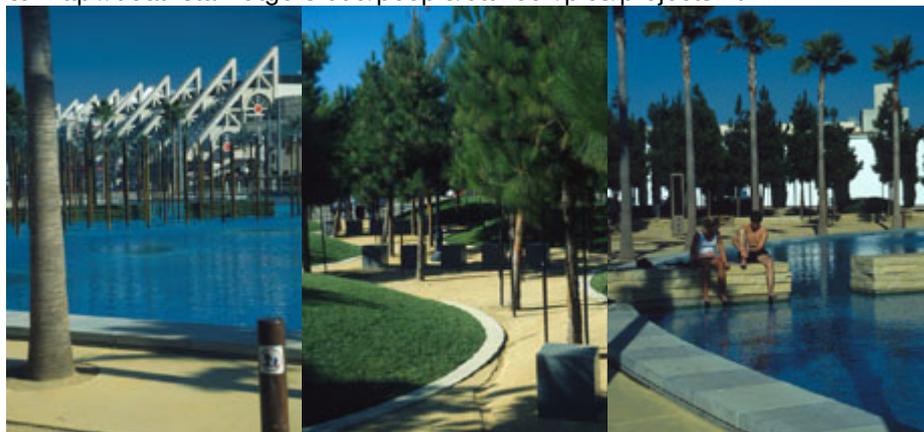


Figura 1.10: Croqui. Fonte Tanner.
Fonte: Franco (1997:54).



Figuras 1.11 e 1.12: Fonte Tanner, Peter Walker. Campus da Universidade de Harvard.
Fonte: <http://deathstar.rutgers.edu/people/dtulloch/pics/projects.html>.



Figuras 1.13, 1.14 e 1.15: *The Children's Park* e *Promenade*. San Diego, CA - Peter Walker.
Fonte: <http://deathstar.rutgers.edu/people/dtulloch/pics/projects.html>

Outra influência é o desconstrutivismo, base filosófica para o projeto expresso na obra do *Parc de la Villete* inaugurado no início dos anos 90, ao lado de um canal (**Figuras 1.16 a 1.20**). Projetado por Bernard Tschumi foi vencedor de um concurso

²⁰ Franco (1997:54).

internacional (1982) para o maior parque de Paris, no qual Roberto Burle Marx figurava como presidente do júri. Desenvolvido como parte de um projeto de renovação urbana que busca uma nova relação com o legado urbano do entorno sem abrir mão das inovações, adota como partido uma arbitrária superposição de sistemas de ordenamento: planos, linhas e pontos. Tschumi indica uma nova direção para o parque do século XXI e o Parque *La Villete* pode ser considerado como uma grande instalação artística. Imensos gramados; construções vermelhas em formas inusitadas destinadas às diferentes atividades (a que chamou *folies*)²¹ e jardins temáticos compõem o parque.

Barcellos (1999:67) ensina que “o Parque *La Villete* representa uma profunda ruptura com toda a experiência anterior dos parques públicos”. O papel da vegetação é bastante atenuado, diante da pretendida atmosfera mais urbana proposta por Tschumi, que explorou conexões visuais com a cidade, abandonando a idéia de descontinuidade entre parque e tecido urbano²².

²¹No projeto, trata-se de blocos de 10x10x10m cujas formas foram obtidas por meio de programas de computador (explodidas) e espalhadas num grelha básica de 120mx 120m. Como se fragmentasse a arquitetura pelo parque, as *folies* encontram-se unidas pelas linhas em cruz, determinadas pelas vias de circulação. A ‘desorientação’ faz com que se perceba melhor o espaço cheio de surpresas.

²² Barcellos (2000:56).



Figura 1.16: *Parc de la Villette* 1993. Bernard Tschumi. Desconstrução da paisagem e recusa de introduzir no parque a habitual atmosfera bucólica. *Boulevard* suspenso que se alinha junto ao canal.
Fonte: http://www.architect.org/gt/gt_photos.htm (julho 2005).



Figuras 1.17 e 1.18: Canal que corta o parque *La Villette*.
Fonte: http://www.architect.org/gt/gt_photos.htm (julho 2005).



Figuras 1.19 e 1.20: Detalhe de uma das *folies* e da sala esférica de projeção cinematográfica Geodésia / Cidade das Ciências e da Indústria.
Fonte: http://www.architect.org/gt/gt_photos.htm (julho 2005).

O Parque *La Villete* contou com a colaboração de outros profissionais. Para o jardim dos bambus foram convidados o paisagista Alexandre Chemetoff e o arquiteto Bernhard Leitner, que empregaram quarenta diferentes espécies de bambu. Podem-se ouvir harmoniosos sons musicais provenientes de uma estrutura cilíndrica em cujo interior cai uma cortina d'água (**Figuras 1.21 e 1.22**).



Figuras 1.21 e 1.22: Jardim dos Bambus. Paisagismo de Alexandre Chemetoff.
Fonte: <http://www.bernhardleitner.com/en/87paris1.html> (julho(2005)).

O parque apresenta outras grandes construções: uma destinada à Cidade das Ciências e da Indústria; outra à Cidade da Música; um grande salão de exposições (*Grande Halle*), um teatro de múltiplas finalidades (*Zénith*), uma sala esférica de projeção cinematográfica (*Géode*); dois pontilhões e uma extensa passarela coberta. (**Figura 1.23**)

Cidade das Ciências e da Indústria

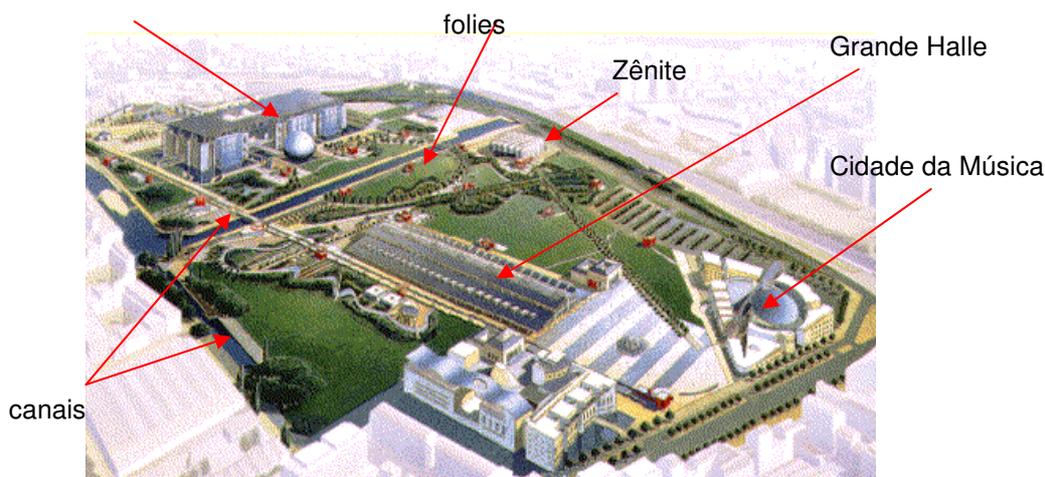


Figura 1.23: *Parc de La Villette*. Paris (França), 1983 – Bernard Tschumi
 Vista aérea realizada por computação gráfica.
Fonte: <http://www.cite-sciences.fr> (julho 2005).

Na América, a arquiteta paisagista Martha Schwartz é expoente no desconstrutivismo. Schwartz trabalhou inicialmente com Peter Walker e seus trabalhos têm muito em comum. Em Atlanta (EUA), no Rio *Shopping Center* utiliza retículas sobrepostas e deslocadas entre si e propõe um espelho d'água pontuado

por uma série de rãs douradas dispostas em malha. O centro comercial instalou-se em edifício em “U”, mostrando ao centro espaço vazio, onde Schwartz instalou uma esfera em equilíbrio sobre uma fonte de base retangular (**Figura 1.24**).

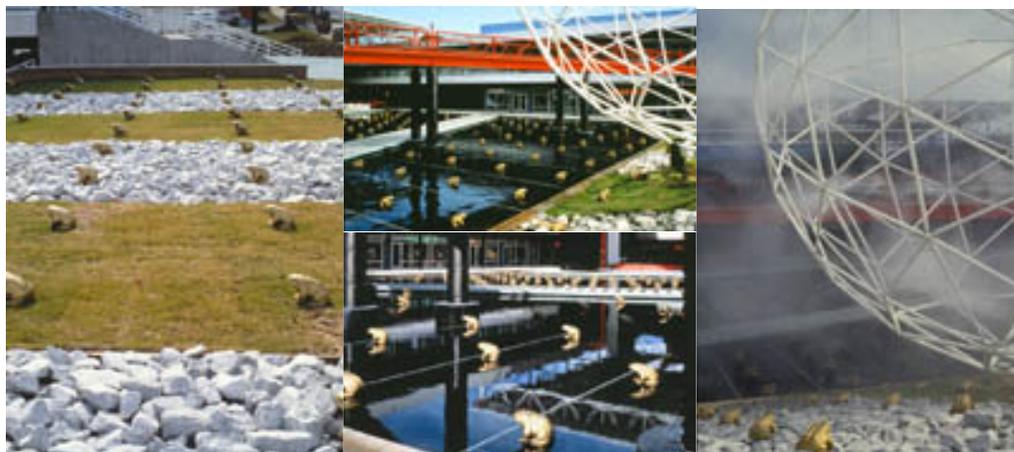


Figura 1.24: Rio *Shopping Center*. Atlanta, (EUA), rãs douradas em malha. Schwartz.
Fonte: <http://www.marthaschwartz.com>.

Para o projeto da *Federal Courthouse Plaza*, em frente ao novo Fórum Federal (**Figuras 1.25 e 1.26**), Schwartz propôs um espaço para atividades cívicas, criando uma paisagem de forte identidade. É para ela “um design conceitual feito de documentos construtivos (...) que inclui montes de terra gramados e toras pintadas de prateado, como elementos simbólicos e esculturais que evocam a memória de formas geológicas e culturais”²³.



Figuras 1.25 e 1.26: *The Federal Courthouse Plaza*. Minneapolis (EUA). Bancos de toras prateadas. Schwartz.
Fonte: Pezeshk (2005).

Adequadas à vida urbana atual, Martha Schwartz tem produzido instalações conceituais para espaços livres públicos e privados em diversas partes do mundo. Utiliza em seus trabalhos estilos e desenhos para obter diversas combinações (**Figuras 1.27 e 1.28**).

²³ Schwartz (www.marthaschwartz.com/ julho 2005).



Figura 1.27: Revival do jardim persa *The Citadel*, Califórnia (EUA). Schwartz. O edifício foi uma fábrica de pneus cujas formas são usadas como elemento de projeto protegendo palmeiras no estacionamento para veículos.

Fonte: <http://www.marthaschwartz.com>.

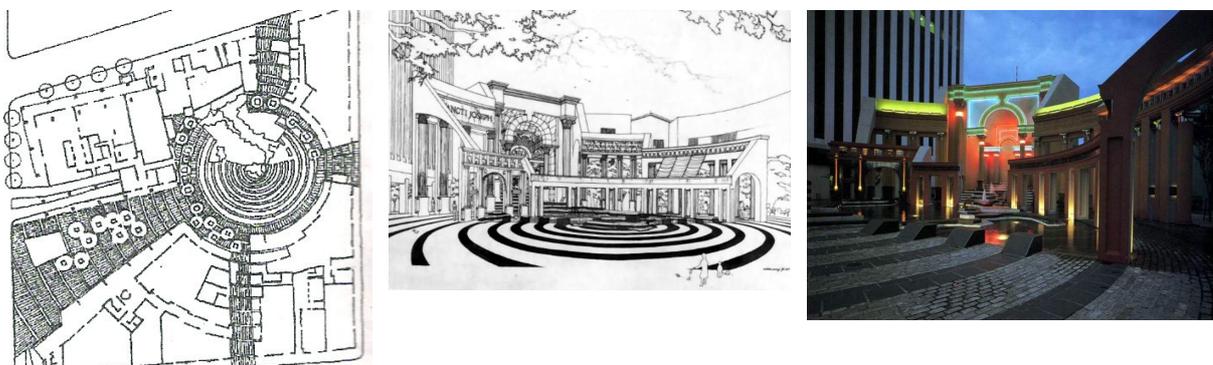


Figura 1.28: *Nexus Kashi III Housing Project*, Fukuoka (Japão). Schwartz. Elementos geométricos, uso da cor, formas abstratas em grama e em pedra conformam caminhos.

Fonte: <http://www.marthaschwartz.com>.

Dentro do princípio do historicismo, Charles Moore e Arata Isazaki utilizaram referências clássicas como simples colagem ao projetaram a *Piazza d'Itália*, (**Figuras 1.29 a 1.31**), o *Beverly Hills Civic Center Expansion*, nos EUA (**Figura 1.32**) ou *Tsukuba Civic Center*, no Japão (**Figura 1.33**). Para a *Piazza d'Itália*, Charles Moore utilizou símbolos típicos daquela cultura, como uma fonte em forma

de mapa da Itália, colunas e capitéis romanos, valendo-se de materiais com intenção cenográfica.



Figuras 1.29, 1.30 e 1.31: Planta da *Piazza d'Italia*, (1975-79) Charles Moore. O pós-moderno lúdico e cenográfico da *Piazza d'Italia*, praça símbolo para a comunidade italiana de Nova Orleans, Luisiânia.

Fontes:1.29 - Franco (1997: 58) ;1.30 e 1.31- <http://icar.poliba.it/storiacontemporanea/seminari/delconte/>:

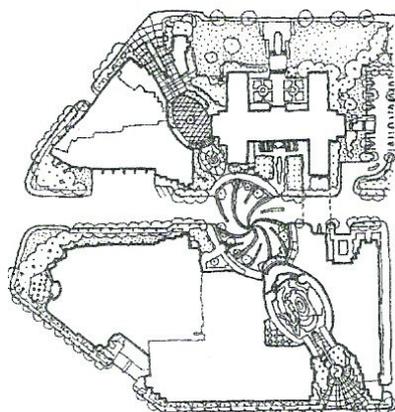


Figura 1.32: *Beverly Hills Civic Center* (1982), Charles Moore.
Fonte: Franco (1997:58).

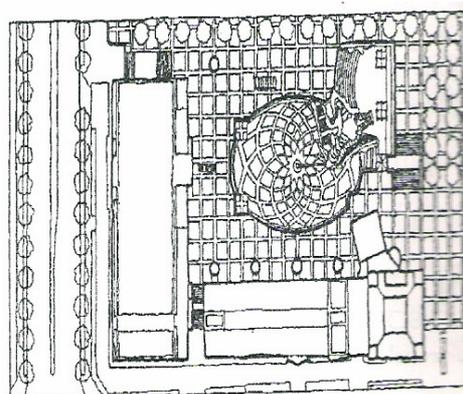


Figura 1.33: *Tsukuba Civic Center*, Tsukuba, Japão (1983), Arata Isazaki.
Fonte: Franco (1997:58).

No mundo contemporâneo a homogeneidade perdeu significado e propostas do pós-moderno fundamentam-se nessa convicção. O debate da pós-modernidade gira em torno da necessidade de reelaborar a modernidade. “A sociedade pós-moderna configura-se como uma pragmática de fragmentos, em que a ênfase está na superposição e na combinação de todas as suas esferas e subsistemas”.²⁴

²⁴ Leite (1994:68).

1.3 - Arquitetura da Paisagem Modernista e Contemporânea no Brasil

1.3.1 - Antecedentes e contextualização

Para uma melhor compreensão das peculiaridades do modernismo brasileiro no campo da arquitetura da paisagem pode ser útil entender seus antecedentes e as práticas de intervenção paisagística que até então predominavam.

Embora, já no período colonial brasileiro registrem-se intervenções de caráter paisagístico, como poderia ser considerada a construção do Passeio Público do Rio de Janeiro por Mestre Valentim, é com a chegada ao Brasil do engenheiro civil francês Auguste François Marie Glaziou (1833-1906), que a prática paisagística se faz mais sistemática. Ele tem sido considerado o primeiro paisagista a atuar no país.

Convidado por D. Pedro II para dar ar de civilidade ao Rio de Janeiro, então capital do império, Glaziou trazia como bagagem a experiência como integrante da equipe de Alphand responsável pela mais emblemáticas intervenções urbanas do século XIX: a reforma de Paris comandada pelo barão Haussmann²⁵. Ainda que Glaziou não repita aqui as intervenções ocorridas em Paris, mesmo porque as demandas e as condições econômicas e sociais eram diferentes, as intervenções que faz no Rio de Janeiro são significativas, embora limitadas, em sua maior parte, ao embelezamento dos jardins públicos.

Projetou os parques da Corte como o da Quinta da Boa Vista, o de São Cristóvão, o do Palácio de Verão de Petrópolis e o São Clemente em Friburgo. Reformou o Passeio Público do Rio de Janeiro, a Praça da República (ou Campo de Santana), Catete, casa de Marquesa de Santos e evidenciou as demandas que a construção da paisagem propunha. No registro do tratamento dos espaços livres públicos, Glaziou representa síntese original das duas tradições em voga na Europa: o pitoresco do jardim à inglesa e o formalismo do jardim à francesa, incorporando-os à tropicalidade da vegetação local²⁶. Sua importância para o Brasil corresponde a de Olmsted para os EUA e sua atuação profissional vincula-se à visão que predominava

²⁵ Georges Eugène Haussmann (1809-1891), prefeito de Paris, foi responsável pela implementação de um dos primeiros e mais significativos planos urbanísticos caracterizados como grandes operações cirúrgicas e que seguiam um conceito de embelezamento estratégico. Destacam-se vários parques na cidade além de todo o traçado urbano. Entretanto, camadas mais pobres da população foram expulsas das áreas centrais pelo processo de remodelação urbana.

²⁶ Leenhardt (2000:14).

no final do século XIX ao considerar a reintrodução da natureza na cidade como solução aos problemas urbanos.

Glaziou organiza o embrião do que atualmente se denomina nas cidades brasileiras de “departamento de parques e jardins”. Glaziou chega, em 1858, para ocupar o lugar de Diretor Geral de Matas e Jardins²⁷ que entre outras tarefas, no final do século XIX, faria o reflorestamento do maciço da Tijuca. E, antes de retornar à França aposentado, contribuiria com a Missão Cruls²⁸ com o levantamento da vegetação e das condições gerais do planalto e chega a sugerir o represamento do lago Paranoá.

Mas as contribuições de Glaziou ultrapassam o seu tempo. Talvez, uma das mais significativas contribuições dele tenha sido a formação, na prática, de desenhistas e profissionais de obra que, depois de sua volta à França, ficaram no país disseminando o conhecimento com ele apreendido. Foram esses desenhistas formados na prática por Glaziou que construíram ou reformaram muitas das avenidas, praças e parques nas principais cidades brasileiras no início do século XX. Exemplo dessa atuação tem-se no Parque Trianon e Jardim da Aclimação, em São Paulo, ou no Parque Municipal de Belo Horizonte. Foi pelas mãos quase anônimas dos discípulos de Glaziou que Pereira Passos, no afã de reproduzir Paris e seus modos civilizados, em 1906, reforma o Rio de Janeiro²⁹.

No início do século XX, ocorreram mudanças significativas na fisionomia das maiores cidades brasileiras³⁰. Simbolizavam progresso e civilização e tais ideais eram incentivados pela preocupação de consolidar o Brasil como República no cenário mundial, construindo e demonstrando independência e desenvolvimento. Propunha-se reestruturação da sociedade e do espaço. Intervenções estatais eram orientadas por estratégias de saúde pública e de embelezamento urbano estabelecidas por legislação urbanística.

Marcadas por ações higienistas, essas reformas seguiam tendências européias. Paris, de Haussman foi exemplo e modelo. Buscavam-se saneamento, garantia de

²⁷ Terra (1993:52).

²⁸ Missão Cruls: comissão organizada em 1892, para demarcar a área onde futuramente seria construída Brasília, chefiada por Luiz Cruls.

²⁹ O Rio de Janeiro, situado num quadro paisagístico único no mundo em meio a mata tropical e morros, era a maior cidade de um Brasil agrário (exportador de café e açúcar) e gozava de má reputação pelas péssimas condições higiênicas (peste bubônica, febre amarela e tuberculose).

³⁰ Segawa (1996:74).

ar e sol às habitações, embelezamento e melhoria de acessibilidade. Isso fez com que muitos projetos enfatizassem a técnica e a estética das cidades, mantendo-se um quadro subordinado a uma total dependência cultural de modelos paisagísticos franceses e ingleses. Bairros-jardins e *boulevares* foram abertos no Rio de Janeiro, Recife, em São Paulo e Belém. Programas de saneamento básico foram implantados no Rio de Janeiro, Recife e em Santos. Implantou-se Belo Horizonte, a primeira experiência de cidade totalmente planejada no Brasil. Em seu projeto estavam previstos jardins, parque urbano, avenidas e *boulevares*.

Reformas implementadas pelo prefeito Francisco Pereira Passos, no Rio de Janeiro, de 1903 a 1906, constituíram reflexos diretos da influência da reforma de Paris: busca da estética da cidade com a construção da Avenida Beira-Mar ajardinada em toda sua extensão e semeada de estátuas e monumentos (**Figuras 1.34**); derrubada de casario colonial e de cortiços (**Figura 1.35**); abertura da Avenida Central (atual Avenida Rio Branco); intervenção na Praça XV, até então terreiro sem qualquer benfeitoria; jardins da Lapa, de Botafogo e da Praça da Glória e implantação ou modificação de diversos parques como o novo Parque Campo de São Cristóvão.

No período destacavam-se obras de infra-estrutura nas cidades prevendo saneamento básico para eliminar ou controlar epidemias. Por outro lado, embelezavam-se praças e avenidas, introduziam-se arborização e ajardinamento de "vazios urbanos", pelo reconhecimento dos benefícios das plantas na área urbana incluindo construção de canteiros em adros e largos de igrejas.³¹

³¹ Segawa (1996:73).



Figura 1.34: Avenida Beira Mar, Rio de Janeiro (1903). Arborização urbana tal como foi deixada por Pereira Passos.

Fonte: Vasquez (1995:121).



Figura 1.35: Alargamento da Rua Uruguaiana, Rio de Janeiro (1905), demolição do casario e transformação da cidade colonial portuguesa em metrópole de feição francesa, inspirada pelas reformas similares promovidas pelo barão Haussmann, em Paris.

Fonte: Vasquez (1995:117).

Pela primeira vez como ocorrera em Paris, principais ruas e praças receberam tratamento paisagístico com arborização e distribuição de mobiliário urbano (**Figura 1.36**). A praça ajardinada tornou-se padrão de qualidade de espaço livre. O ecletismo sedimentou-se, caracterizado pela apropriação de vários estilos e influências. Valorizou-se o uso da vegetação para amenizar os efeitos do acelerado crescimento das cidades. Poucos projetos de espaços livres públicos não faziam uso desse recurso paisagístico³².



Figura 1.36: Introdução de mobiliário urbano e de vegetação em local oriundo de descampado obtido pelo aterro de áreas alagadiças (1906).
Fonte: Vasquez (1995:109).

Durante os anos 20, com as comemorações do Centenário da Independência e com a Semana de Arte Moderna (1922), o nacionalismo surge nos meios culturais. Os bairros-jardins consolidam-se em São Paulo. O Brasil é grande exportador de produtos agrícolas para a Europa. Na década de 30 intensifica-se a industrialização no país que impulsionou a urbanização como forma indispensável de organizar o território para as relações de produção capitalista. O aumento da população urbana, devido à migração do campo para a cidade, e os avanços tecnológicos alteraram as relações sociais e econômicas.

³² Macedo (1999).

Influenciados pela indústria, os anos 30 referiram-se à difusão do movimento moderno e foram comandados pela modernização dos grandes centros urbanos. O modelo é o americano, e propostas foram influenciadas por novidades que mudaram a concepção de cidade: arranha-céu (graças ao elevador), automóvel (que exige malha viária redimensionada) e cinema (como elemento de difusão cultural). A verticalização tornou-se o novo símbolo de modernidade. Segundo teorias modernas do urbanismo setorizaram-se cidades de acordo com suas atividades. Pela Carta de Atenas (1933) – clássico manifesto urbanístico modernista - a cidade ideal deveria atender a quatro funções básicas e distintas: habitação, trabalho, circulação e lazer. O adensamento da cidade produz uma diminuição da quantidade de espaços livres entranhados na malha urbana e valoriza os remanescentes. Várzeas, campos e arrabaldes são ocupados com edificações ou com parques e praças. No programa dos espaços livres, destinados ao passeio e à apreciação da natureza, predomina o lazer contemplativo.³³

Os anos 40 e 50 foram marcados por crescimento populacional no mundo, inclusive no Brasil. Por dados do IBGE (1982), o recenseamento da população brasileira, em 1920, era de 30.635.605 habitantes. Na década de 1950, o número subiu para 51.944.397, aumento de aproximadamente 42%. A população urbana brasileira, em 1950, era pouco mais de um terço. Implantou-se TV nas grandes cidades, concomitantemente à transformação da indústria e à expansão habitacional. O lazer urbano não se restringe a passear ociosamente para contemplar a natureza, mas engloba prática de esportes e recreação infantil. Surgem no Brasil os *playgrounds* e as quadras esportivas como equipamentos característicos e indispensáveis da nova modalidade de lazer.

Nas décadas seguintes, sob a ditadura militar (1964-1984), a indústria automobilística fortalece-se, acelera-se a expansão urbana que as correntes migratórias provocam e consolida-se a rede nacional de metrópoles, passando a maior parte da população brasileira a viver em cidades. São implantados e construídos conjuntos habitacionais para abrigar a crescente população.

Os espaços livres públicos adaptam-se à nova dinâmica da cidade. Seu programa diversifica-se e reuni atividades como o lazer cultural que exige novos equipamentos: anfiteatros, palcos e conchas acústicas. As ruas ficam

³³ Macedo (1999).

congestionadas de veículos e pedestres. Fomenta-se a elaboração de projetos de espaços livres públicos que visam utilização e permanência. Criam-se recantos e estares articulados entre si. Plantam-se forrações como grandes tapetes. Utiliza-se vegetação como elemento tridimensional de configuração de espaços pelo plantio em maciços arbóreos e arbustivos (formando planos verticais).

Nos anos 80, com a crise do petróleo, eclode a onda ecológica. Em 1988, a Constituição ressalta o meio ambiente e as paisagens notáveis, o que possibilita ao paisagismo reconhecer maior solicitação teórica e prática. Os remanescentes nativos, dentro do ambiente urbano, passam a ser protegidos e valorizados³⁴. Verifica-se a conquista de novas frentes de atuação para paisagistas junto a empresas públicas e privadas, em atividades que envolvem questões ambientais e de planejamento territorial. Governos municipais assumem a liderança de iniciativas das transformações nas cidades e favorecem projetos nos espaços livres públicos.

O Brasil chega ao século XXI predominantemente urbano³⁵. O fato dá ímpeto ao paisagismo, na medida em que espaços livres são valorizados e seu uso diversificado. Inúmeros, novos ou renovados, são criados na última quarta parte do século passado, e exigem tratamentos paisagísticos adequados. Buscam-se “novas formas que atendam às novas complexidades sócio-culturais, ecológicas e novas funções na qualificação do ambiente urbano”³⁶.

³⁴ *Idem, ibidem.*

³⁵ População urbana brasileira apresentou taxa de 81,21% em 2000. Projeções apontam para 2020 percentual de 88,94%, de acordo com a Agenda 21 brasileira: bases para discussão (Novaes, 2000:78).

³⁶ Dourado (1997:19).

1.3.2 - Ares de modernidade

A arquitetura paisagística moderna estrutura-se basicamente no atendimento de novas formas de uso que passam a exigir nova organização morfológica do espaço livre urbano. A introdução do automóvel e o rápido desenvolvimento do tráfego de veículos exigem uma reordenação dos tecidos urbanos e a criação de outros, especialmente tratados para a convivência veículo-pedestre. Conforme Macedo (2003):

A arquitetura paisagística se torna, então, **funcionalista** (com a determinação de áreas equipadas especialmente para o lazer recreativo ou esportivo); **nacionalista** (com o abandono do uso de vegetação exótica e com ênfase na tropicalidade do país); **simples** (com a "proibição" do uso de elementos decorativos do passado - pitorescos e temáticos - sendo execradas as cenarizações, as topiarias e qualquer lembrança do Eclétismo recente); **geométrica** (com o uso e abuso das formas geométricas livres, inspiradas nas temáticas da pintura da época, na qual Burle Marx foi o mestre inspirador nacional); **colorida** (com a introdução do uso intenso de pisos multicores).

Pode-se afirmar que o surgimento do paisagismo moderno no Brasil ocorre juntamente com a consolidação da arquitetura moderna brasileira. Entre as décadas de 20 e 30, inúmeras transformações marcam a chegada do modernismo, que comparece sobretudo com um conjunto de manifestações culturais e artísticas de forte tendência nacionalista, tanto na literatura, na música, nas artes plásticas como na arquitetura. No contexto, os arquitetos modernos se imbuem cada vez mais da disposição de pensar uma nova arquitetura que reflita as especificidades brasileiras³⁷.

Essa nova arquitetura trazia possibilidade de planta livre com suportes construtivos e tecnológicos avançados e a utilização de novos materiais. Alterou-se a maneira de projetar ao se abrirem as plantas baixas das edificações para os exteriores. Surge a possibilidade de interação interior com exterior, tornando-se inevitável o reconhecimento de paisagens e a valorização de entornos e de espaços abertos projetados.

Pouco a pouco, o projeto paisagístico moderno difunde-se entre as obras de arquitetura moderna, inicialmente para espaços livres privados (residenciais) e depois para espaços livres públicos urbanos (parques e praças), tornando-se regra a parceria entre arquitetos e paisagistas. Os primeiros nomes a surgirem, libertando-se

³⁷ Dourado (1997:81).

das antigas influências européias, assumindo identidade própria e, simultaneamente, comprometendo-se com as causas modernas foram Mina Klabin Warchavchik e Roberto Burle Marx (1902-1994). Mina, esposa do arquiteto Gregori Warchavchik, buscou valorizar espécies nacionais, principalmente algumas cactáceas - que pode ser observado nos jardins de sua própria residência na Rua Santa Cruz (1928) e nos jardins da casa da Rua Itápolis (1929) -, em contraposição ao emprego dominante de plantas exóticas no tratamento de jardins residenciais (**Figuras 1.37 e 1.38**). De acordo com Dourado (1997: 83), a paisagista:

Perseguia uma economia de meios na organização dos ambientes ajardinados, sintonizada com o mesmo despojamento e o purismo formal dos arquitetos. Dispunha, como estratégia recorrente, de poucas massas vegetais envolvendo os volumes arquitetônicos, em meio a gramados extensivos, quando possíveis, balizados também por alguns caminhos de pedras, resultando em composições que se afastavam da característica profusão de elementos do jardim eclético de fins do século 19 e início do 20 no Brasil.

Da mesma maneira que a pintora Tarsila do Amaral (**Figura 1.39**) e outros artistas modernos, a paisagista Mina valia-se dos cactos como indutores de um novo olhar sobre a paisagem brasileira, transformando-os em ícones de modernidade e brasilidade³⁸.



Figura 1.37: Residência da Rua Santa Cruz, (Casa Modernista). Jardim de entrada com grupo de cactáceas e guapuruvus, São Paulo. Mina Warchavchik (1928).
Fonte: Ferraz (1965: 58).



Figura 1.38: Residência da Rua Itápolis, Higienópolis, São Paulo, (1929).
Fonte: Ferraz (1965: 87).



Figura 1.39: Abaporu, que significa antropófago. Tarsila do Amaral (1928).
Fonte: Proença (1999: 236).

1.3.3 - Importância de Burle Marx

Burle Marx, baseado em procedimento semelhante ao de Mina e na busca pelo moderno, inicia sua carreira de paisagista com um projeto para o jardim residencial de Alfredo Schwartz (1932), no Rio de Janeiro, arquitetura de Lúcio Costa e Gregori

³⁸ Dourado (1997:83).

Warchavchik. À mesma época aceita convite para ser diretor de Parques e Jardins em Recife (PE), de 1934 a 1937. Reforma espaços livres públicos em Casa Forte (1935) e na Praça Euclides da Cunha (Cactário da Madalena). Segundo Dourado (1997: 89):

Para esse conjunto de obras ele ressaltava quatro dimensões principais: a recreativa, a artística, a educativa e a ambiental. Antevia a importância que as praças, os jardins e os parques assumiriam daí por diante em uma cidade transformada, principalmente, pela verticalização das construções, para atender a maiores contingentes populacionais, pela diminuição de espaços de recreação privados e pelos efeitos danosos da industrialização na qualidade ambiental, deixando-se influenciar pelo discurso urbano de Le Corbusier.

Para o Jardim de Casa Forte, Burle Marx apresenta alternativas de tratamento paisagístico sem romper com os princípios acadêmicos da simetria, dos eixos compositivos e das perspectivas. Propõe para o jardim três lagos, sendo dois retangulares e um circular (ao centro). Cada um representa um grupo isolado pela proveniência geográfica de seus elementos, abandonando a prática da topiaria³⁹ e utilizando a vegetação sem os excessos do jardim público eclético em voga à época. No lugar dos tradicionais canteiros pequenos, povoados com várias espécies, constrói áreas amplas, com poucas variações de plantas. **(Figuras 1.40 a 1.43)**

O lago central recebeu flora aquática amazônica, circundado por uma fileira de paus-mulatos com troncos em colunatas e copas simétricas. Ao lado, foram previstos canteiros de tinhorões para colorir o local e nos quatro ângulos, blocos de palmeiras amazônicas. Quanto aos dois lagos retangulares, um foi dedicado à variedade de plantas aquáticas de rios e açudes americanos e outro à flora aquática das regiões tropicais de outros continentes, como *Nymphaea lotus* e *Cyperus papyrus* (oriundos da África).

³⁹ Topiaria: arte de dar formas diversas a árvores e arbustos.

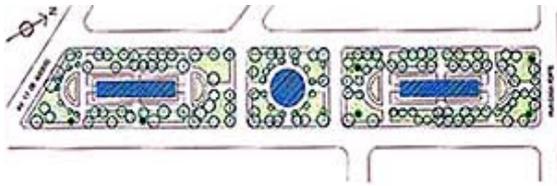


Figura 1.40: Planta baixa esquemática do Jardim de Casa Forte.

Fonte: Sá Carneiro *et al.* (2000).



Figura 1.41: Jardim de Casa Forte. Perspectiva do lago central, Recife – PE. Burle Marx (1934-37).

Fonte: Sá Carneiro *et al.* (2000).



Figura 1.42: Vegetação aquática em um dos jardins retangulares posterior à restauração de 1998. Ao fundo se vêem as fileiras de árvores contornando a praça.

Fonte: Sá Carneiro *et al.* (2000).

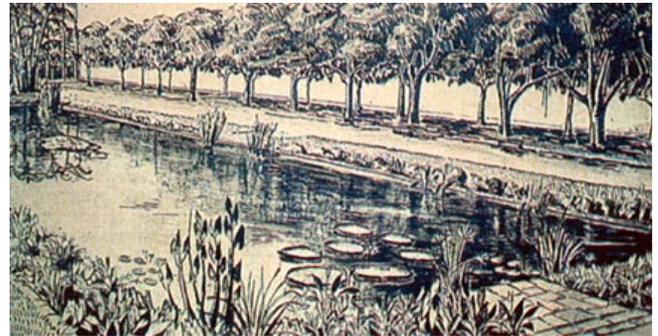


Figura 1.43: Jardim de Casa Forte, perspectiva, Recife PE. Burle Marx (1934-37).

Fonte: Sá Carneiro *et al.* (2000).

Como partido para a Praça Euclides da Cunha fez-se uso de linhas de árvores e plantas típicas originárias da caatinga nordestina - como umbuzeiros, juazeiros, paus-d'arco - para destacar um conjunto central conformado por gêneros brasileiros de cactáceas, euforbiáceas e bromeliáceas (**Figuras 1.44 e 1.45**).

Se o emprego da flora nativa não chegava a ser uma novidade – projetos cariocas dos séculos anteriores já se valiam da natureza tropical, tais como o Passeio Público, de Mestre Valentim e os jardins imperiais de Glaziou - a proposta de criação de um paisagismo brasileiro era algo novo (Siqueira, 2001:20) com assimilação dos condicionantes da paisagem regional e respeito pelo meio ambiente, e pela cultura local.



Figura 1.44: Praça Euclides da Cunha. Planta baixa esquemática.

Fonte: Sá Carneiro *et al.* (2000)



Figura 1.45: Perspectiva de estudo para o Cactário da Madalena, hoje Praça Euclides da Cunha, Recife-PE. Burle Marx, (1935).

Fonte: Siqueira (2001: 18)

Com o Estado Novo, Burle Marx retorna ao Rio de Janeiro. Encontra Le Corbusier, cujos ensinamentos foram valiosos para o rumo que Burle Marx e os arquitetos modernistas imprimiram a seus trabalhos. Burle Marx rompe com o formalismo típico do ecletismo e intensifica a criação de espaços para atender a solicitações públicas ou privadas. Elabora no Rio de Janeiro os projetos de jardins e terraços do Ministério da Educação e Saúde (1937) - marco da arquitetura nacional, construído por Lúcio Costa e equipe. Torna-se um dos pioneiros do paisagismo moderno mundial.

Nesse projeto, Burle Marx aproveita-se da nova concepção arquitetônica urbanística do edifício-quadra, solto no lote, desenha um jardim estruturado por canteiros de formas amebóides com plantas tropicais, com espaços contemplativos e de estar. Utiliza-se do paisagismo com o objetivo de integrar o edifício a seu entorno (**Figuras 1.46 a 1.48**). Para o piso foram escolhidos desenhos em mosaico de pedra portuguesa.

A partir daí, a obra de Burle Marx inova, provoca ruptura com os padrões vigentes e ganha reconhecimento internacional. Burle Marx subverte a natureza ao propor associações vegetais que não seriam encontradas na natureza, mas que mantêm convivência adequada.



Figura 1.46: Jardins do edifício do antigo Ministério da Educação e Saúde. Rio de Janeiro, Burle Marx (1937).

Fonte: Macedo (1999:60).



Figura 1.47: Jardins do térreo e do terraço em formas amebóides

Fonte:

<http://www.usp.br/fau/quapa>



Figura 1.48: Jardins do terraço com destaque para emprego da vegetação conformando espaços.

Fonte:

<http://www.usp.br/fau/quapa.html>

À época, porém, não se observam grandes mudanças na construção formal de seus projetos. As mudanças ocorreram no emprego da vegetação pela influência do botânico Mello Barreto, que lhe oferece noções de ecologia e botânica aplicadas, complementares aos conhecimentos que adquirira intuitivamente. Em 1942 foi convidado a projetar os jardins da Pampulha, em Belo Horizonte (MG): Cassino, late Clube, Casa do Baile, Restaurante e Roseiral, Igreja São Francisco. Em 1943 projetou o Grande Parque do Araxá (MG), em colaboração com o botânico Mello Barreto. Associou pedras e rochas à vegetação.

Em 1948 compra o Sítio Santo Antônio da Bica, seu “jardim e laboratório”. Nesse período destaca-se o projeto do Aterro do Flamengo (RJ), que dá continuidade ao processo de abertura da cidade ao mar pela intermediação dos espaços livres. Este procedimento ocorre desde o espaço pioneiro do jardim do Passeio Público (século XVIII), projeto do Mestre Valentim, ampliado pela Reforma de Pereira Passos e pelos sucessivos aterros da baía (**Figuras 1.49 e 1.50**). O Parque do Flamengo é composto de três conjuntos e o primeiro deles a Praça Salgado Filho encontra-se implantada próximo ao aeroporto Santos Dumont. Burle Marx reúne vegetais em maciços homogêneos - árvores e palmeiras - em sua maioria nativos; trabalha piso em pedra (mesclado ao gramado) e propõe extensos bancos de concreto acompanhando a sinuosidade dos canteiros. No segundo, o jardim do Museu de Arte Moderna do Rio, inova pelo emprego de linhas retas e canteiros ortogonais. Por fim, o Parque Brigadeiro Eduardo Gomes, (conhecido como Aterro do Flamengo) espaço público de lazer de grande porte, que apresenta recantos de repouso e contemplação, áreas para esporte e recreação infantil ou destinadas a atividades cívicas.



Figura 1.49: Planta esquemática do Parque do Flamengo que proporciona, entre a cidade e o mar, grandes espaços livres tratados paisagisticamente.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>



Figura 1.50: Parque do Flamengo no Rio de Janeiro. Paisagismo Roberto Burle Marx e Arquitetos Associados.

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>

Diversas obras de Burle Marx foram desenvolvidas em parceria com Haruyoshi Ohno e José Tabacow, sócios paisagistas, até o falecimento de Burle Marx. Estiveram juntos na elaboração de projetos como o Centro Cívico de Santo André - SP (1967); no Rio de Janeiro, o Edifício da Petrobrás (1969) (**Figura 1.51**), Passeios de Copacabana (1970) (**Figura 1.52**), Largo da Carioca (1981); em Brasília - DF, diretrizes do eixo monumental e Parque Zoológico (1961), os Jardins do Ministério das Relações Exteriores (1965) e da Justiça (1970), edifício do Supremo Tribunal Federal (1967), jardins da Praça Duque de Caxias (1970), Teatro Nacional (1976); e, em São Paulo, Edifício de serviços do Banco Safra, Rua Bela Cintra (1982) e Banco Safra, Avenida Paulista (1985). (**Figuras 1.53 a 1.58**)



Figura 1.51: Edifício Petrobrás, Rio de Janeiro Burle Marx (1969).

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>

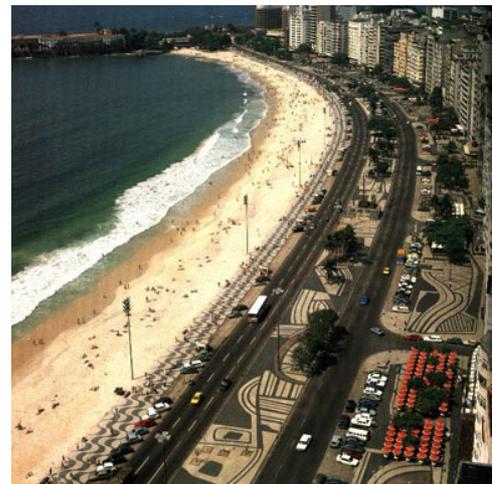


Figura 1.52: Calçada da Av. Atlântica em mosaico português, Copacabana, RJ. Burle Marx (1970).

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>

A originalidade de seu trabalho encontra-se na concepção gráfica e no conhecimento das espécies escolhidas de maneira exata para dar forma e cor ao tratamento paisagístico a seus jardins, tornando-os inteiramente legíveis e reconhecíveis⁴⁰.



Figura 1.53: Planta triangular da Praça Duque de Caxias, Setor Militar Urbano, Brasília, Burle Marx (1970).

Fonte: Siqueira (2001:96).



Figura 1.54: Esculturas de concreto lembram cristais encontrados em profusão no solo cidade.

Fonte: Siqueira (2001:98).



Figura 1.55: Praça Duque de Caxias. Lago e desenhos no piso formados por mosaicos em pedra portuguesa e por canteiros coloridos.

Fonte: Siqueira (2001:99).



Figura 1.56: Praça Duque de Caxias. Em primeiro plano a praça e, ao fundo, o Quartel General.

Fonte: foto de Thais Pompeu (2004).



Figura 1.57: Jardins do Ministério da Justiça, Brasília. Burle Marx (1970).

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>



Figura 1.58: Teto-jardim. Banco SAFRA (Agência Av. Paulista), São Paulo. Burle Marx (1988).

Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>

⁴⁰ Leenhardt (2000:78).

Para o Ministério das Relações Exteriores (Palácio Itamaraty), Brasília – DF (1965), Burle Marx procura compensar o clima seco com a ampla utilização da água criando canteiros como se fossem ilhas de vegetação e emprego da flora local (**Figuras 1.59 a 1.66**).



Figura 1.59: Jardim aquático externo.
Fonte: foto da Thais Pompeu.



Figura 1.60: Espelho d'água explora os reflexos das linhas da arquitetura de Oscar Niemeyer. Buritis ao fundo.
Fonte: foto de Thais Pompeu:



Figura 1.61: Jardim aquático interno no 1º piso. Espécies de sombra e totens para garantir verticalidade.
Fonte: foto de Thais Pompeu.

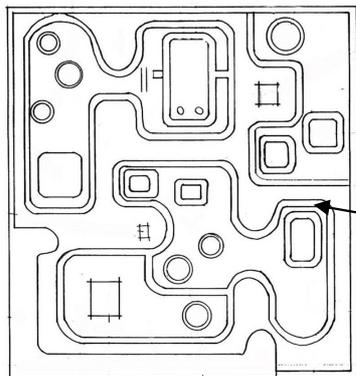


Figura 1.63a: Planta baixa do jardim do terraço.

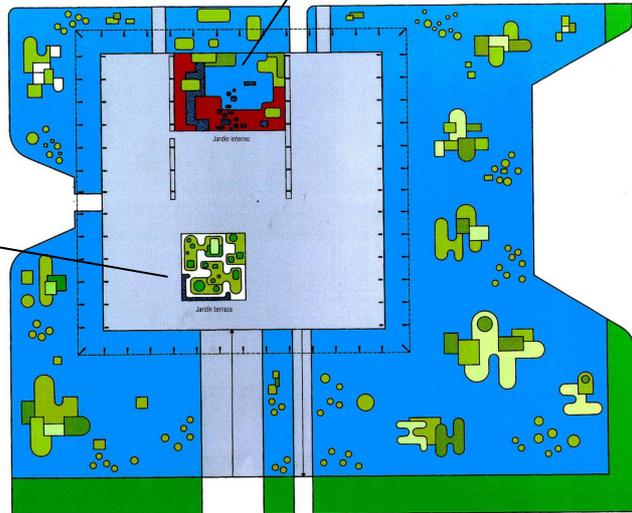


Figura 1.63: Planta Baixa geral, jardins internos e externos do Ministério das Relações Exteriores (Palácio Itamaraty) Brasília. Burle Marx (1965).
Fonte: Montero (2001).



Figura 1.62: Vista do jardim do terraço, com pergolado.
Fonte: foto de Thais Pompeu.



Figuras 1.64, 1.65 e 1.66: Jardim do terraço. Texturas são exploradas pelas características dos vegetais e dos elementos de piso (seixos e pedra portuguesa). Esculturas enriquecem o espaço.
Fonte: fotos de Thais Pompeu.

Deve-se a Burle Marx um dos exemplos de tratamento paisagístico que marcou de maneira significativa os espaços das superquadras do Plano Piloto: o da Superquadra 308 Sul⁴¹, que apresenta uma unidade de linguagem e a superquadra vista como um todo, apesar de contemplar soluções diferenciadas para os espaços projetados (**Figura 1.67**).

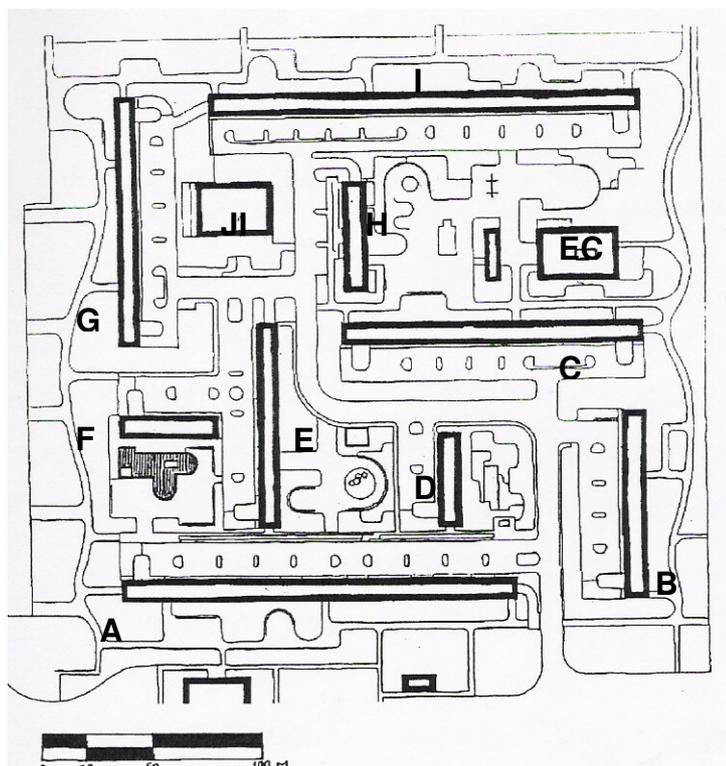


Figura 1.67: Planta da Superquadra 308 Sul.

Fonte: Silva (2003:60), adaptações pela autora.

Após ter seus desníveis do terreno trabalhados de modo a nivelar patamares, para o patamar do Bloco F inclui-se um espelho d'água, definido por extensos bancos de concreto armado que delimitam os espaços. Oferecem oportunidade de descanso, criam áreas de sombra ou ao sol (**Figuras 1.68 e 1.69**).

⁴¹ A superquadra apresenta um conjunto de nove edifícios residenciais e, com o objetivo de servir de modelo da proposta urbanística, a SQS 308 ficou pronta em 1959. Os projetos arquitetônicos são de autoria de Sérgio Rocha e Marcelo Graça Couto. Todos os edifícios apresentam estruturas e fachadas iguais.



Figura 1.68 e 1.69: SQS 308. Próximos ao bloco F, espelho d'água, passarela, recantos, extensos bancos de concreto que delimitam espaços e maciços vegetais formam composição modernista.

Fonte: fotos da autora.

Espaços livres (pavimentados ou não) entre os blocos E e D oferecem área de lazer para crianças pequenas, com grande tanque de areia, em forma circular, com elementos arquitetônicos inusitados possibilitando usos variados e criativos, circundados por árvores que sugerem a crianças explorarem seus galhos (**Figuras 1.70 e 1.71**).



Figuras 1.70 e 1.71: Tanque de areia, com elementos em concreto e em diferentes níveis, possibilita usos diversos. Circundado por árvores com galhos baixos possibilita brincadeiras da criança.

Fonte: fotos da autora.

O parquinho infantil e os espaços próximos à Escola Classe oferecem possibilidades de recreação para outra faixa etária de usuário. Apresentam uma identidade com os demais espaços da superquadra em uma linguagem livre e possibilitam o convívio

entre crianças de diferentes lugares que freqüentam a escola. A vegetação cria pouca sombra predominando clareiras (**Figuras 1.72 e 1.73**).



Figuras 1.72 e 1.73: Espaços livres no interior da superquadra oferecem múltiplas oportunidades de brincadeira e de convivência para a garotada. Pequenos elementos construídos e parquinho infantil encontram-se junto à Escola Classe.

Fonte: fotos da autora.

A vegetação é variada com palmeiras, árvores e arbustos. Juntamente com a vegetação, os pisos foram manipulados de modo a configurar e a caracterizar cada espaço. A vegetação do entorno, como na maioria das superquadras, não segue a prescrição de espécie única para a cinta, entretanto garante emolduramento em renque duplo e amplas calçadas sombreadas (**Figuras 1.74 e 1.75**).



Figuras 1.74 e 1.75: SQS 308 vegetação do interior da superquadra (conjunto de tamareiras *Phoenix dactylifera*) e do entorno (árvores de grande porte).

Fonte: fotos da autora

Explica Franco (1997: 22): “a contribuição maior da obra de Burle Marx está na criação de padrões de desenho que incorporam as formações naturais sem imitá-las, como o fazia o jardim inglês, nem submetem a vegetação à ordem racionalista da topiaria, como na tradição francesa”. Burle Marx forja um ideal de tratamento paisagístico tropical adaptado às novas demandas do movimento da arquitetura modernista. Foi responsável (por quase 50 anos) pelos mais importantes projetos paisagísticos do Brasil, em sua maioria concebidos para o Estado e as elites. Suas criações são obras-primas da arquitetura paisagística mundial do século XX.

1.3.4 - Outros nomes e novos desafios

Após a Segunda Guerra Mundial, sob influência nacionalista, nos maiores centros brasileiros, aumentam demandas por espaços livres tratados paisagisticamente. Nesse contexto, as transformações sociais e as urbanas são constantes. Para a arquitetura paisagística brasileira o modernismo significa (Macedo, 1999: 57):

... um período de *rupturas e construções* no paisagismo. Ruptura, pois se abandonam definitivamente os modos de projetar do Eclétismo, do qual só se conserva a prática de lidar com a vegetação nativa, já bastante desenvolvida (...). Construção, pois a nova forma de encarar o espaço possibilita a formação de uma identidade própria da arquitetura paisagística nacional, objetivando-se a criação de novos espaços que se identifiquem com a paisagem local, da qual se extraem elementos para a sua construção a partir de novos hábitos sociais que se delineiam no período de sua gestação.

Os anos 50 e os 60 marcam o avanço da industrialização e da modernização tecnológica de vários segmentos da economia nacional e a conquista de uma identidade brasileira na arquitetura, que consagrou o movimento moderno brasileiro como dos mais avançados do mundo. Destaca-se a permanência da valorização da vegetação tropical no tratamento e na formalização de projetos. São dessa época os equipamentos destinados ao lazer incorporados nos parques (pistas para corrida). O Parque do Ibirapuera, em São Paulo, é exemplo típico de parque modernista. Foi inaugurado em 1954, em comemoração ao quarto centenário da cidade. Liderado por Niemeyer, um grupo de arquitetos elaborou um projeto que dotou o parque de edificações para uso cultural, interligadas por uma curvilínea marquise de concreto. Possui extensos gramados, áreas arborizadas, caminhos, equipamentos que atraem enormes contingentes de usuários.

A transformação conceitual coincide com a diminuição de quintais nas grandes cidades e a demanda por espaço para lazer. Os hábitos de uso dos espaços livres, especialmente os dedicados ao lazer, alteram-se e diversificam-se. Práticas esportivas exigem instalações especiais para se desenvolverem, como quadras poliesportivas e campos gramados de futebol. Nas décadas de 60 e 70, a concepção e a construção de Brasília como cidade-parque implantada no Planalto Central, são a grande referência urbanística que vai institucionalizar o prédio isolado em meio a espaços livres gramados como parâmetro de qualidade. Essa idéia de superquadra “torna-se o mote de projetos públicos ou privados construídos no país” (Macedo, 1999:67).

Um grande representante da arquitetura paisagística brasileira foi Waldemar Cordeiro, artista plástico em cuja obra se constatam aproximações entre projeto e arte. Projetou jardins modernos que publicados em revistas tornaram-se referências para outros profissionais. Outro nome é Roberto Coelho Cardozo, arquiteto paisagista (de origem portuguesa) que trabalhou nos EUA e responsável pela divulgação das idéias da Escola Californiana no Brasil. Sua obra é influenciada pelo traçado de canteiros e pisos dos paisagistas Halprin e Eckbo (com quem trabalhou ao final dos anos 1940) e pela tropicalidade no plantio de Burle Marx. Defendia o princípio de que jardins, parques e espaços públicos têm como finalidade promover o encontro de pessoas, e o papel da vegetação é o de contribuir como um dos elementos de projeto, para a estruturação de espaços livres. Cardozo dedicou-se também ao ensino. Introduziu a disciplina Arquitetura Paisagística na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no início dos anos 50. Em seu escritório formaram-se as arquitetas paisagistas Miranda Magnoli e Rosa Kliass.

Nos anos 60 vêm “o momento de reestruturação dos departamentos municipais de parques e jardins, o da tentativa de implantação de sistemas de novos espaços verdes nas principais cidades brasileiras, o das exigências de relatórios de impacto sobre o meio ambiente (RIMA) para empreendimentos que interfeririam drasticamente no ambiente natural”⁴² e o das questões ambientais que passaram a ter relevância no planejamento em geral e no urbano em particular. Iniciam-se os programas de pedestrianização de setores das áreas centrais, como o calçadão

⁴² Dourado (1997:15).

(Figuras 1.76 a 1.78) da Rua das Flores (Curitiba - PR) e a introdução do modelo de *Shopping Centers*.



Figuras 1.76, 1.77 e 1.78: Rua das Flores, Curitiba (PR). Programa de pedestrianização de setores de áreas centrais.
Fonte: fotos da autora.

No Brasil, é possível identificar projetos comprometidos com a inserção de variáveis ambientais, explorando possibilidades formais a partir desse enfoque. Alguns projetos fazem uso do conhecimento dos processos ecológicos, com resultados plásticos e funcionais diversos. A partir da década de 80 vigora o ideal pós-modernista, com variedade de formas e o aparecimento de um novo tipo de paisagem urbana. A chegada de informações de novas obras realizadas no exterior, em especial Estados Unidos, França, Espanha e Japão, substitui o nacionalismo exacerbado dos anos 40, 50 e 60 por um liberalismo formal. Admite-se o uso de formalismos estético-formais derivados de um pós-modernismo arquitetônico adaptado de manuais estrangeiros e inclui-se uma visão ambientalista.

Identificam-se duas correntes básicas: a ecologista e a cênica. A ecologista valoriza a conservação e o contato com a natureza. Nessa abordagem, no Rio de Janeiro dois exemplos se atribuem ao arquiteto paisagista Fernando Chacel em parceria com Sidney Linhares: o Parque de Educação Ambiental Professor Mello Barreto

(1994) e o Parque da Gleba E (projeto de 1986 e implantação de 1990). O primeiro trata da recuperação de um ecossistema aquático (**Figura 1.79**). O segundo resgata uma paisagem ecologicamente sensível e degradada em um condomínio residencial. Tem como objetivo recuperar não só o manguezal, mas a restinga e toda a área marginal de proteção da lagoa da Tijuca (**Figura 1.80**).



Figura 1.79: Parque de Educação ambiental Prof. Mello Barreto. Recuperação e Educação Ambiental, Rio de Janeiro (RJ). Fernando Chacel e Sidney Linhares.
Fonte: Chacel (2001).



Figura 1.80: Parque da Gleba E. Restinga implantada por processo ecogenético. Rio de Janeiro (RJ) Fernando Chacel e Sidney Linhares.
Fonte: Chacel (2001).

Em São Paulo, em 1992, com o Parque Cidade de Toronto, valorizam-se as possibilidades formais e ecológicas de uma bacia de drenagem, com uma apreciação estética de áreas de brejos. Partiu-se da recuperação de áreas degradadas em antiga área de mineração de areia, propondo um lago cujas encostas foram recuperadas com espécies nativas. Pela Prefeitura de Santo André (SP), numa abordagem sensível de ecologia urbana, destaca-se o trabalho desenvolvido por Henrique Zanetta e Raul Pereira, recuperando uma área degradada e descanalizando um antigo córrego para implantar-se o Parque Celso Daniel (**Figuras 1.81 e 1.82**) na região central da cidade. Salienta-se todo o trabalho de arborização urbana que contemplou bairros da periferia e que contou com participação popular na implantação e manutenção de novos espaços livres públicos, além do projeto de educação ambiental promovido pelo departamento de parques e jardins.



Figuras 1.81 e 1.82: Parque Celso Daniel. Santo André (SP). Situado no centro da cidade contempla atividades culturais e esportivas.
Fonte: fotos da autora.

Em Curitiba encontram-se exemplos bem sucedidos que contemplam o viés ambiental. No início dos anos 70, o parque Barigüi influenciou a criação de espaços similares por todo o país. Implantado em uma área de preservação ambiental, teve o Rio Barigüi represado para controlar enchentes (**Figuras 1.83 a 1.85**). Em conjunto com outros parques objetivou-se formar um cinturão verde para a cidade.



Figuras 1.83 e 1.84: Parque Barigüi, Curitiba – PR (1972). Extensos gramados, trilhas e caminhos sinuosos interligam os núcleos de atividades esportivas, culturais e de recreação infantil.
Fonte: fotos da autora.



Figuras 1.85: Parque Barigui, Curitiba – PR (1972). Rio represado para conter enchentes.
Fonte: fotos da autora.

Em 1990, projeta-se o Parque das Pedreiras, localizado na antiga pedreira municipal, que tem o Espaço Cultural Paulo Leminski - com palco coberto e platéia ao ar livre - e o Teatro Ópera de Arame, construído em estrutura metálica e vidro, tornando-se símbolo da cidade (**Figuras 1.86 a 1.88**). O Bosque Zaninello (1992) abriga a Universidade Livre do Meio Ambiente cujo edifício foi construído em estrutura de troncos de eucalipto com uma rampa de 22 metros de extensão que leva ao mirante localizado em seu topo. Conta com um anfiteatro ao ar livre. Atualmente ali funcionam cursos, oficinas de arte e exposições (**Figuras 1.89 a 1.91**). Em 1996, projeta-se o Parque Tanguá também numa área de antigo complexo de pedreiras desativadas (**Figuras 1.92 a 1.94**).



Figuras 1.86, 1.87 e 1.88: Parque das Pedreiras, na antiga pedreira municipal. Curitiba – PR (1990). A vegetação local foi mantida e foi construído o Teatro Ópera de Arame (1992) em estrutura metálica de linhas contemporâneas.
Fonte: fotos da autora.



Figuras 1.89, 1.90 e 1.91: Bosque Zaninello. No bosque funciona a Universidade Livre do Meio Ambiente. Propostas distintas de usos dos espaços incluem anfiteatro ao ar livre. O edifício da universidade foi construído em troncos de eucalipto.

Fonte: fotos da autora.



Figuras 1.92, 1.93 e 1.94: Parque Tanguá. Curitiba – PR (1996). Em uma área de antigo complexo de pedreiras desativadas, mostra a possibilidade de conciliarem demandas ambientais e diferentes usos.

Fonte: fotos da autora.

Em Salvador (BA), o Dique do Tororó revitalizou a área ao redor do antigo dique⁴³. Em Belém, a Casa das Onze Janelas, projeto de 2001, revitalizou a área do antigo porto ao lado do Forte do Castelo e do museu histórico, projeto de Rosa Grena Kliass incluindo o elemento simbólico da água na proposta para a orla. O espaço livre entre a Casa das Onze Janelas e o Rio Tocantins constitui-se num tratamento paisagístico contendo duas pequenas praças com fontes centrais, anfiteatro e patamares gramados, além do mirante com vista para o rio ⁴⁴ (**Figuras 1.95 a 1.98**).

⁴³ Pezeshk, (2005:18).

⁴⁴ *Idem, ibidem* p:29.



Figuras 1.95, 1.96, 1.97 e 1.98: Espaço entre a Casa das Onze Janelas e o Rio Tocantins com fontes e mirante para o Rio. Belém (PA) Rosa Kliass.
Fonte: Pezeshk (2005).

A corrente cênica produz verdadeiras colagens, caracterizadas pelo retorno do pitoresco (grutas, fontes e pontes), pela introdução de elementos escultóricos resgatados do ecletismo (vasos e pórticos) e pela presença de características do jardim barroco francês (simetria, ortogonalidade e bordadura). Algumas vezes chega-se a situações de irreverência formal absoluta. As mudanças são poucas no que se refere ao aspecto funcional. Observa-se a manutenção de velhos programas em espaços públicos ou privados. Recebem influências de idéias desconstrutivistas e simbólicas provenientes da Europa e EUA, entre elas o Parc de La Villete, de Paris ou a fonte de Peter Walker no campus da Universidade de Harvard, Cambridge. A Praça Itália em Porto Alegre (**Figuras 1.99 e 1.100**), de Carlos Fayet e equipe (1990) e a maioria das intervenções do projeto Rio-Cidade (anos 1990, Rio de Janeiro) exemplificam esta forma de projetar e constituem um marco que se apresenta como característica pós-moderna (Macedo, 1999).



Figuras 1.99 e 1.100: Praça Itália, Porto Alegre (1990). Pouca vegetação e com colunas usadas como elemento cênico, marco da linha pós-modernista.

Fonte: Projeto Quapa / www.usp.br/fau/quapa.html

Em Brasília, seguindo essa influência de retorno ao uso de ícones ecléticos, destaca-se o pórtico de entrada do Pontão, que resgata um arco romano e que faz parte do Projeto Orla⁴⁵ situado no setor residencial do Lago Sul (**Figuras 1.101 e 1.102**).



Figuras 1.101 e 1.102: Pontão do Lago Sul. Pórtico de entrada como releitura dos arcos romanos, pisos com desenhos geometrizados, uso de simetria na colocação de vasos e no espelho d'água que circunda o pórtico. Uso de vegetação tropical.

Fonte: fotos da autora.

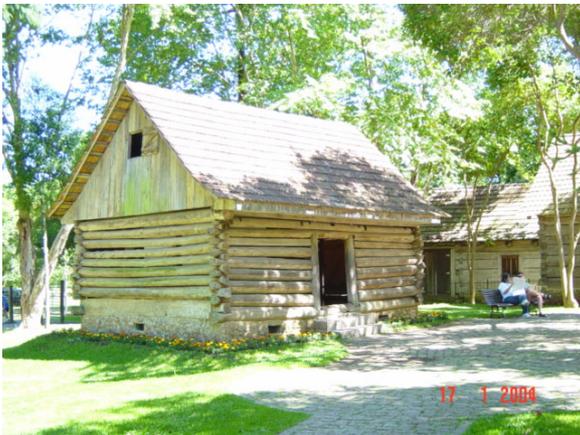
Exemplos em Curitiba comprovam o que melhor o movimento contemporâneo (pós-moderno brasileiro) produziu. O Jardim Botânico (1991) protagoniza um novo ecletismo na nostalgia das formas de seus canteiros. Lembram os jardins franceses dos séculos XVIII e XIX. O Bosque Alemão (1996) tem imenso portal de fachada alemã. No Bosque do Papa João Paulo II (1978) encontra-se o Memorial da Imigração Polonesa, com casas em troncos de madeira e mobiliário utilizado pelos primeiros imigrantes em Curitiba (**Figuras 1.103 a 1.108**).

⁴⁵ O Projeto Orla compreende um conjunto de espaços livres públicos para dar uso a uma faixa de terras situada às margens do Lago Paranoá. Estão previstos 11 pólos que estariam interligados por faixas de vegetação, calçadões e ciclovias.



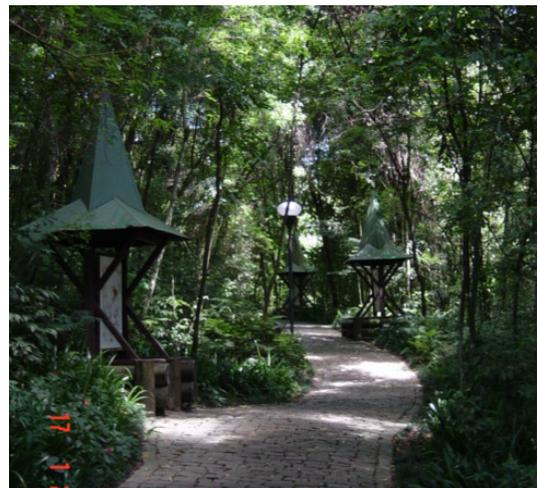
Figuras 1.103 e 1.104: Jardim Botânico, Curitiba – PR (1991). Velhas formas do ecletismo são reincorporadas e revistas no projeto de cunho cenográfico de canteiros geométricos e estufa metálica.

Fonte: fotos da autora.



Figuras 1.105 e 1.106: Bosque do Papa, Curitiba – PR (1980). Memorial da imigração polonesa. Casas de troncos e mobiliário dos primeiros imigrantes. Acesso é feito por ciclovia que une a outros espaços públicos.

Fonte: fotos da autora.



Figuras 1.107 e 1.108: Bosque Alemão, Curitiba – PR (1978). Pórtico cênico, o Mural de Fausto, reconstitui fachada típica alemã. Apresenta formalismo nos canteiros. Trilha percorre a mata e história de João e Maria é contada em totens.

Fonte: fotos da autora.

Macedo (1999) interpreta:

Ao mesmo tempo em que se forma uma postura neo-eclética na concepção dos espaços, é possível afirmar que se configura também uma postura pós-moderna, pois opta-se pela não-fixação de uma linha projetual definitiva, pelo uso e reciclagem de velhas fórmulas, técnicas e elementos formais, misturando-os e fundindo-os entre si, criando-se sínteses nunca vistas até então.

A atualidade apresenta paradoxos com constantes tensões entre o antigo e o novo, o tradicional e o desejo de inovar. As feições do tratamento paisagístico revelam essas tendências e, embora os projetos modernos continuem presentes na paisagem urbana, o estilo contemporâneo se mescla aos demais. Sua principal marca é a liberdade de possibilidades. Ao contrário do modernismo, permitem referências a traços antigos, desenhos arrojados nos pisos e preservação ecológica. O Centro Empresarial Itaú-Conceição, na Estação Conceição do Metrô de São Paulo, é projeto de Maria Lourdes Oliveira e considera-se exemplo de transição para o estilo contemporâneo. Apesar do seu desenho moderno, com nichos e espelhos d'água, há esculturas com água, piso de granito misturado a mosaico português. Há espaços para circulação, descanso, feirinhas ou manifestações artísticas, confirmando uma característica que combina múltiplas possibilidades (**Figuras 1.109 a 1.116**).



Figuras 1.109, 1.110, 1.111 e 1.112: Centro Empresarial Itaú Conceição. Esculturas, espelhos d'água, espaços sombreados, lugares para feirinhas, exposições e manifestações culturais.
Fonte: fotos da autora.

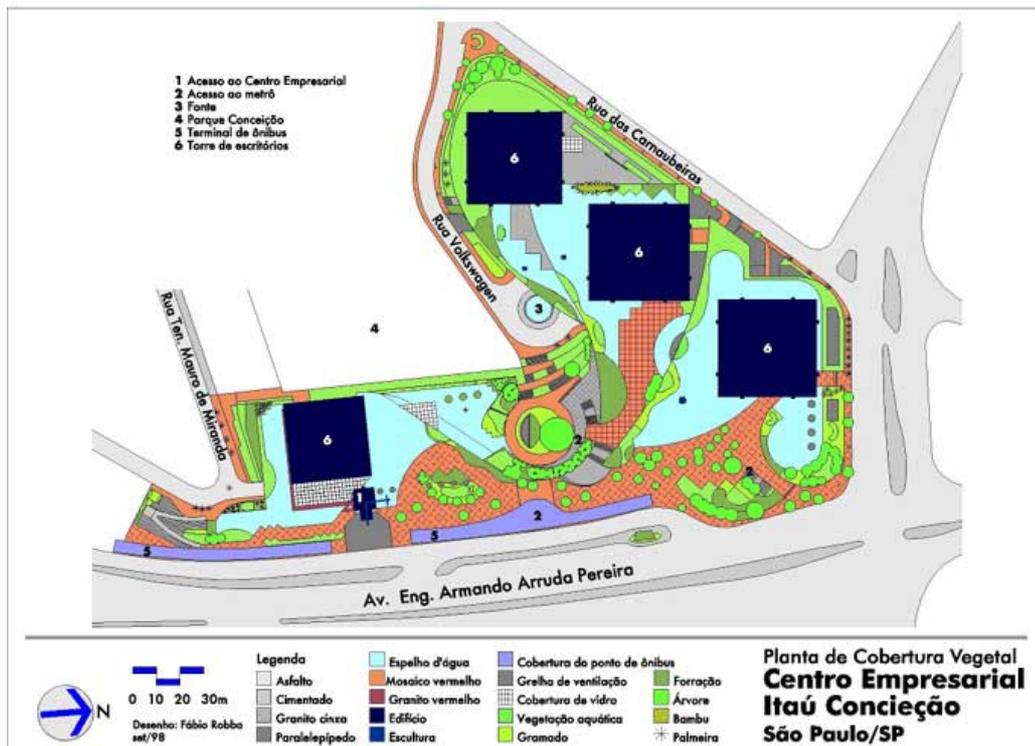


Figura 1.113: Centro Empresarial Itaipu Conceição, São Paulo. Maria Lourdes Oliveira.

Fonte: Projeto Quapa / www.usp.br/fau/quapa.html



Figuras 1.114, 1.115 e 1.116: Centro Empresarial Itaipu Conceição São Paulo (1980/2001) ampla utilização da água e a elaboração da praça como condição especial de projeto para romper a divisão do lote particular, integrando-o à cidade. O tratamento paisagístico não se limitou ao terreno e buscou integração com áreas públicas adjacentes (Parque da Conceição). Os pedestres têm livre circulação pela praça e pelos terrenos da empresa, que se transformaram em espaço público de lazer.

Fonte: Projeto Quapa / www.usp.br/fau/quapa.html

Do ponto de vista da vegetação, embora alguns aspectos possam abrir possibilidade de linguagens, o que se verifica é o empobrecimento do repertório das espécies e a padronização estereotipada do tratamento desses espaços. Como exemplo há o uso indiscriminado do pingo de ouro (*Duranta repens*), espalhado por todo o Brasil (Figuras 1.117 a 1.119).



Figura 1.117: Uso do pingo de ouro em calçadas de Curitiba – PR.
Fonte: foto da autora.



Figura 1.118: Pingo de ouro em projetos da nova orla da Ponta Negra, Manaus – AM.
Fonte: foto da autora.



Figura 1.119: Pingo de ouro nas superquadras de Brasília - DF.
Fonte: foto da autora.

Para Galender (1992:118): “A dinâmica da apropriação humana talvez seja um dos aspectos básicos para a revisão da tradicional caracterização dos espaços livres urbanos, pois a expectativa e a atuação efetiva do usuário reflete-se diretamente sobre o espaço, juntamente com a acelerada transformação da cidade, apoiando a redefinição dos espaços de uso coletivo”. Recentes transformações econômicas, sociais e culturais têm produzido alterações no modo de se tratarem espaços livres públicos, efetivamente os espaços da cidadania. Inúmeros são os pontos polêmicos pela complexidade de situações e soluções que se apresentam.

Hoje, na escala urbana substitui-se paisagismo por arquitetura da paisagem e em escala regional, por planejamento da paisagem, designando as escalas de abrangência. Surgem os trabalhos de Maria Assunção Ribeiro Franco (1997 e 2001), que trouxeram subsídios para se desenvolver o planejamento ambiental, em que se inserem as políticas públicas, evidenciando nova percepção das cidades e de suas relações com a natureza.

CAPÍTULO 2

CONCEPÇÃO MODERNISTA DOS ESPAÇOS LIVRES

Introdução

No presente capítulo, foca-se o entendimento da evolução dos espaços livres urbanos a partir da Revolução Industrial, que culmina em transformações sociais, culturais e econômicas provocadas pela industrialização e pela massificação do consumo. Com o aumento da população urbana, a cidade passa a necessitar de novos programas para seus espaços, exigência da classe burguesa emergente. Essa mudança de programa traz outra possibilidade de apropriação do espaço público urbano, produto direto da nova situação política-econômica que evidencia nova função: o lazer e a recreação, não mais como uma das atividades humanas, mas como necessidade básica gerada pela divisão do trabalho que acompanha a consolidação do capitalismo industrial⁴⁶.

Impactos advindos dessa nova condição fazem surgir propostas utópicas numa tentativa de resolver os problemas de insalubridade, de pobreza e de poluição nas cidades, sugerindo “fragmentos da natureza” no meio urbano, pela inserção de espaços livres arborizados.

Abordam-se as obras de Olmsted (antevistas das propostas de cidade-parque) e as cidades-jardins de Howard (oferta generosa de espaços livres na cidade) acrescidas das idéias de Le Corbusier que, juntas, constituem as influências diretas para as concepções de Lúcio Costa para Brasília. Trata-se o movimento modernista, quando as cidades modificam-se em todos os sentidos, principalmente pela modernidade funcionalista que trouxe aos espaços livres das cidades tradicionais uma postura de desprezo às visões do passado.

Com esse novo paradigma, o aglomerado urbano disforme e irregular é abolido. A imagem pretendida da cidade passa ser uniforme e regular. O desejo de ordem contraposto à desordem torna-se ideologia dominante. Defende-se a reformulação

⁴⁶ Galender (1992:115).

da cidade. Circulação passa a ser fluxo. A rua e o quarteirão, encontrados na maioria das cidades, são substituídos pelas figuras da via e da quadra.

2.1 - Espaços Livres Urbanos como Solução

Cada época ou momento histórico apresenta características específicas de tratamento do espaço livre público urbano uma vez que a cidade, enquanto produto histórico e social, transforma-se à medida que sociedade como um todo também se transforma. A cidade é algo não definitivo, assumindo formas e conteúdos diversos. Certos pré-requisitos tiveram que ser satisfeitos para que a cidade pudesse aparecer e crescer. Antes que a revolução urbana pudesse ter lugar, foi necessária uma revolução agrícola e, pode-se dizer que - embora as cidades existam há cerca de 5.500 anos - a urbanização constitui fenômeno tipicamente moderno. Do desenvolvimento da percepção que os problemas decorrentes da Revolução Industrial e do desenvolvimento capitalista podem ser simplesmente resolvidos pela abertura de espaços livres nas cidades é que se chega à solução do modelo de cidade-parque.

Foi somente com a Revolução Industrial que mudanças substanciais no espaço das cidades ocorreram e que deixaram marcas profundas em suas estruturas e enorme deterioração do ambiente urbano. No século XIX, na Europa, surgem novos contornos na paisagem urbana com a volumetria das fábricas, das habitações multifamiliares e das estações ferroviárias⁴⁷. Buscam-se novas formas de geração de energia. Com o aparecimento de ferrovias e rodovias, alteram-se noções de tempo, de distância, de movimento (circulação de mercadorias e pessoas) e conseqüentemente de espaços. De acordo com Kohlsdorf (1985:22):

Observa-se, na organização do espaço intra-urbano, a substituição de morfologias que vinham, desde a Idade Média, convivendo com estruturas de épocas anteriores (como o Renascimento e o Barroco). À transformação dos meios de produção, corresponde o advento de novas atividades urbanas, a desestruturação dos sistemas funcionais remanescentes de outras épocas e uma alteração radical nas necessidades e possibilidades de locomoção; coerentemente, a configuração de cidades como Londres, Paris e Berlim, altera-se radicalmente como jamais até então, e isto tanto pela velocidade do processo de renovação de seus espaços quanto pela natureza destas transformações.

⁴⁷ Galender (1992:116).

Na Inglaterra, em decorrência dessas transformações, as condições de vida urbana se agravam pela expansão ferroviária cortando o território, pelo crescimento incontrolável das cidades e dos subúrbios – com a massa dos trabalhadores que deixaram o campo - e pelos interesses nacionais voltados à obtenção de matéria-prima. As cidades antigas foram adensadas e habitações operárias com iluminação e ventilação precárias situavam em vielas estreitas com exíguos pátios internos. Imundícies dos esgotos corriam em valas a céu aberto. O inédito aumento da população urbana acarretou conflitos sociais, insurreições; pestes e epidemias, pela falta de saneamento, pela poluição do ar e dos cursos d'água.

Surge a necessidade de intervenção do poder público para solucionar esses problemas advindos da acelerada urbanização, ordenando o crescimento das cidades e tentando abrigar as grandes massas urbanas que se formavam. Para enfrentar essa nova situação e garantir condições mínimas de higiene, são propostas modificações significativas nas estruturas das cidades. Como solução, propõe-se abertura de espaços livres arborizados (praças e parques) integrando a malha urbana e que propiciou uma evolução do paisagismo baseado na oferta de qualidade espacial. Surgem movimentos ligados à implantação de parques públicos considerados como necessidade de vida civilizada⁴⁸ e o desenho de parques se integra firmemente ao planejamento urbano, apesar de nos EUA, ainda no século XIX, nascer o conceito de Sistema de Parques com o movimento dos Parques Americanos, remetendo a Olmsted.

Nesse contexto de mudanças do início do século XX, a Inglaterra, primeiro país e mais poderoso a iniciar processo de modernidade, retrata uma situação econômica e social cuja maior característica é a consolidação de um capitalismo monopolista baseado num padrão global de riqueza que visa consumo e acumulação de bens. Por outro lado, a industrialização mundial foi impulsionada pelo desenvolvimento tecnológico, numa concepção de grande produção implementada pelo Fordismo⁴⁹. O

⁴⁸ No final da década de 60 do século XIX, a maioria das grandes cidades da Inglaterra e França tem seus parques públicos.

⁴⁹ Método de produção implementado na indústria automobilística, por Henri Ford. Visava o incremento de produtividade e cumpria um esquema cujos trabalhadores envolviam-se em processos segmentados, cujas partes atinham-se em apenas alguma etapa, sem se envolver com o todo.

intuito era atender uma demanda crescente que se consolidava no mundo capitalista.

Este crescimento industrial implicou no crescimento de demandas por recursos naturais e de uma noção de progresso sem limites onde natureza era tida como um bem livre e inesgotável. A necessidade de tecnologia como fator diferencial na indústria gerou transformações nos processos de produção e uma revolução social em todo o mundo.

A questão ambiental emergiu com esse crescimento da industrialização, após a Segunda Guerra Mundial, promovendo importantes mudanças na visão do mundo. Com a crise do petróleo de 1973, pela primeira vez, a humanidade percebeu que os recursos naturais não são inesgotáveis e que o uso incorreto pode representar o fim de sua própria existência.

A Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano), organizada pela ONU, em 1972, reuniu 113 países e constituiu-se num importante acontecimento histórico na busca por soluções para os problemas ambientais que se apresentavam em todo o mundo. A Conferência apontava as causas dos problemas ambientais e seus efeitos negativos para toda a sociedade e o meio natural. Evidenciava a necessidade de mudanças nos modelos de desenvolvimento econômico, nos hábitos e nos comportamentos dos indivíduos em relação ao meio ambiente. O conceito de desenvolvimento sustentável foi definido em 1987, pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente, da Assembléia Geral das Nações Unidas, com a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum*, também conhecido como Relatório Brundtland. O referido relatório define uma sociedade de desenvolvimento sustentável como “aquela que satisfaz as necessidades da atualidade sem comprometer a capacidade das gerações futuras para satisfazer as suas”. Sustentabilidade compreende o conjunto de ações e práticas que buscam a constante melhoria da qualidade de vida do homem no planeta, de forma a não comprometer os recursos naturais existentes. E a partir daí evidencia-se a necessidade de esforço comum e planetário para alterar os rumos do modelo de desenvolvimento econômico, firmando-se no cenário político.

Na Europa e nos EUA a recente intensificação dos debates sobre a importância dos espaços livres, ressalta o reconhecimento da necessidade desses espaços, em

quantidade para a qualidade de vida nas cidades, numa época em que a população se concentra cada vez mais em áreas urbanas, constituindo preocupação mundial.

2.1.1 - Legado de Olmsted

Reconhecido mundialmente como fundador da profissão de arquiteto paisagista, Frederick Law Olmsted é considerado o “Pai da Arquitetura da Paisagem norte-americana”. Olmsted forjou uma função para os parques urbanos em estreita ligação com a diminuição dos problemas ambientais e sociais da cidade. Entendia cidade e campo como conjunto único, formando uma seqüência fluente de espaços edificados e não edificados. O contexto em que emergiram as idéias e os projetos de Olmsted era o da consolidação da Revolução Industrial, com seus efeitos nocivos à saúde das populações.

Uma das principais contribuições de Olmsted para o planejamento foi o conceito de que formas e materiais devem estar adequados ecologicamente para cada terreno. O plano para o *Central Park*, por exemplo, expressava o idealismo de uma elite social e intelectual que morava no coração econômico do país, consciente do crescimento dinâmico das cidades, entendedora de que o futuro do país dependia cada vez mais do ambiente urbano. Como a maioria dos intelectuais acreditava que as cidades americanas deveriam inovar na resolução dos problemas sociais, por meio de planejamento ambiental e urbano.

Olmsted teve formação profissional permeada por experiências que influenciaram seu trabalho. Viagens à Europa possibilitaram contatos com jardineiros paisagistas (*landscape gardeners*) ingleses, viajantes e teóricos da paisagem. Percebeu que os grandes problemas da urbanização, como pobreza, crime e prostituição, eram internacionais. Conheceu experimentos reformistas como as obras de Lancelot (Capability) Bawn, Humphrey Repton, John Nash e Joseph Paxton. Este último propôs o Plano de *Birkinhead Park*, com conceito inovador ao distribuir conjuntos habitacionais nas bordas de um parque, onde o sistema viário apresentava hierarquia de vias e favorecia aspectos ambientais e setoriais de vizinhança (**Figura 2.1**). Este projeto de vanguarda (1843-1844) tornou-se inspirador de futuros trabalhos de Olmsted. Apesar das influências culturais inglesas, Olmsted trazia “questionamentos elaborados ao longo de sua polivalente vida e carreira, para o lócus geográfico da América, em que a degradação do ambiente selvagem, fruto da exploração descontrolada e o crescimento das cidades sem a preocupação com a

inserção da natureza nesse processo, haviam configurado o quadro denunciado por seus contemporâneos”⁵⁰.

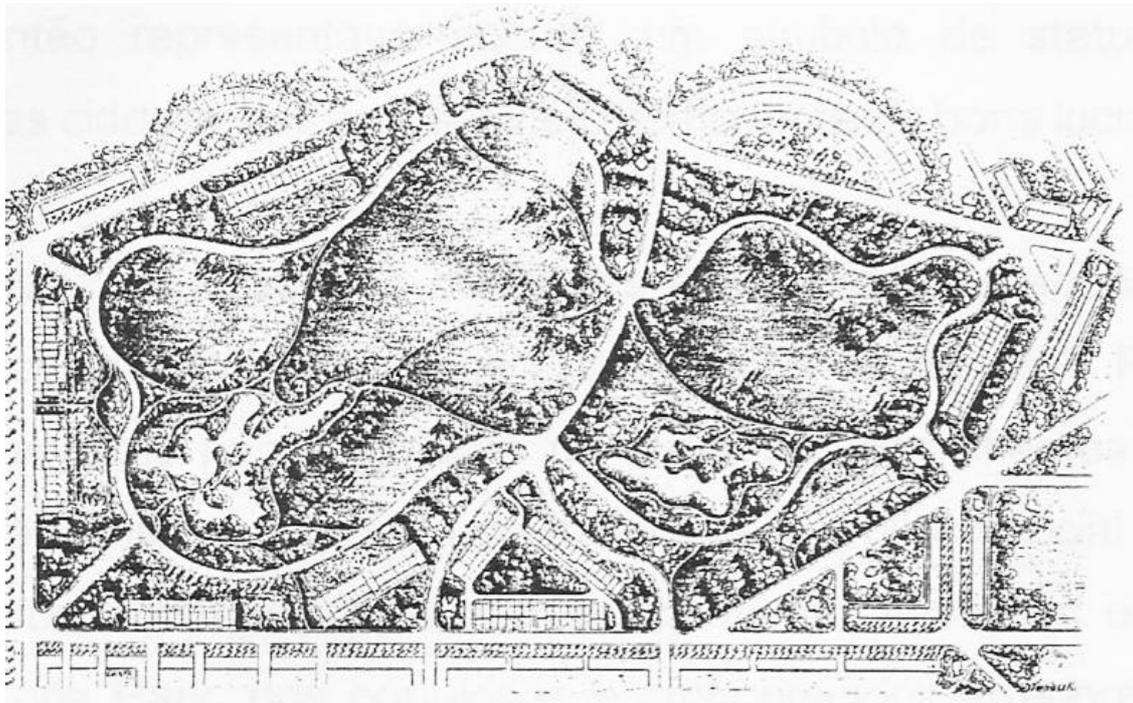


Figura 2.1: *Birkinhead Park*, vários conjuntos habitacionais ao longo de um parque, de Joseph Paxton, considerado o primeiro projeto resultante do estabelecimento de políticas públicas que visavam à criação de parques nas cidades inglesas.

Fonte: Jellicoe (2000:270).

Olmsted formulou teorias estéticas e recusou seguir a moda de jardinagem à época. Diferente dos demais profissionais em estilo e escala de trabalho e na maneira de propor soluções - por meio de desenhos, após análise e diagnóstico dos problemas - relutava em aceitar o termo jardineiro-paisagista. Evoluindo sua carreira, denominou-se arquiteto paisagista, que passou a configurar uma nova profissão (*landscape architecture*). Adepto das concepções higienistas⁵¹ que se disseminavam na Europa e preocupado com as necessidades de lazer e recreação da população, Olmsted defendia a criação de espaços livres nas áreas urbanas, trazendo para a cidade os benefícios dos cenários naturais.

⁵⁰ Lima (2004:47).

⁵¹ O movimento higienista ressurgiu no século XIX influenciado pelos novos conhecimentos científicos na área da biologia, com a descoberta da fotossíntese e a noção de salubridade. Este movimento, desde suas origens (fins do século XVIII), valeu-se da “teoria dos meios”. Esta insistia em que os males eram advindos da estagnação de todo o tipo – água, lixo e homens. Assim, a circulação transformou-se na palavra de ordem da engenharia sanitária. A teoria higienista acreditava que os genes mórbidos vinham das exalações pútridas dos pântanos e brejos, mangues e demais águas paradas. Passou a ser contestada a partir da teoria microbiana de Pasteur, para qual a propagação das doenças se dava por via invisível. Pasteur substituiu a “teoria dos meios” pela “teoria microbiana”, segundo a qual a causa das doenças torna-se mais precisa e identificável a partir do micróbio que é independente do odor e é observável (FRANCO 1997: 78).

Sua primeira e mais conhecida obra - o Central Park de Nova Iorque - foi projetada em 1857 e iniciada em 1858, em parceria com o arquiteto inglês Calvert Vaux, após superar 35 concorrentes em concurso público. Tratou-se de uma obra exclusivamente estatal e com objetivos essencialmente coletivos. Como primeiro grande parque urbano da América, no centro da cidade, esse projeto deu ao paisagista oportunidade de levar à prática reflexões sobre o desenho urbano como reformador social e estético.

O plano e a implantação do Central Park trouxeram a consciência da importância de se preservar um recurso precioso do período industrial: as áreas não urbanizadas das cidades. Com ampla visão Olmsted previu a floresta de concreto que se ergueria em Manhattan, tendo como único respiradouro o parque por ele projetado “pulmões da cidade onde a população poderia relaxar e respirar um ar que foi limpo e refrescado pelas árvores” (**Figuras 2.2 e 2.3**).



Figuras 2.2 e 2.3: *Central Park* de Nova York. Olmsted e Vaux. Um dos primeiros exemplos de ação preventiva relacionada à preservação e integração dos espaços livres da cidade.

Fonte: Pezeshk (2005).

O tamanho do Central Park (**Figura 2.4**) ocupa o equivalente a 50 quadras em comprimento e 4 quadras na largura, cuja implantação se deu em 20 anos, em solo rochoso e com áreas alagadiças que dificultaram as soluções propostas.

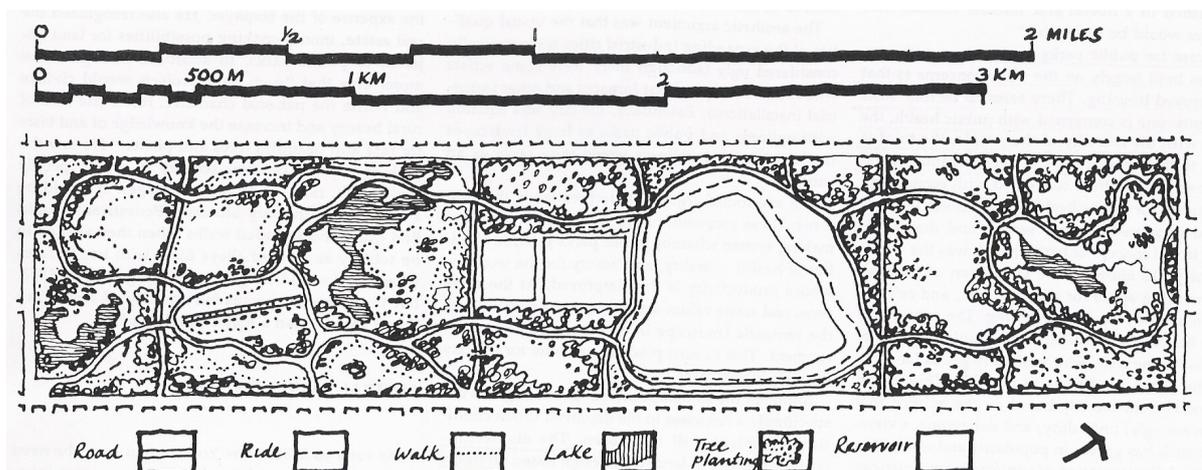


Figura 2.4: Plano do Central Park (1858) de Nova York. Previa prados semelhantes à fazendas, jardins formais, lagos, reservatórios, vegetação concentrada e clareiras, caminhos para pedestres, vias para veículos e pistas para cavalos.
Fonte: Laurie (1993:102).

Olmsted previu o tráfego de automóveis e entre técnicas de planejamento destacam-se passagens subterrâneas a 2,40 m abaixo do nível do parque que mais tarde ajudariam a minimizar a poluição visual e sonora dos veículos. Propôs quatro vias principais que cruzam o parque, separando o tráfego de veículos e de pedestres, dotando os pontos de intersecção com pontes⁵² (**Figura 2.5**).



Figura 2.5: Separação de vias e introdução de pontes nas intersecções para evitar conflitos entre tráfego de veículos (motorizados e de tração animal) e pedestres.
Fonte:Laurie (1993:102).

⁵² Laurie (1993:102).

Olmsted previu a necessidade dos Parques Nacionais, tornou-os populares assim como os conceitos de espaços livres públicos. Inspirou a inserção de parques na estrutura urbana pela utilização do seu potencial paisagístico, elaborando parques para Nova York, São Francisco, Buffalo, Detroit, Boston e Montreal. Considerado o primeiro “planejador urbano” da América com ênfase regional, o trabalho de Olmsted fez aparecer o Movimento Americano de Parques (*Parks Movement*). Captou e redesenhou a beleza natural em seus trabalhos, embora o grande legado possa ter sido entender a paisagem como sistema unificado de funções urbanas e rurais, sendo objeto de um planejamento social estruturado⁵³.

A partir da experiência do Central Park, Olmsted introduziu conceitos de *sistema metropolitano de parques* (sistemas de espaços livres interligados) e de *parkway* (via expressa paisagística - parte avenida, parte espaço verde - separando automóveis de veículos pesados) que foram colocados em prática no projeto paisagístico para o Brooklin.

Olmsted propôs o sistema de parques urbanos de Boston: *Emerald Necklace* (*Franklin Park, Jamaica Park, The Arboretum, Muddy River, Back Bay, Charles River e Boston Common*), estabelecendo um sistema de áreas verdes integradas por *parkways* e preservando vales e beiras-rios (**Figuras 2.6 e 2.7**). Acrescenta preocupações ambientais a necessidades de lazer e recreação da população. Converte a zona pantanosa de *Back Bay* em parque público solucionando problemas sanitários e de inundação. O sistema do *Park Fens*, experiência pioneira no paisagismo, foi desenhado para controle de qualidade da água e para armazenar temporariamente as águas das chuvas⁵⁴.

⁵³ Barcellos (1999:17).

⁵⁴ Spirn (1995:38).



Figuras 2.8 e 2.9: Conj. Habitacional *Riverside*, Chicago, EUA. A presença do verde urbano é parte essencial na concepção do projeto. Quase cem anos antes, Olmsted antecipa o tratamento dos espaços livres que Lúcio Costa imprimiria nas superquadras de Brasília.
Fonte: Beveridge (1998:105).

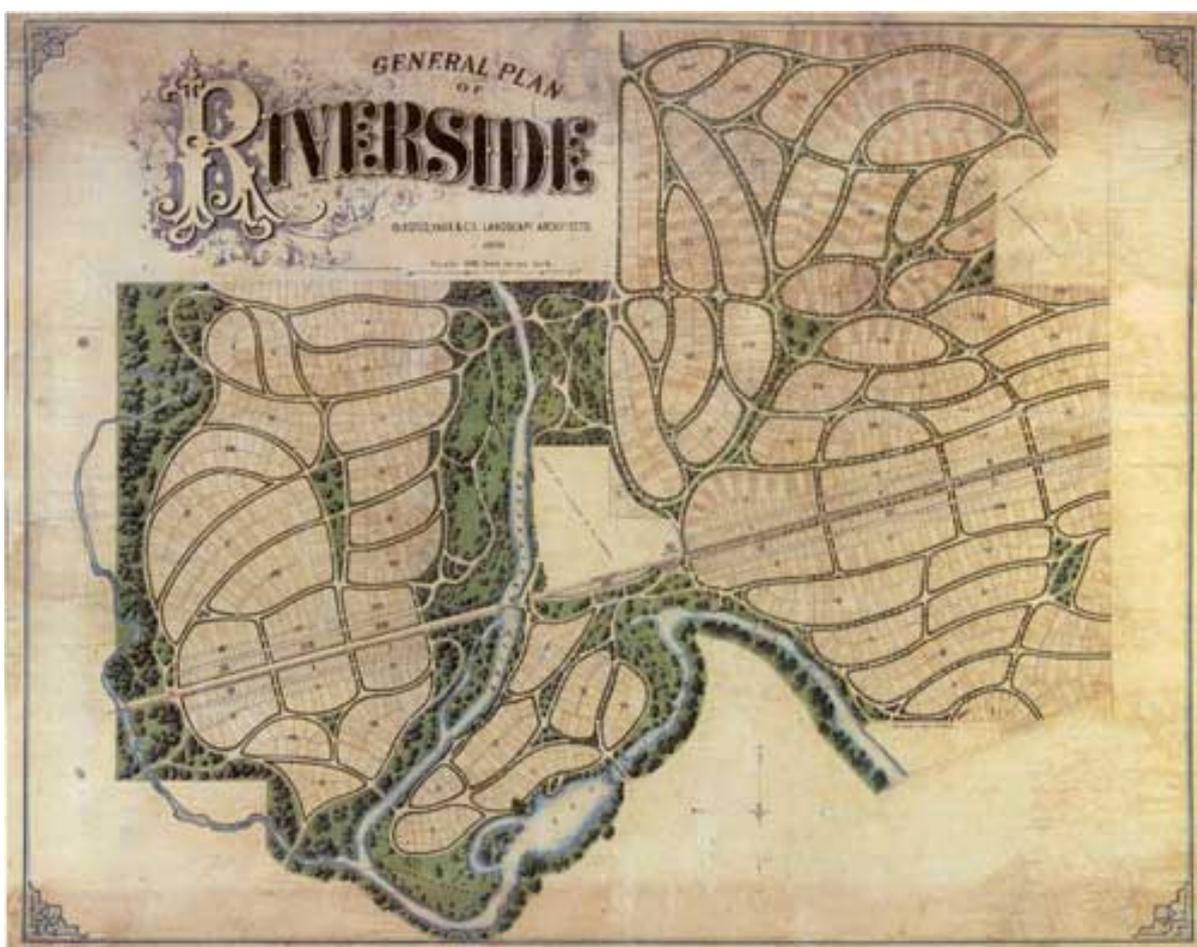


Figura 2.10: Plano geral para o Conjunto Habitacional *Riverside*, Illinois (1869). Olmsted antecedeu muitas das concepções, que só mais tarde no século XX, viriam disseminar-se: a preocupação com as áreas ambientalmente sensíveis, preservação das áreas adjacentes ao rio, transformando-as em áreas de parque e com adaptação do loteamento ao relevo natural do terreno.
Fonte: Beveridge (1998:102).

Reconheceu a paisagem como resultado da articulação de processos naturais e culturais, além da visão social e na crença que parques podem servir de locais de reunião para todas as classes⁵⁶. Durante muito tempo diretor administrativo da U.S. Sanitary Commission, Olmsted previu a criação de Instituições Públicas de Cultura e Recreação, incluindo parques acessíveis a todos.⁵⁷ Almejava melhorar e aperfeiçoar a sociedade americana, imbuído das idéias sanitaristas. Acreditava no valor da natureza para restaurar a mente e o espírito humano: “A apreciação do cenário ocupa a mente sem fadiga, exercitando-a e tranquilizando-a e assim, através da influência da mente sobre o corpo, dá-nos a sensação de descanso refrescante, revigorando todo o nosso sistema”⁵⁸.

Durante quase 40 anos, Olmsted projetou vários tipos de espaços livres. Embora as funções dos espaços, às vezes estejam sobrepostas, podem distinguir-se:

- 1) grandes parques rurais (servindo a uma variedade de atividades para a cidade inteira, sem fazerem parte de sistema de parques inter-relacionados fisicamente). Ex.: *Mount Royal* (1877), em Montreal e *Belle Isle* (1881), em Detroit .
- 2) grandes parques rurais, multiuso que fazem parte de um sistema de parques inter-relacionados fisicamente. Ex: *Prospect Park* (1866), em Brooklyn (Fig.).
- 3) áreas florestais dentro do perímetro urbano, planejadas como exemplos de preservação e recreação. Ex.: *Central Park* (1857), Nova York; *Lynn Woods*, Massachusetts, *Louisville Park System*, Louisville.
- 4) “boulevares, parkways e riverways”, espaços abertos lineares que servem como ligações físicas entre parques e comunidades. Ex.: *Easten Parkway*, Brooklyn; *Parkway System Buffalo* (1876), Buffalo; *Parkway* (1886), Boston;
- 5) espaços abertos designados para servir determinados bairros ou áreas da cidade. Ex.: *Fort Green Park*, Brooklyn; *The Front*, Buffalo; Plano Geral do subúrbio de Riverside (1869), Illinois.

⁵⁶ Pezeshk (2005: 10).

⁵⁷ Lima (2204: 48).

⁵⁸ Fein (1973).

- 6) espaços abertos especializados. Ex.: *Niagara Square*, Buffalo; *The Parade Ground*, Brooklyn; *Mountain View Cemiterio*, Oakland; Zoológico, *Marine Park*, Boston .
- 7) espaços abertos em torno de instituições importantes. Ex.: *The United States Capitol Grounds*, Washington (**Figuras 2.11 e 2.12**).

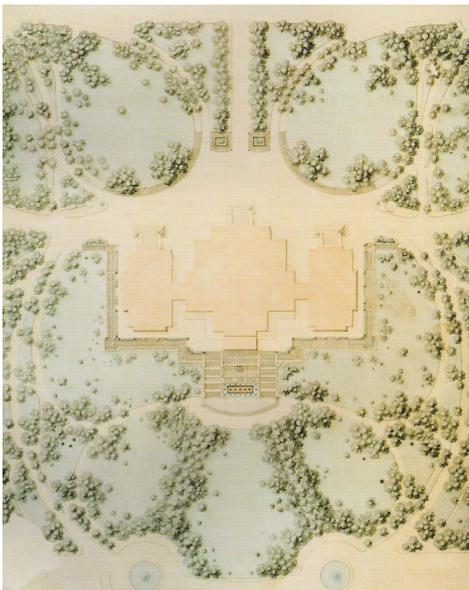


Figura 2.11: Planta do paisagismo do Capitólio, Olmsted.
Fonte: Beveridge (1998:154).



Figura 2.12: Capitólio, Washington. Olmsted.
Fonte: Beveridge (1998:155).

2.1.2 - Cidade-jardim e Howard

O surgimento dos parques urbanos motivou a proposta do britânico Ebenezer Howard (1850-1929) da cidade-jardim que incorpora os espaços livres nas áreas urbanas. Sintonizado com a visão crítica das cidades, Howard propôs melhorar as condições de moradia e de vida dos trabalhadores e controlar o crescimento das grandes cidades britânicas. Sua proposta consistiu numa alternativa para recuperar a integração entre urbano e rural por meio da combinação de vantagens sociais e econômicas da cidade - cheia de oportunidades e entretenimento - com o ambiente físico do campo, evitando a deficiência de ambos. Segundo ele, o movimento de pessoas das cidades congestionadas dar-se-ia naturalmente como um ímã para uma cidade próxima da natureza que ele considerava ser fonte de vida, riqueza e felicidade. Conseqüentemente, a indústria deslocar-se-ia para o campo, com estratégia de desenvolvimento econômico e onde a produção agrícola encontraria mercados.

Dentre as preocupações de Howard, além dos cuidados sanitários, estava a de mostrar possibilidade de alojar a baixo custo e com alta qualidade ambiental a população precariamente instalada nas cidades industriais e podendo, ao mesmo tempo, gerir o empreendimento. Da mesma maneira que procurou extrair as vantagens do campo e da cidade, Howard coloca-se perante as qualidades e defeitos atribuídos ao liberalismo e ao socialismo: “A cidade é símbolo da sociedade – da ajuda mútua e da cooperação amigável, (...), da ciência, da arte, da cultura e da religião. O Campo é o símbolo do amor e do zelo de Deus pelo homem”. Sua posição não agressiva e moderadora angariou apoio das mais variadas posições políticas e grande evidência na imprensa⁵⁹.

Howard⁶⁰ resume suas idéias, valendo-se de três diagramas geométricos para apresentar a cidade: o primeiro, os três ímãs; o segundo, a cidade jardim e seu entorno (**Figura 2.13**) e o terceiro, o distrito e o centro da cidade-jardim (**Figura 2.14**). O projeto a ser executado por arquiteto e urbanista deveria ser desenvolvido posteriormente, levando-se em conta as características do terreno e o programa de necessidades. No diagrama dos três ímãs trata das principais vantagens da cidade e do campo confrontando-as com suas correspondentes desvantagens. As vantagens

⁵⁹Howard (1996:43).

⁶⁰Howard não era arquiteto nem urbanista.

da cidade-campo são vistas livres das desvantagens dos casos anteriores (Figura 2.15).



Figura 2.13: Diagrama de Howard. A cidade jardim e seu entorno, sugerindo que a cidade deveria adaptar-se ao meio físico onde fosse inserida.
Fonte: Howard (1970: 113).

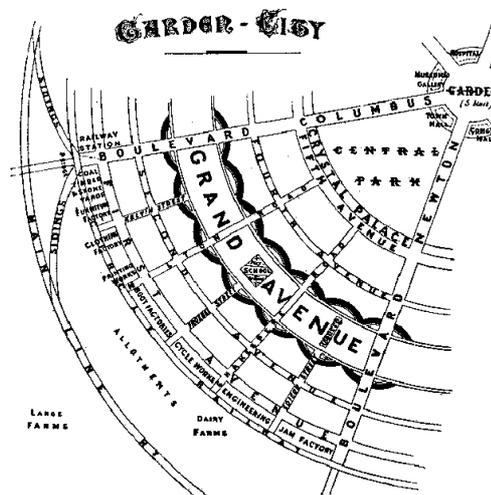
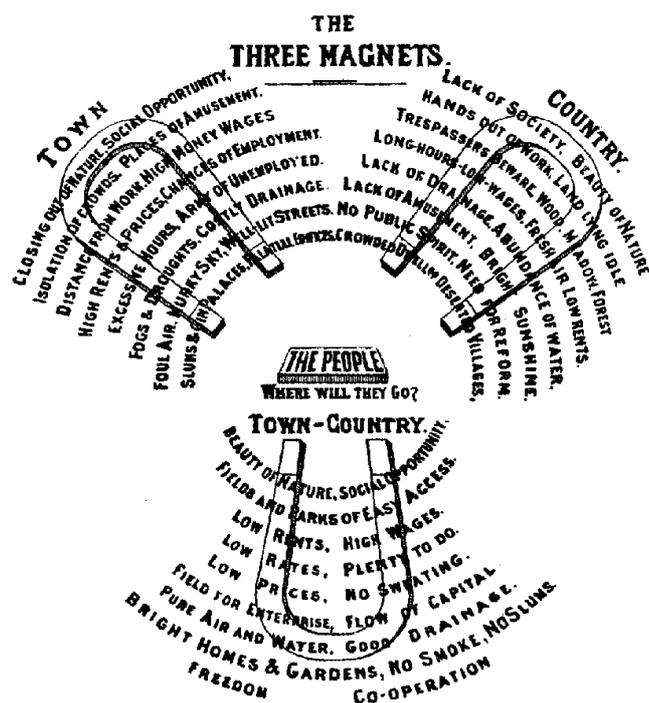


Figura 2.14: Diagrama de Howard. O Distrito e o centro com a cidade dividida em 6 setores.
Fonte: Howard (1970:114).

Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em seis setores. Estes são delimitados por seis bulevares (36m) que se irradiam do Parque Central e se estendem até o perímetro externo, circundado por uma ferrovia. Estes bulevares, avenidas e a grande avenida mostram que Howard, antítese do pensamento de Haussmann, não deixava de estar atento aos espaços viários obtidos na remodelação de Paris, dando-lhes, no entanto, novos usos e características. (Howard, 1996: 41). A intenção não era criar um subúrbio jardim, mas uma entidade cidade-campo, em combinação permanente, com dimensões controladas para 32.000 pessoas, sendo a área rural de 2.000 habitantes e a parte urbana de 30.000 habitantes, divididas em seis partes, com 5.000 habitantes.



O três imãs

Cidade

- Afastamento da natureza
- Isolamento das multidões
- Distância do trabalho
- Aluguéis e preços altos
- Jornada excessiva de trabalho
- Nevoeiro e seca
- Ar pestilento e céu sombrio
- Cortiços e bares

- Oportunidades sociais
- Locais de entretenimento
- Altos salários monetários
- Oportunidade de emprego
- Exército de desempregados
- Drenagem custosa
- Ruas bem iluminadas
- Edifícios palacianos

Campo

- Falta de vida social
- Desemprego
- Matas
- Jornada longa – salários baixos
- Falta de drenagem
- Falta de entretenimento
- Falta de espírito público
- Casas superlotadas

- Beleza da natureza
- Terra ociosa
- Bosques, campinas, florestas
- Ar fresco – aluguéis baixos
- Abundância de água
- Sol brilhante
- Carência de reformas
- Aldeias desertas

Cidade-campo

- Beleza da natureza
- Campos e parques de fácil acesso
- Aluguéis baixos
- Preços baixos
- Oportunidades para empreendimentos
- Ar e água puros
- Residências e jardins esplêndidos
- Liberdade

- Oportunidades sociais
- Muito o que fazer
- Nenhuma exploração
- Afluxo de capital
- Boa drenagem
- Ausência de fumaça e de cortiços
- Cooperação

Figura 2.15: Diagrama dos três imãs. Apresentam as vantagens da cidade e do campo confrontando-as com suas correspondentes desvantagens. As vantagens da cidade-campo são vistas livres das desvantagens dos casos anteriores.

Fonte: Howard (1996:109).

Howard teria recebido influências diretas de Olmsted, com quem travou contato durante sua estada nos Estados Unidos: “Do *Central Park* de Nova York ele teria tomado a idéia de um parque ocupando o núcleo central da *cidade-jardim* e do projeto para *Riverside* ele teria tirado a idéia de uma grande avenida envolvida por um parque linear”⁶¹.

A concepção detalhada de Howard não se limitava ao desenho físico. Trazia também uma análise financeira detalhada dos custos que alcançariam a construção de uma cidade-jardim e do processo de obtenção de recursos para a sua manutenção. Suas idéias apresentavam viabilidade financeira e eram economicamente realizáveis tendo sido colocadas em prática, com a construção da primeira cidade-jardim, *Letchworth* (1903) e, mais tarde, de *Welwin Garden City* (1920). Em *Letchworth*, aproximadamente a 50 Km de Londres, o traçado da cidade é simples e claro com desenho informal de sistema de ruas secundárias de acesso em *cul de sac*, diferentemente de configurações geométricas rigorosas tradicionais **(Figuras 2.16 a 2.20)**. As habitações para as diversas classes sociais formam blocos isolados entre si, recuadas do alinhamento do terreno, com jardins fronteiriços, passeios com grama, arbustos e árvores. Um centro urbano elevado foi estabelecido, composto por árvores de porte e edifícios municipais, próximos à estação. Além dessas feições, a cidade foi pensada como auto-suficiente em termos de indústria e terras agrícolas, ao contrário da idéia de subúrbio.

A configuração aberta - sua principal característica - mantém continuidade de espaço verde que se estende aos espaços livres públicos, aos parques da cidade e ao seu cinturão agrícola. Esse conjunto de procedimentos implantados por meio de normas rigorosas acentua a idéia de convívio com a natureza, propiciando ambiente agradável e onde se destaca a escala humana.

⁶¹ Barcellos (1999:79).



Figuras 2.16, 2.17, 2.18, 2.19 e 2.20: *Letchworth* vista aérea e fotos da primeira cidade-jardim construída com seus espaços livres arborizados e caminhos sinuosos. Em muitos aspectos os modelos modernos de urbanismo adotaram as configurações bucólicas das cidades jardins.
Fonte: Cidade jardim *Letchworth* - <http://www.angelfire.com/space/lethworth>.

Outra característica das abordagens Howard está ligada aos espaços livres como solução dos complexos problemas da cidade. A oferta de generosos espaços livres aparece como dispositivo que limita o crescimento urbano. Este se dá não a partir de um núcleo central, mas pelo surgimento de uma nova célula urbana separada da primeira. Cada *cidade-jardim* deveria fazer parte de uma constelação de *cidades-jardins* circundadas pelo campo (**Figura 2.21**).

Howard imaginava que o crescimento urbano seria estruturado por constelações inteiras desses satélites distintos, isolados uns dos outros por espaço verde e ligados por transportes de longa distância. Esse processo é o que posteriormente viria a se configurar na idéia de cidade-satélite, aplicada em Brasília, como meio de expansão da área urbana projetada por Lúcio Costa.

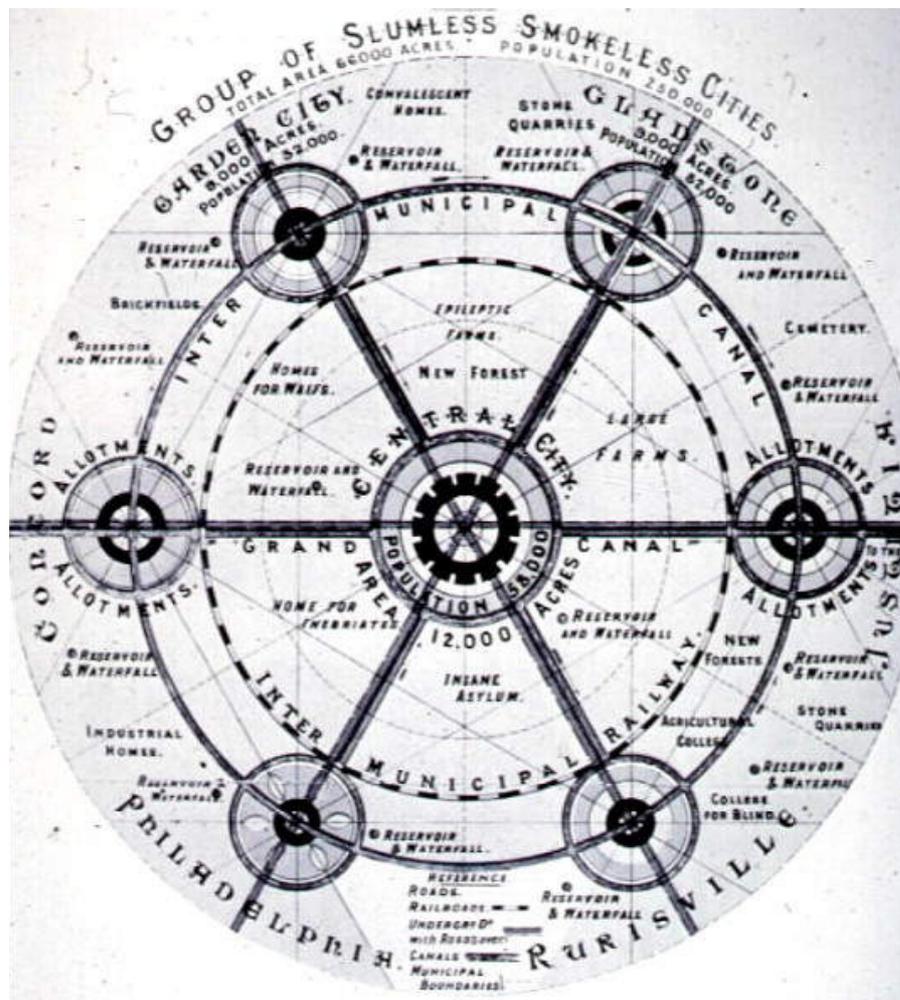


Figura 2.21: Agrupamento de cidades onde cada habitante através de um sistema bem organizado de ferrovias, canais e estradas de rodagem podem desfrutar de comunicação fácil, rápida e econômica com um grande aglomerado populacional.
Fonte: Howard (1996:204).

2.1.3 - Contribuições de Le Corbusier

Em contraposição às idéias de Howard, encontramos o urbanismo racionalista de Le Corbusier⁶² (1887-1965) que privilegia os aspectos técnicos e estéticos aos econômicos e sociais. Corbusier adota o espaço livre como instrumento de organização urbana e como capaz de promover circulação e higiene. Inicialmente o urbanista não demonstrou preocupações com a adaptação dos projetos ao sítio, o que o diferencia de Howard.

Le Corbusier (1973) em sua obra “Por uma arquitetura” adotou a idéia dos espaços não construídos da cidade, passando a chamá-los de *áreas verdes*⁶³, (**Figura 2.22**) baseando-se nas definições que deveriam prevalecer nas cidades-jardins inglesas. Para Corbusier (e para outros urbanistas da época) a presença das *áreas verdes* tinha uma importância vital e estariam relacionadas à higiene, à respiração e à saúde das cidades. Assim, esses espaços livres poderiam promover maior circulação e insolação melhorando as condições de salubridade no meio urbano.

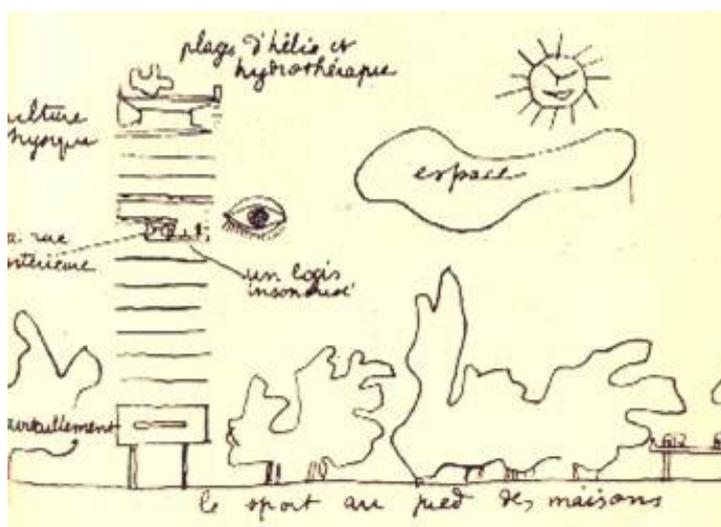


Figura 2.22: Le Corbusier e as áreas verdes. Essas deveriam proporcionar à cidade o bem-estar de seus habitantes. Seção de um dos edifícios da cidade radiosa. Toda moradia está exposta diretamente ao verde e ao sol; as ruas para os carros são sobre-elevadas sem atrapalhar o caminho dos pedestres.

Fonte: Benévolo (2003: 632).

Le Corbusier vem a ser uma das principais lideranças do movimento de arquitetura modernista. Foi ele quem redigiu, em 1933, a Carta de Atenas, espécie de cartilha de planejamento de cidade e bairro e documento síntese da Assembléia do 4º

⁶² Charles-Edouard Jeanneret ou Le Corbusier, pseudônimo que passou a usar a partir de 1920.

⁶³ O termo área verde faz referência aos espaços livres sem nenhuma conotação de uso programático na estruturação das cidades.

Congresso do CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizada em Atenas, definindo para uma cidade ideal os quatro elementos do desenho urbano racionalista: habitação, trabalho, circulação e recreação. Nessa carta, em seu item nº12, destaca-se o postulado: “ o sol, a vegetação, o espaço são as três matérias-primas do urbanismo. A adesão a esse postulado permite julgar as coisas existentes e apreciar as novas propostas de um ponto de vista verdadeiramente humano.” (Figuras 2.23 e 2.24).

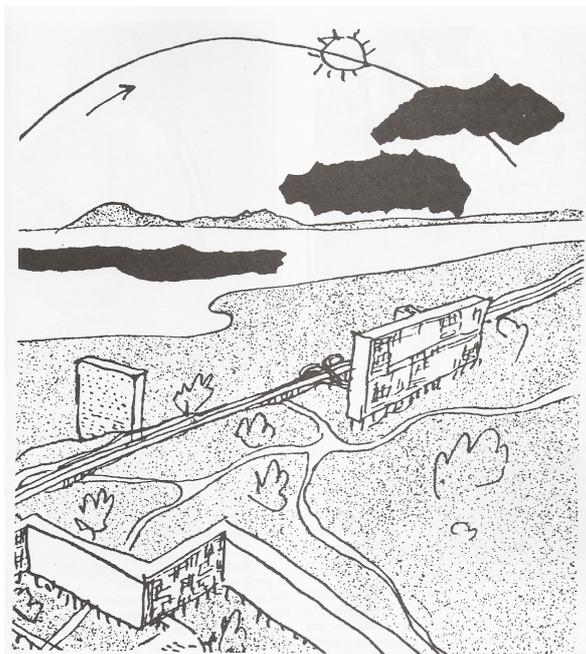


Figura 2.23: Desenho de Le Corbusier: os vários tipos de edifícios espaçados no verde formam a paisagem da cidade moderna, dominada pelo curso do sol.
Fonte: Benévolo (2003: 633).



Figura 2.24: Croqui de Le Corbusier. Sol, espaço e vegetação. O verde e as árvores estão em primeiro plano. A natureza está inscrita na cidade.
Fonte: Benévolo (2003: 631).

O conceito de *cidade-parque* também faz parte das idéias de Le Corbusier que acabariam por influenciar Lucio Costa quando da concepção dos espaços livres de Brasília. Nessa concepção, elimina-se a rua-corredor com as calçadas para os pedestres e o asfalto onde se misturam todos os tipos de veículos e propõe-se a via que se destina apenas aos veículos motorizados. Os edifícios aparecem isolados no meio dos espaços livres (**Figuras 2.25**). A eliminação da rua-corredor e a introdução de espaços livres seriam os instrumentos, a partir dos quais, seriam resolvidos os problemas urbanos de salubridade, apinhamento e circulação, agravados sob impacto da industrialização. Num tecido urbano ‘tradicional’ seria impossível e certamente que na concepção de Le Corbusier a alternativa de inserir, na cidade

tradicional, mais praças e parques não bastaria, pois os problemas, mais tarde, voltariam. Daí a idéia de cidade parque que elimina a rua e resolve 'em definitivo' os problemas, principalmente o da circulação.

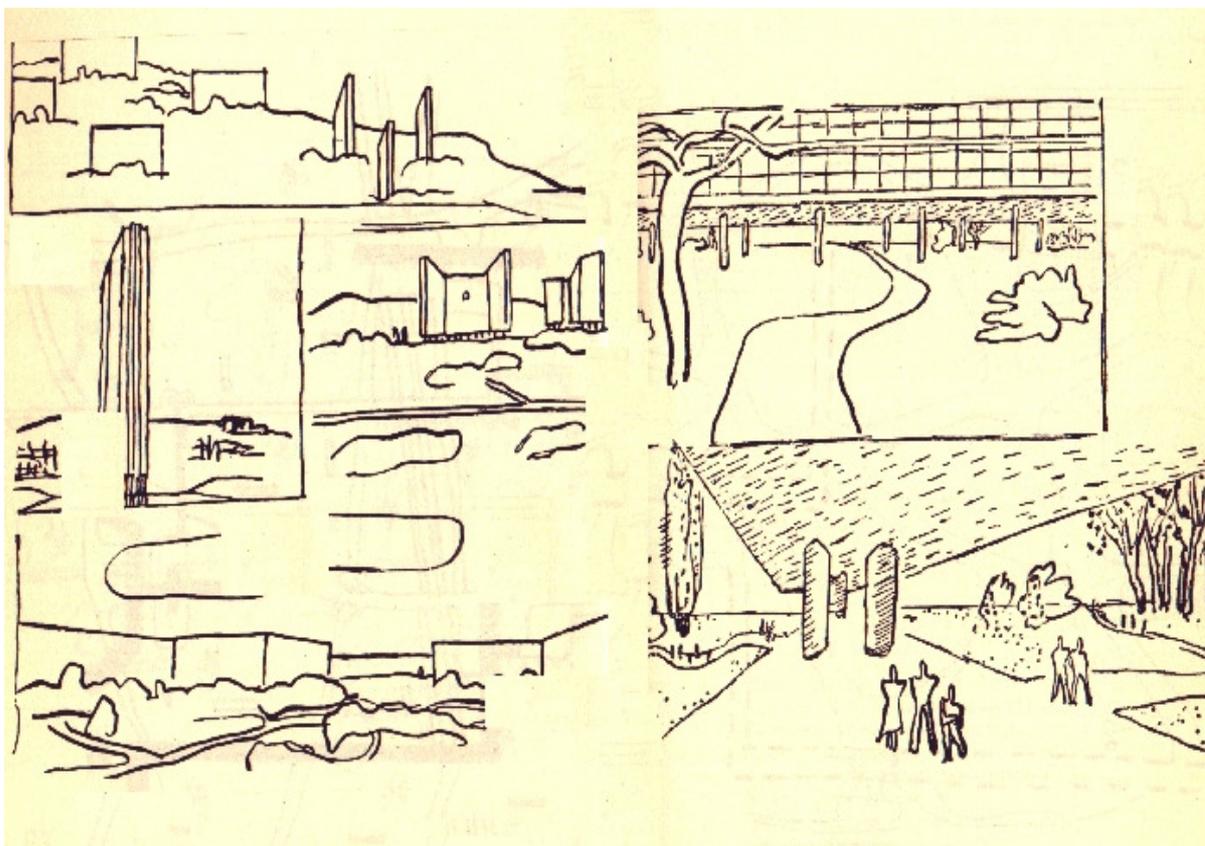


Figura 2.25: Entre as preocupações de Le Corbusier “insolação e ventilação natural ocupavam um papel essencial como fatores catalizadores de uma vida urbana saudável. O urbanista propunha cidades sem barreiras. O edifício é descolado do solo. O corte revolucionário moderno concilia edifício ao solo pelo espaço livre, o vazio, a passagem possível, a luz e o sol sob a casa. Os pilares de concreto armado tornaram-se os pilotis”.

Fonte: Le Corbusier (1973).

Le Corbusier desenvolveu um novo modelo de cidade ideal denominado de *La Ville Radieuse* (1933), baseado em outro modelo, o da *La Ville contemporaine* (1922), cidade contemporânea projetada para três milhões de habitantes (**Figura 2.26**) no qual o relacionamento entre homem e natureza seria restabelecido. Ambos projetos tornaram-se referência nos CIAM (Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna). Para a cidade contemporânea foram previstos prédios de escritórios e 95% do terreno no entorno desses arranha-céus foram destinados a espaços livres. Para as áreas residenciais propôs dois tipos: edifícios de seis andares, com apartamentos luxuosos com 85% de espaço livre dentro do terreno e para os trabalhadores acomodações mais modestas com 48% de espaço livre.

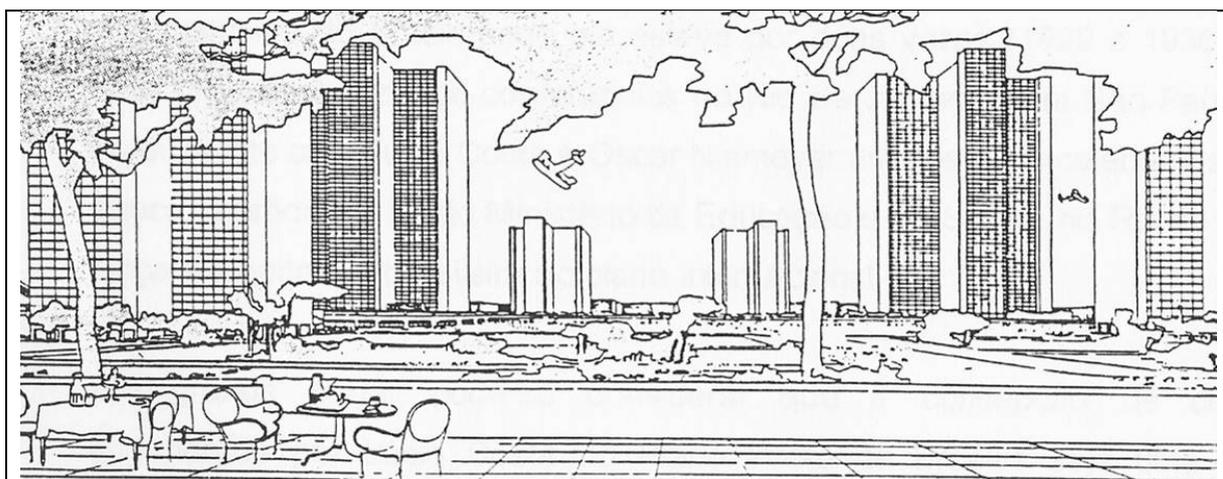


Figura 2.26: Projeto de Le Corbusier para *La Ville contemporaine* (1922), cidade contemporânea para 3 milhões de habitantes. O contraste dos edifícios em altura e a vegetação - a cidade inserida em um parque - conferem aos espaços livres uma dimensão maior.

Fonte: Boesiger (1994).

O projeto urbano de Lúcio Costa para Brasília deveu suas concepções básicas aos princípios de planejamento urbano de Le Corbusier, em especial ao projeto de uma cidade para 3 milhões de habitantes. Perfeitamente simétrico com um eixo monumental central e estratificado por um sistema de circulação que dividiam o trânsito num sistema graduado.⁶⁴

Nos primeiros projetos de Corbusier notam-se preocupações, sobretudo, de caráter estético e técnico e uma necessidade de estabelecer relação de contraste entre volumes de edifícios e paisagem. A arquitetura de geometria purista e o horizonte

⁶⁴ Harris (1987).

emprestam aos espaços livres caráter de espetáculo e comprovam sua obsessão com higiene e insolação.

Depois da segunda guerra mundial, outros conceitos paisagísticos de Le Corbusier podem ser observados como o plano urbanístico do sul de Marseille, França. Trata-se de um estudo teórico (publicado em 1951) no qual espaços livres verdes se estendem desde o mar até o norte através da retícula viária (**Figura 2.27**). Le Corbusier propôs um grupo de comunidades auto-suficientes, com edifícios sobre pilotis (**Figura 2.28**) e sobre uma paisagem verde entre espaços definidos pelas vias.

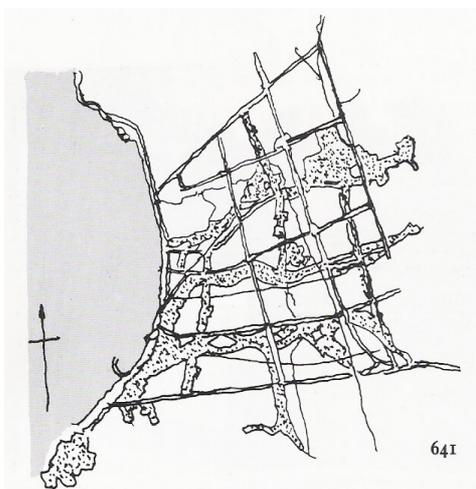


Figura 2.27: Croqui do plano urbanístico para Marseille, Le Corbusier. Semelhança ao plano de Chandigarh.

Fonte: Jellicoe (2000: 350).



Figura 2.28: Edifício residencial sobre pilotis construído em Marseille. Semelhança aos edifícios de Brasília.

Fonte: www.galinsky.com/buildings/marseille/

Prosseguindo com suas experiências paisagísticas Le Corbusier apresenta o plano para Chandigarh (**Figuras 2.29 a 2.31**), a nova capital de Punjab, Índia (1952). “Se nas primeiras propostas urbanas demonstra certo alheamento ao sítio físico preexistente, nos seus últimos trabalhos ele revela uma maior sensibilidade aos condicionantes ambientais, o que se evidencia principalmente na definição dos espaços livres destinados ao sistema de parques no interior das quadras residenciais, onde ele procura preservar os cursos d’água”⁶⁵

⁶⁵ Barcellos (1999:80 verso).

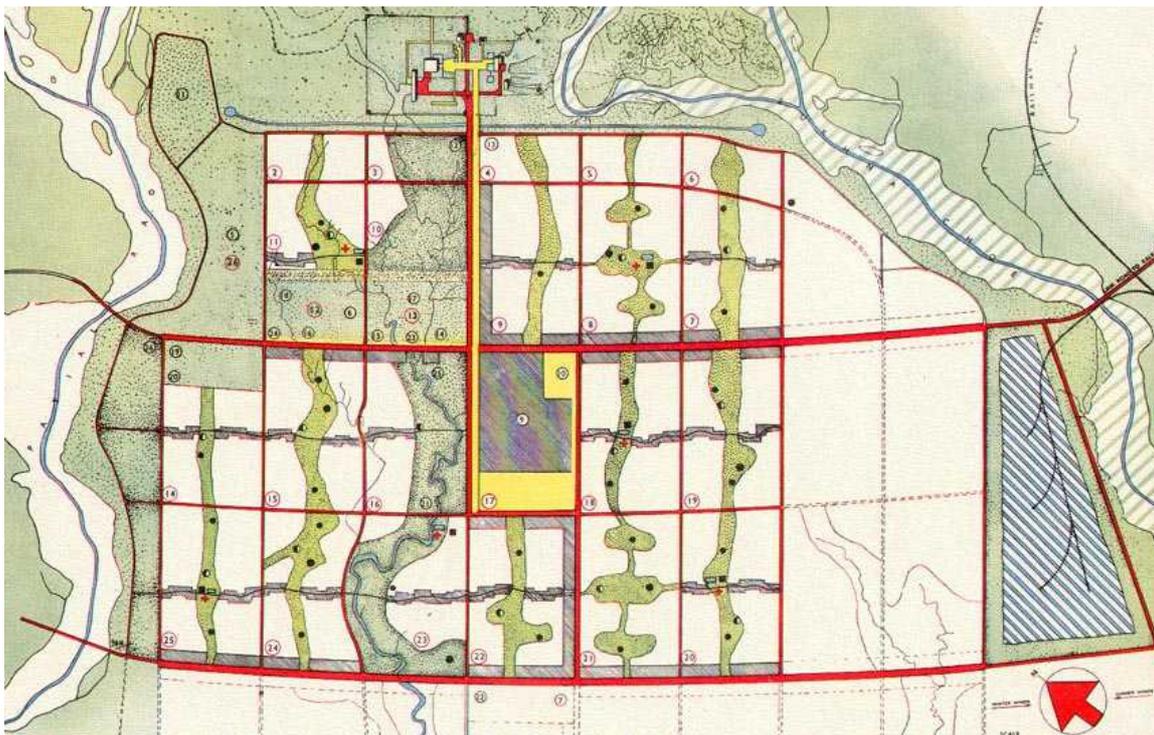


Figura 2.29: Projeto de Chandigarh (1952), capital de Punjab, Índia. Planejada e construída ao longo de dois rios sazonais, com retícula viária e vale natural do rio na área central.
Fonte: Le Corbusier (1953:146).

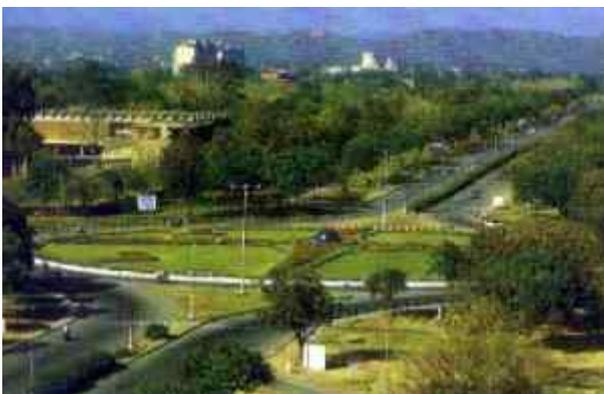


Figura 2.30: Chandigarh, cidade planejada e caracterizada pela típica presença do verde.
Fonte: <http://www.indiatravelite.com/chandigarh/>



Figura 2.31: *Rose Garden*, Chandigarh, Índia
Fonte: <http://punjab-state.com/photos/chandigarh>

Le Corbusier esteve por duas vezes (1929 e 1936) no Brasil. Em 1929, visitou as cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo, proferindo conferências e acompanhando trabalhos de arquitetos, oportunidade que fez com que Lúcio Costa tenha se convertido à arquitetura moderna. Em 1936, retorna ao país como consultor para o projeto da sede do Ministério da Educação e Saúde. Sua influência é indiscutível no desenvolvimento da arquitetura e do urbanismo do Brasil.

2.2 - Espaços Livres Urbanos de Brasília: Concepções de Lúcio Costa

Brasília, cidade símbolo do modernismo e planejada como cidade-parque, apresenta considerações únicas sobre o ordenamento do espaço livre urbano. Suas superquadras, destinadas à moradia, alteram aspectos recorrentes das soluções urbanísticas tradicionais. A organização urbana concebida pela articulação de escalas constituiu fato inédito.

Não se tratou, como no caso da Europa, de corrigir aberrações urbanas ou patológicas de velhos organismos urbanos, mas de uma pioneira e deliberada tomada de posse de um território de dimensões continentais. Tratava-se de instaurar e de inaugurar o novo e não renovar o velho. Neste contexto, configuravam tipos de paisagismo e de urbanismo vinculados ao desenvolvimento industrial onde predominava uma ideologia baseada no desenvolvimento econômico e em uma imagem de meio ambiente como algo inesgotável.

A construção de Brasília foi marcada pela exigüidade do prazo para inauguração. Isto transparece na maneira como foram tratados aspectos ambientais que foram desprezados para que metas estabelecidas fossem alcançadas. Na tarefa gigantesca de se implantar uma capital, distante de todos os demais centros urbanizados e industrializados do país, prevaleceu o “bulldozer”⁶⁶ ou a chamada política de “terra arrasada”⁶⁷ e toda paisagem natural, em tempo recorde, foi alterada e substituída por canteiros de obras.

A organização da implantação da cidade deu-se pela abertura de um concurso público. O projeto vencedor escolhido por júri internacional que o identificou como a melhor proposta para uma cidade-capital fundamentou-se nos princípios da arquitetura e do urbanismo modernista e das cidades-jardim. Proposto pelo arquiteto urbanista Lúcio Costa por ele denominado Plano Piloto de Brasília teve como base “o próprio sinal da cruz” (**Figura 2.32**).

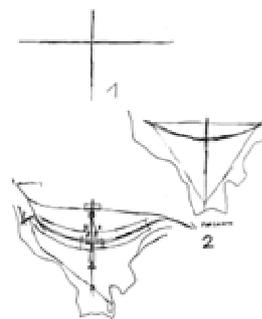


Figura 2.32: Risco preliminar do Plano Piloto. Lúcio Costa.
Fonte: Costa (1991).

⁶⁶ Bulldozer trator utilizado para terraplenagem.

⁶⁷ Procedimento que altera o relevo natural e danifica os extratos vegetais existentes.

São muitas as influências atribuídas à origem da concepção do Plano Piloto que interferem no tratamento paisagístico adotado para seus espaços livres que procuram trazer natureza para o interior da cidade. Lúcio Costa (1995: 282) admite que buscou inspiração francesa para composição de eixos e de perspectivas; inspiração inglesa nos imensos gramados para os “verdes” destinados, principalmente, a pedestres; inspiração chinesa - de fotos do início do século XX, com a solução milenar de terraplenos e de arrimos - para o partido de escalonamento do chão em níveis diferentes e em patamares sucessivos para implantação do eixo monumental e na tradição das "cidades européias pré-elevador", para as escalas urbanas e para o gabarito de seis andares nas superquadras.

Para as unidades de vizinhança baseou-se em Clarence Perry e Henry Wright⁶⁸; para criação do eixo rodoviário, baseou-se em Arturo Soria y Mata, na proposta da cidade linear, originalmente feita para subúrbios de Madrid (cidade linear que se organiza em torno de um eixo viário de transporte)⁶⁹ ; na Carta de Atenas pela setorização que segrega atividades em áreas especializadas, de acordo com suas funções (Setor Comercial, Setor Bancário, Setor Hospitalar, Setor de Clubes, Setor de Indústria e Abastecimento etc), pela eliminação da rua tradicional e pela configuração de grandes espaços livres acompanhada do isolamento dos edifícios. Olmsted foi influência para a separação da circulação de pedestres das vias de tráfego motorizado e na utilização de *parkways*.

O conceito de escala foi elemento-chave utilizado por Lúcio Costa na definição do partido urbanístico: “Brasília foi concebida precisamente para o homem e isto em função de três escalas diferentes, porque a chamada escala humana é coisa relativa. O italiano da Renascença, por exemplo, se sentiria diminuído se a porta de sua casa tivesse menos de cinco metros de altura. Assim, é o jogo de três escalas que vai caracterizar e dar sentido a Brasília”⁷⁰.

O conceito de escala do homem enquanto ser cultural postulado por Lúcio Costa contrapõe-se ao do homem enquanto ser natural, na formulação de Corbusier. “Ambos tratam da relação do homem com o meio. Para Lúcio Costa, um meio

⁶⁸ Gorovitz (1985:16).

⁶⁹ Carpintero (1998:125).

⁷⁰ Costa (1962).

transformado pela ação humana: um meio aculturado. Para Le Corbusier, o mesmo equilíbrio deverá ser encontrado, mas com o meio natural: a natureza”⁷¹.

A estrutura urbana havia sido concebida em função de três escalas para as quais foram estabelecidas intenções arquitetônicas e paisagísticas: a escala monumental, de caráter coletivo e eixo geral de referência simbólica; a escala residencial, de feição recolhida e íntima pelo enquadramento arborizado e conformada pelo eixo residencial; a escala gregária, de atmosfera concentrada e acolhedora, nó geral de articulação urbana. Foi acrescida uma quarta escala bucólica: de vegetação contígua aos edifícios e de cerrado dominando as bordas da área urbanizada da paisagem circundante.

(...) a ‘coletiva e **monumental**’, que se expressa pela concepção visual dramática do Eixo Monumental; a ‘cotidiana e **residencial**’, disposta ao longo do Eixo Rodoviário, em linhas de superquadras residenciais; a ‘concentrada e **gregária**’, compreendendo o centro urbano, no cruzamento das duas artérias estruturais e a ‘escala **bucólica**’, oferecida pela paisagem circundante (cerrado), de participação no cenário urbano. **(Figuras 2.33 e 2.44)**



Figura 2.33: Escala monumental e, ao fundo, escala gregária deliberadamente concebida para fazer contraponto aos espaços livres
Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/luciocosta>

⁷¹ Gorovitz (1985: 54).



Figura 2.34: Escala bucólica do Cerrado, ao fundo Congresso Nacional.
Fonte: foto da autora.

Há uma articulação entre elas de forma a mantê-las independentes e ao mesmo tempo conjugadas (**Figura 2.35**):

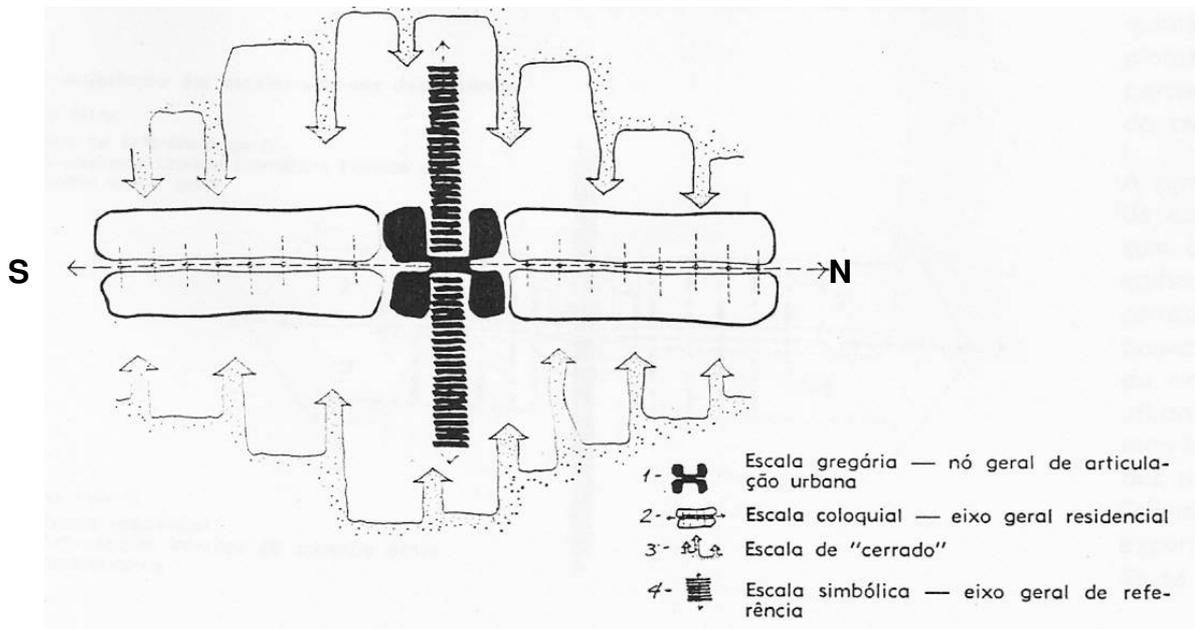


Figura 2.35: A organização urbana articulada em 4 escalas: a simbólica, no eixo leste-oeste; a escala coloquial, no eixo residencial norte-sul; a escala gregária e coletiva, na intersecção dos dois eixos; a escala bucólica que costura as demais.

Fonte: Gomes (1970:17).

Verifica-se que as escalas estabelecem diversos ritmos do espaço e das atividades urbanas que se articulam simultaneamente em termos de independência das partes entre si e de dependência das partes com o todo. E de acordo com Gomes (1970: 17):

Esta organização, ao mesmo tempo nucleada “em torno de” (o núcleo administrativo, o núcleo comercial, o núcleo residencial etc), e “ao longo de” (eixo viário monumental, eixo comercial local nas superquadras etc) marca a originalidade do método de Brasília, (...) que funde criativamente, num só modelo as duas organizações urbanas básicas: a pontual, nuclear, em pólos descontínuos, por um lado, e a linear, contínua, ou em fita por outro **(Figura 2.36)**.

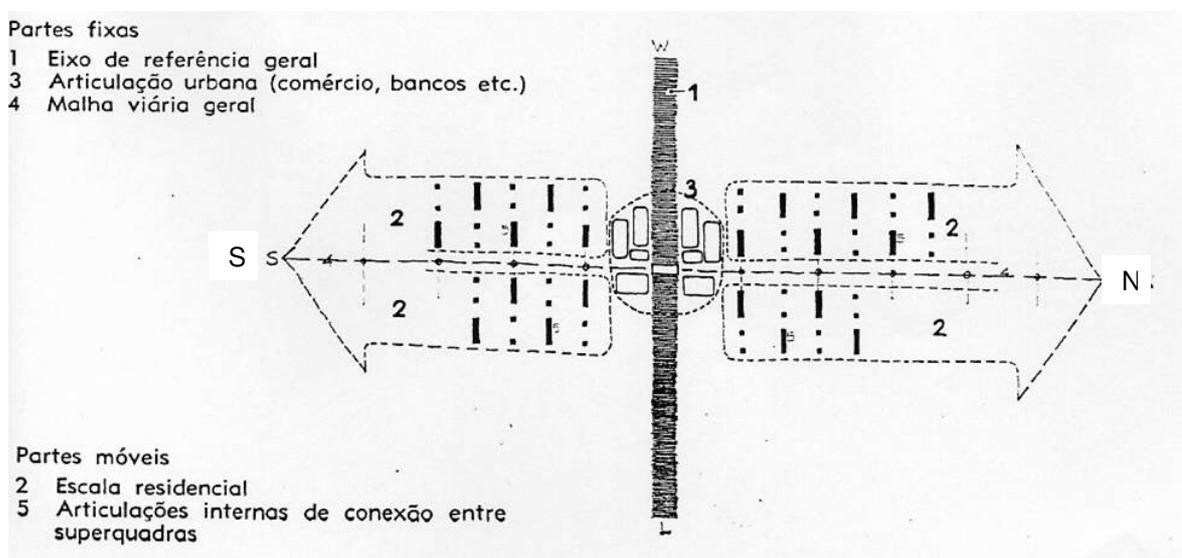


Figura 2.36: A articulação das escalas urbanas.
Fonte: Gomes (1970:18).

Ao emoldurar as superquadras por uma densa faixa verde de árvores de porte **(Figuras 2.37 e 2.38)**, Lúcio Costa (1995:308) articulou a escala residencial à monumental, a fim de garantir a unidade da estrutura urbana:

Para conciliar a escala monumental, inerente à parte administrativa, com a escala menor, íntima, das áreas residenciais, imaginei as superquadras – grandes quadrados com 300m de lado – que propus cercadas em toda a volta por uma faixa de 20m de largura plantada com renques de árvores cujas copas se tocam, que mexem com o vento e respiram, formando assim, em vez de muralhas, enquadramentos vivos, abrindo para amplos espaços internos.



Figuras 2.37 e 2.38: Escala residencial, SQS 308. Árvores de porte para o entorno, copas que se tocam. As árvores relacionam-se com a arquitetura e com os indivíduos no nível do chão. Amplos espaços internos.

Fonte: fotos da autora.

Como solução ao problema residencial, Lúcio Costa (1997: 292) propõe uma seqüência de superquadras dispostas nos dois lados do eixo rodoviário, definindo o partido paisagístico a ser implantado, oferecendo aos moradores extensas faixas sombreadas (**Figuras 2.39 e 2.40**):

(...) emolduradas por uma larga cinta densamente arborizada, árvores de porte, prevalecendo em cada quadra determinada espécie vegetal, com chão gramado e uma cortina suplementar intermitente de arbustos e folhagens a fim de resguardar melhor, qualquer que seja a posição do observador, o conteúdo das quadras, visto sempre num segundo plano e como que amortecido pela paisagem. Disposição que apresenta a dupla vantagem de garantir a ordenação urbanística mesmo quando varie a densidade, categoria, padrão ou qualidade arquitetônica dos edifícios, e de oferecer aos moradores extensas faixas sombreadas para passeio e lazer, independentemente das áreas livres previstas no interior das próprias quadras.



Figura 2.39: Arborização de uma superquadra do Plano Piloto: densa faixa verde em renque duplo.
Fonte: João Facó (2003).

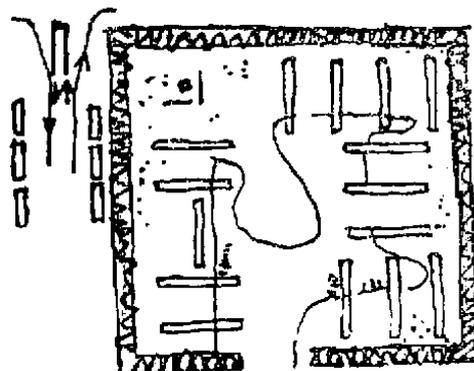


Figura 2.40: Cinta arborizada para o resguardo das superquadras.
Fonte: Costa (1991:25).

Nota-se o intento da organização rítmica dos movimentos que o ordenamento do espaço possibilita: articulados lateralmente, a cada 500 metros, à direita e à esquerda do eixo residencial, dando acessos à porção leste e à oeste dos setores residenciais (**Figura 2.41**).



Figura 2.41 - Escala residencial e ordenamento do espaço no Plano Piloto. A cada 500 metros uma nova Superquadra, quadriláteros verdes de massa e dimensão que integram a escala residencial na escala monumental.

Fonte: Foto Duda Bentes (1990), <http://www.vitruvius.com.br/luciocosta>.

O acesso à área urbana é imperceptível. “A continuidade existente entre o espaço geral do ‘cerrado’, cortado pela rodovia (escala regional) e o espaço cortado pelo eixo rodoviário urbano – simples continuação do anterior – rompe com a tradicional cesura cidade-campo, fundindo os dois ambientes num só: o eixo residencial, urbano, é a rodovia dentro da cidade”⁷².

E, novamente, a densa faixa verde de árvores de porte define um espaço de mediação entre o domínio da rodovia e o domínio do morador. Funcionam como marcos ou balizas dos módulos habitacionais, introduzindo ao longo do espaço mais amplo de todo o eixo um elemento de marcação rítmica, funcional e simbólica e que organizam a paisagem urbana (**Figura 2.42**).

⁷² Gomes (1970:18).

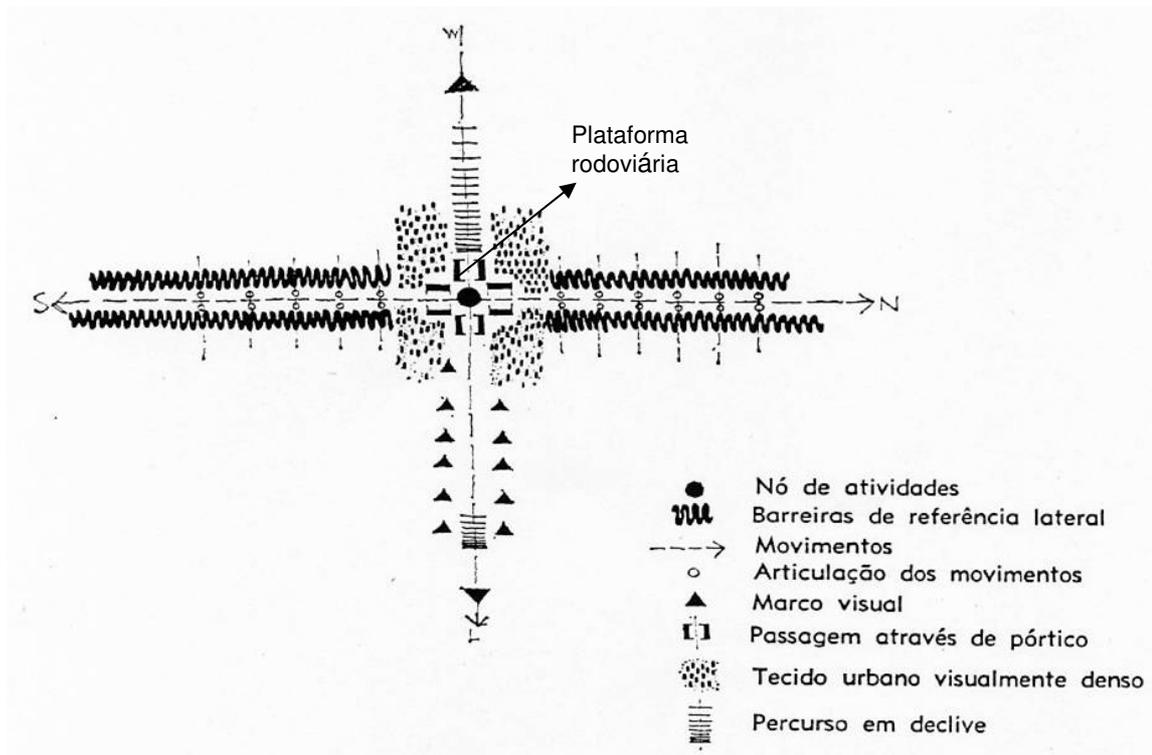


Figura 2.42: A organização da paisagem urbana
Fonte: Gomes (1970:19).

O “core” (plataforma rodoviária) surge depois de percorridos mais de 6 km dentro da cidade. Aí estão os setores bancário e comercial juntos ao setor de diversões e ao setor hoteleiro, com o adensamento visual do tecido edificado e a disposição dos edifícios-torre (**Figura 2.43**). Para Gomes (1970:18) “Um pórtico claramente desenhado e recortado no espaço, no cruzamento dos dois principais eixos viários, ‘climax’ do caminhamento e da experiência visual. Fundem-se, ao longo do percurso do eixo rodoviário de Brasília, construções intelectuais dos teóricos da ‘imagem urbana’, Lynch e Cullen”.

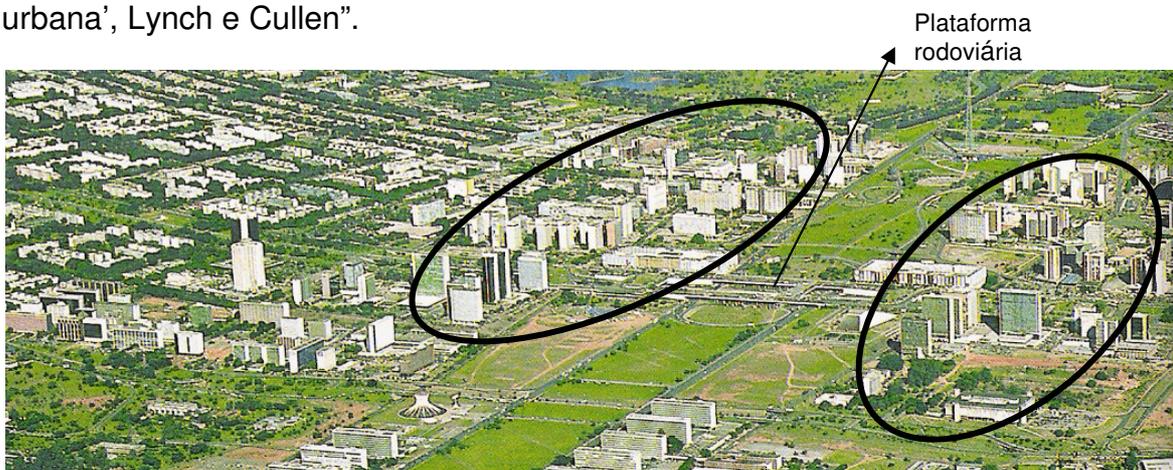


Figura 2.43: Escala gregária. Edifícios torres e adensamento visual.
Fonte: <http://www.brazilhouston.org/ingles/brasilia.htm>

O tratamento lateral de ambas margens do eixo rodoviário apresenta barreiras arborizadas, enfileiradas em cadeia, contíguas as pistas de tráfego, mas independentes delas⁷³, paralelas ao sentido do deslocamento (**Figura 2.44**).

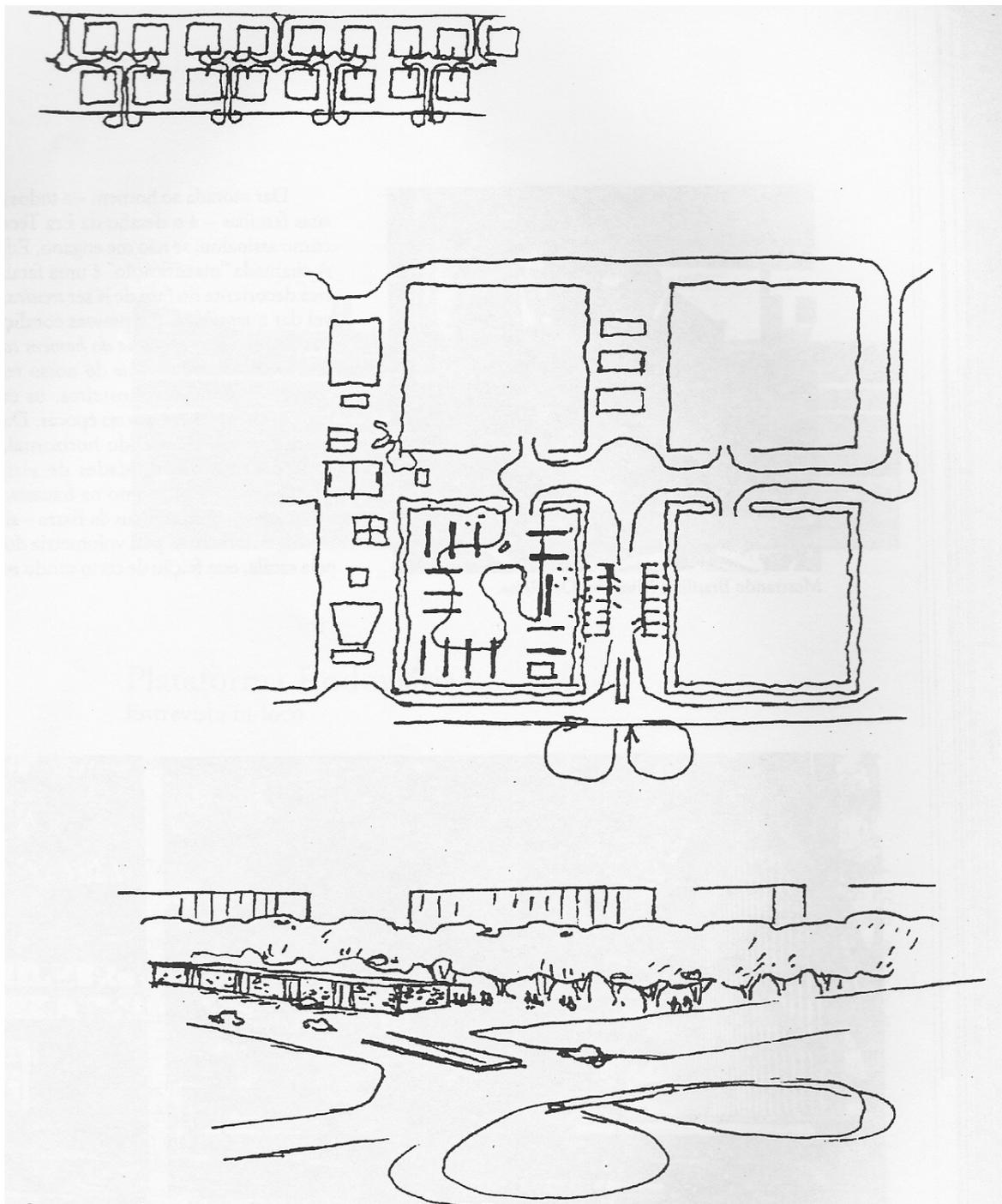


Figura 2.44: Croqui de Lúcio Costa, mostrando a cinta arborizada para as superquadras, barreiras arborizadas, paralelas no sentido do deslocamento.
Fonte: Costa (1995: 309), adaptações pela autora.

⁷³ Costa (1985:308).

No que diz respeito à concepção de cidade-parque, com espaços abertos e pilotis livres, pode-se considerar que seja uma síntese das idéias de *cidade-jardim* de Howard e das concepções urbanas de Le Corbusier expressas nos manifestos do CIAM (1928), que pregavam uma arquitetura e um urbanismo que reproduzissem o modo de produção industrial. Lúcio Costa reconhece em dois depoimentos:

A despreocupação pelos tabus e a indiferença em relação aos modismos em voga permitiram integrar – graças à disposição verde das quadras e em virtude de se tratar de uma capital –, os velhos princípios do CIAM e a grata recordação das bonitas perspectivas de Paris, sabiamente entrecruzadas, num todo articulado organicamente⁷⁴.

Eu procurei conciliar uma concepção acadêmica tradicional, que era da minha formação como arquiteto e que pode muito bem ser descrita como um enorme apego à Paris, com a concepção da Ville Radieuse, a cidade radiosa concebida por Le Corbusier. Paris é uma cidade caracterizada por aquelas perspectivas, e eu, particularmente, tenho grande apego à cidade. De modo que essa lembrança de Paris, que está no subconsciente, aflorou naturalmente. E a concepção de Le Corbusier da chamada Ville Verte, cidades dispostas em parques, com partes das atividades concentradas em determinados pontos, que seriam os centros urbanos, e a parte residencial com grandes edifícios dispostos em áreas verdes, como se fosse num parque.⁷⁵ (Figura 2.45).

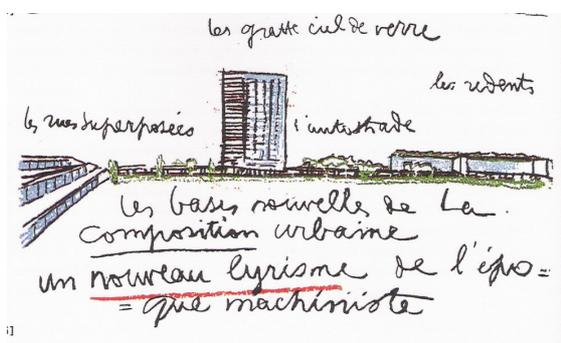
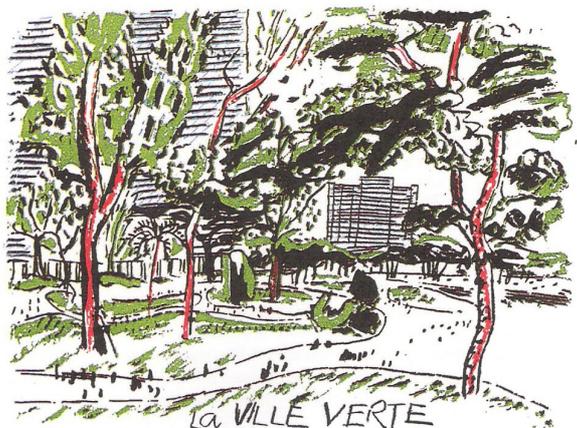


Figura 2.45: *La Ville Verte*: edifícios residenciais dispostos como se fossem num parque. **Fonte:** Le Corbusier (2004:158).

Implantada em meio a parques, superquadras e extensos gramados, Brasília remete à imagem imediata de uma cidade-jardim. Há fortes relações: a feição da cidade é efetivamente a de uma cidade em um parque, correspondendo à acepção de Howard. “Usou uma imagem visual ambígua, entre campo e cidade que se tornou a marca principal da paisagem de Brasília. Isto é o cerne da proposta de Howard: os três ímãs: cidade, campo e campo-cidade”⁷⁶.

⁷⁴ Costa (1985:304).

⁷⁵ Costa apud Gorovitz (1985:15).

⁷⁶ Cartintero (1998:131).

Com relação às cintas verdes, Lúcio Costa procura dar conforto ambiental e fácil acesso ao comércio local: “As lojas dispõem em renque com vitrinas e passeio coberto na face fronteira às cintas arborizadas de enquadramento dos quarteirões e privativas dos pedestres”⁷⁷ (Figuras 2.46e 2.47).

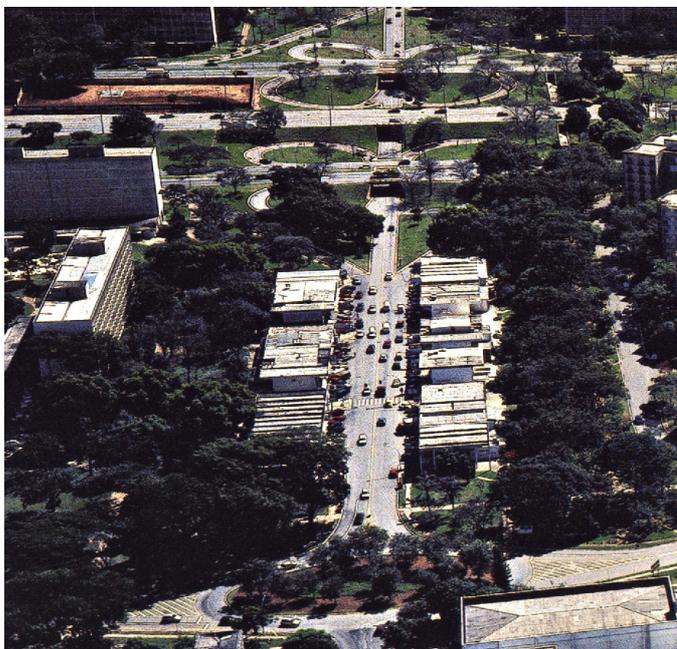
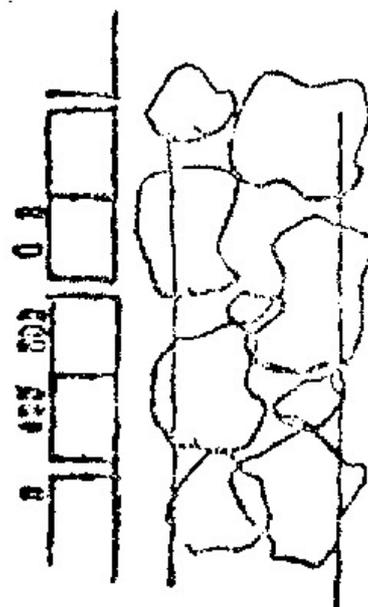


Figura 2.46: Arborização do comércio local do Plano Piloto.
Fonte: João Facó (2003).



Figuras 2.47: Croquis de Lúcio Costa.
Fonte: Costa (1991:31). Adaptação pela autora.

No próprio Relatório do Plano Piloto, a expressão cidade-parque é utilizada por Lúcio Costa (1997: 295) ao definir a concepção urbana: “De uma parte, técnica rodoviária, de outra, técnica paisagística de parques e jardins. Brasília, capital aérea e rodoviária; cidade-parque. Sonho aqui-secular do Patriarca”.

Brasília constitui o exemplo mais completo da aplicação desse modelo, onde os espaços livres arborizados estão presentes em toda parte, quer nas adjacências das grandes vias ou na separação dos setores. É esta característica que a distingue das demais cidades do país:

A escala residencial, com a proposta inovadora da superquadra, a serenidade urbana assegurada pelo gabarito uniforme de seis pavimentos, o chão livre e acessível a todos através do uso generalizado dos pilotis e o franco predomínio do verde, trouxe consigo o embrião de uma nova maneira de viver, própria de Brasília e inteiramente diversa das demais cidades brasileiras⁷⁸.

⁷⁷ Costa (1991: 28).

⁷⁸ *Idem* (1987:03).

Lúcio Costa tencionava diferenciar as superquadras, com distintas espécies arbóreas. As cintas arborizadas proporcionariam uma unidade para cada superquadra e simultaneamente quebrariam a homogeneidade da paisagem no eixo residencial. Para as superquadras, onde o ideal de cidade-parque melhor se expressa, Lúcio Costa (1997: 295) demonstra maior preocupação com o paisagismo. Salienta no Relatório do Plano Piloto: “As quadras seriam apenas niveladas e paisagisticamente definidas, com as respectivas cintas plantadas de grama e desde logo arborizadas, mas sem calçamento de qualquer espécie, nem meios-fios”.

Se o aspecto de parque para a cidade estava garantido, a ausência de calçamento e meios-fios seria solução provisória visando à redução de custos iniciais de implantação, para depois recorrer a calçamentos pavimentados e definitivos (Sampaio, 2003: 36).

No Relatório do Plano Piloto de Brasília há trechos em que Lúcio Costa prescreve conformações bastante simplificadas quanto a tratamento paisagístico, sem implicar ausência de projeto para espaços livres urbanos. Lúcio Costa, garantindo a qualidade ambiental, imaginou a paisagem a ser vista por quem percorre a cidade de automóvel e previu áreas sombreadas para quem percorre a superquadra a pé.

As superquadras tiveram origem noutro projeto de Lúcio Costa para o conjunto de edifícios residenciais Parque Guinle (Rio de Janeiro, 1940). Aplicou-se de forma sistemática o partido de deixar o térreo vazado e os pilotis de Le Corbusier que se tornaram de uso corrente (**Figura 2.48**).

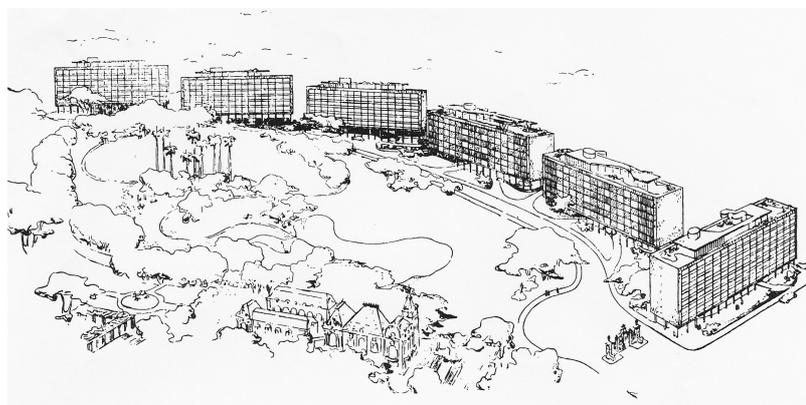


Figura 2.48: Conjunto residencial Parque Guinle, Rio de Janeiro –RJ, considerado precursor das superquadras de Brasília.

Fonte: Costa (1995: 206).

A *concepção naturalista* foi modelo para tratamento dos espaços livres modernistas, justificado pela facilidade de implantação, de manutenção e pela redução de custos.

As *concepções formalistas* – com desenhos elaborados e topiaria - exigiam manutenção contínua e gastos elevados.⁷⁹

Outro aspecto a se destacar nas superquadras é todo o seu solo ser considerado público: “(...) *os moradores pertencem à quadra, mas a quadra não lhes pertence – e esta é a grande diferença entre superquadra e condomínio*”.⁸⁰ Para Carpintero (2003), “*a propriedade pública do terreno é parte indissociável do conceito de superquadra. Não há superquadra sem propriedade pública do solo*”. Adotando a projeção, a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) encontrou no direito de construir forma jurídica que possibilitou realizar o projeto. De acordo com Barcellos (1999: 88), a projeção “(...) *substitui o lote como forma de parcelamento e estabelece como norma o uso do sistema de pilotis para os edifícios, o que pelo menos em tese permite um acesso irrestrito a todas as partes da superquadra*”. Acrescenta que “(...) *no caso do parcelamento por projeções, o solo só pode ser usado de forma restrita e para finalidades coletivas, já que por princípio ele é público*”.

A superquadra é um conjunto urbanístico que incorpora todos os elementos que a compõem: quadra residencial, comércio, igreja, escolas, áreas esportivas das entrequadras. Essa unidade deve ser preservada com garantia de propriedade e uso público de suas áreas comuns.

Outros princípios foram igualmente absorvidos na concepção de Brasília, como aplicação dos conceitos dos CIAM: a **setorização** pela segregação das atividades em áreas especializadas, de acordo com suas funções, e a **separação da circulação de pedestres das vias de tráfego motorizado** com a eliminação da rua tradicional. As diversas funções desenvolvidas na cidade determinam estruturas físico-espaciais correspondentes:

... o **eixo monumental**, assim chamado porque reúne os edifícios destinados ao governo e à administração; o **eixo rodoviário-residencial** que conduz ao centro da cidade e ao longo do qual estão dispostas as quadras residenciais; e, finalmente, sobre o cruzamento deles, a **plataforma**, onde foram situados, em níveis diferentes, o centro social e o de diversões e a estação rodoviária interurbana.⁸¹

⁷⁹ Sampaio (2003:39).

⁸⁰ Costa (1997:326).

⁸¹ *Idem* (1962:306).

PARTE II
ESTUDO DE CASO

CAPÍTULO 3

SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE (SHCSW)

Introdução

No presente capítulo busca-se aprofundar a investigação a partir de pesquisa de campo. Inicia-se pelo contexto de criação do Setor Sudoeste e se discute o Documento Brasília Revisitada. Complementa-se com a caracterização geral da área. O foco da pesquisa é a análise do tratamento paisagístico implantado no Setor Sudoeste, procurando responder as questões levantadas no início do trabalho: quais os principais aspectos do tratamento paisagístico que evidenciam a falta de correspondência entre a concepção expressa nas diretrizes que embalsaram o projeto e a implantação efetivada? E, até que ponto o tratamento paisagístico do Setor Sudoeste se configura como um abandono de concepção modernista de paisagem?

Sobressai nesta pesquisa o uso da vegetação. Espaços livres de uso público de superquadras do Setor Sudoeste são o objeto de estudo. Delas foram escolhidas as mais representativas, identificadas por meio de levantamentos informais. As técnicas foram observação direta (visual) e análise comparativa.

3.1 - Antecedentes e Condicionantes da Criação do Setor

A criação do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste (SHCSW) foi marcada por acontecimentos que interferiram em sua concepção e na implantação, como aperfeiçoamento da legislação ambiental do Distrito Federal e o tombamento de Brasília tornando-a patrimônio cultural da humanidade.

Em primeiro lugar, com a Política Nacional do Meio Ambiente, protetora do meio ambiente e dos recursos naturais, tem-se a regulação ambiental no Distrito Federal e legislação específica. Ressaltam-se dispositivos de 1989, como a Lei n.º 040, que cria a Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia (Sematec) e a Lei n.º 041, instrumento básico da política ambiental do Distrito Federal. Resulta a exigência de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e/ou Relatórios de Impacto Ambiental (Rima), apoio ao processo de planejamentos territorial e urbano, antes de qualquer intervenção urbanística.

Para resguardar as bacias dos rios São Bartolomeu e Paranoá, em abril de 1989 foram elaborados estudos de impacto ambiental (EIA) do projeto de implantação do Setor Sudoeste, sob responsabilidade da Companhia Urbanizadora de Brasília (Terracap). Posteriormente, dentro da nova visão quanto a meio ambiente, deu-se o tombamento⁸² de doze espécies arbóreas de importante ocorrência na região de Brasília, permitindo que a implantação do Setor Sudoeste respeitasse elementos arbóreos de porte ali existentes. Dessa forma, altera-se em parte a sistemática de erradicação total da vegetação nativa como prática costumeira no DF, à implantação de novas áreas habitacionais. Entre os edifícios do Sudoeste - ou na pista - constata-se as árvores tombadas do cerrado que possibilitam à Brasília, preservar minimamente o cerrado no meio urbano (**Figuras 3.1 a 3.3**).



⁸² Decreto de 09 de junho de 1993 onde constam espécies tombadas como patrimônio ecológico pela Secretaria do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal- SEMATEC, a saber: Sucupira-Branca (*Pterodon pubescens*), Copaíba (*Copaifera langsdorffii*), Jacarandá (*Dalbergia sp.*) Embiruçu (*Pseudobombax longiflorum*) Cagaita (*Eugenia dysenterica*), Aroeira (*Astronium urundeuva*), Gomeira (*Vochysia thyrsoidea*), Pau-doce (*Vochysia tucanorum*), Pequi (*Caryocar brasiliense*), Ipês (*Tabebuia spp*), Perobas (*Aspidosperma spp*) e Buriti (*Mauritia flexuosa*).



Figuras 3.1, 3.2 e 3.3: Espécies do Cerrado tombadas e preservadas nos espaços livres do Sudoeste.

Fonte: fotos da autora (2004).

Em segundo lugar, com o tombamento do conjunto urbanístico do Plano Piloto pela Unesco (**Figura 3.4**), Brasília passa a primeiro núcleo urbano construído no século XX a ser patrimônio cultural da humanidade. A escolha justificou-se por particularidades e valores do plano de Lúcio Costa, com base nos conceitos de urbanismo moderno difundidos por Le Corbusier.

O coroamento dos aspectos singulares do paisagismo, da arquitetura e do urbanismo da cidade deu-se com o tombamento federal⁸³ em 14 de março de 1990, fundamentado nas escalas estruturadoras do Plano Piloto: monumental, gregária, residencial e bucólica, cada uma relacionada a determinado espaço.

A escala monumental adéqua-se a espaços para os governos (federal e distrital) e configura-se pelo Eixo Monumental, da Praça dos Três Poderes à Rodoferroviária. A escala gregária destina-se a espaços para interação da vida cotidiana do centro urbano, tendo como marco central a Plataforma Rodoviária, que une a metrópole às cidades-satélites e às do entorno. A escala residencial - com as superquadras - é compatível a espaços mais tranquilos de unidades de vizinhança. A escala bucólica dá a Brasília caráter de cidade-parque, permeia as demais; conformam-na gramados, praças, áreas de lazer e orla do Lago Paranoá.

⁸³ O tombamento da cidade de Brasília iniciou-se com a proteção local, seguida da proteção mundial e depois a nacional, segundo a ordem cronológica em que ocorreram. Em nível local pelo Decreto 10.829 de 14/10/87 e pela Portaria 314/92 do IPHAN. Em nível mundial, foi feito pelo Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura - UNESCO como Patrimônio Cultural da Humanidade, em reunião plenária, ocorrida em Paris, na França, em 11/12/87. Em nível nacional, inscrição no Livro do Tombo Histórico nº 532.

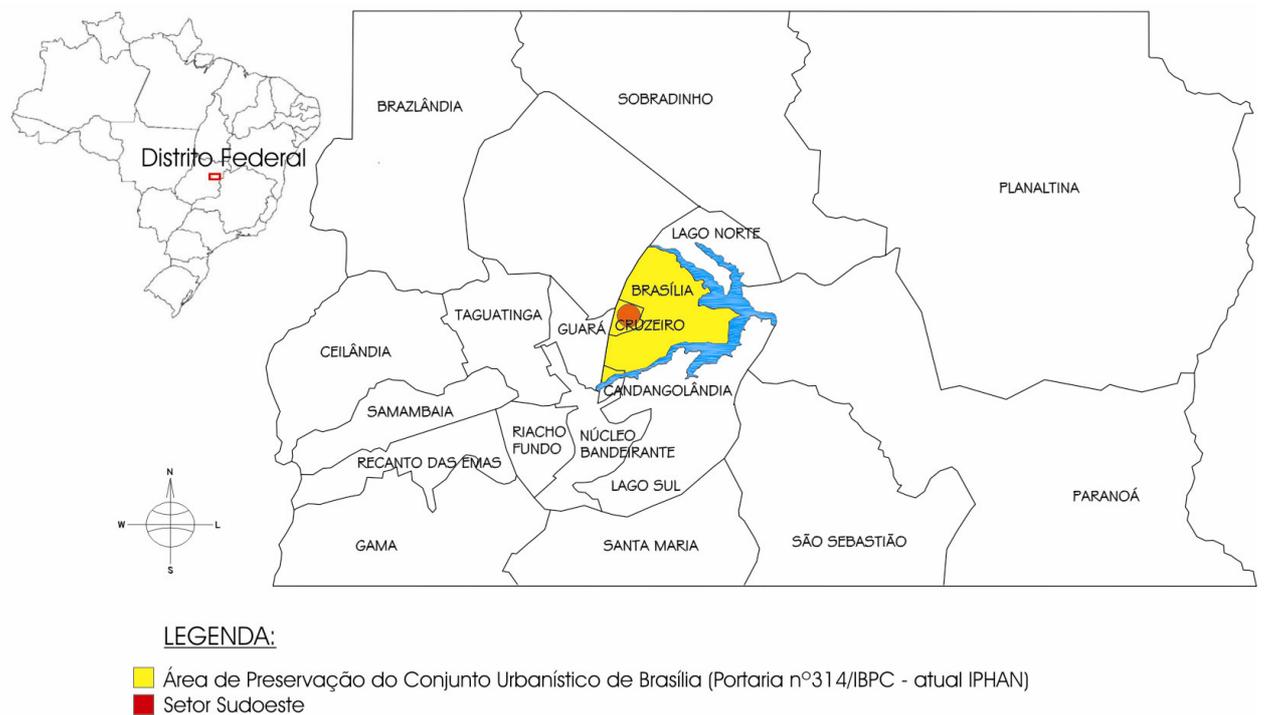


Figura 3.4: Localização do Setor Sudoeste e delimitação da área tombada dentro do quadrilátero do Distrito Federal.

Fonte: Fonseca (2001), adaptação pela autora.

Considera-se que o Sudoeste ocupa anterior espaço vazio de localização privilegiada no DF e leva à abordagem de planos para orientar a expansão urbana. O Relatório do Plano Piloto (1957) de Lúcio Costa tornou-se, em dado período, o único instrumento de ordenamento e uso do solo. Outros instrumentos surgiram, conservando a orientação marcada pelo controle da ocupação territorial: Código Sanitário (1964), Plano Estrutural de Organização Territorial – PEOT (1977), Plano de Ordenação Territorial – POT (1985), Plano de Ocupação e Uso do Solo do DF – POUSO (1985-86), Documento Brasília Revisitada (1987), Plano Diretor de Ordenamento Territorial – PDOT (1992 – 1.ª versão) e PDOT (1997 – 2.ª versão).

3.1.1 - Ordenamento do solo

A primeira tentativa do Governo do Distrito Federal (GDF) para fixar diretrizes de ordenamento do solo está contida no Decreto 163, de 26 de fevereiro de 1962, que dispõe sobre a necessidade de se disciplinar o uso das áreas rurais e urbanas. Nessa época, predominava a determinação de preservar o Plano Piloto e a Bacia do Paranoá defendendo a necessidade de administrar adequadamente o abastecimento de água e os esgotos recebidos pelo lago.

O Distrito Federal está subdividido em nove bacias ou unidades hidrográficas, sendo a do Lago Paranoá a única completamente inserida em seu território. O Lago Paranoá, um patrimônio ambiental de Brasília, situa-se em seu centro geográfico. A Bacia do Lago Paranoá, definida a partir de um cordão de chapadas que contorna toda a sua unidade, cria um microclima próprio para Brasília e demais cidades inseridas nesse sítio⁸⁴ (**Figura 3.5**).

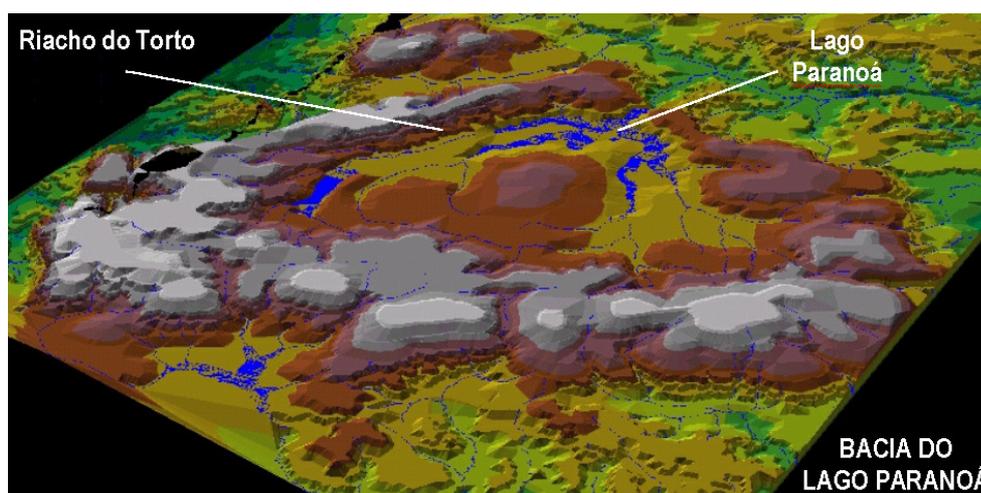


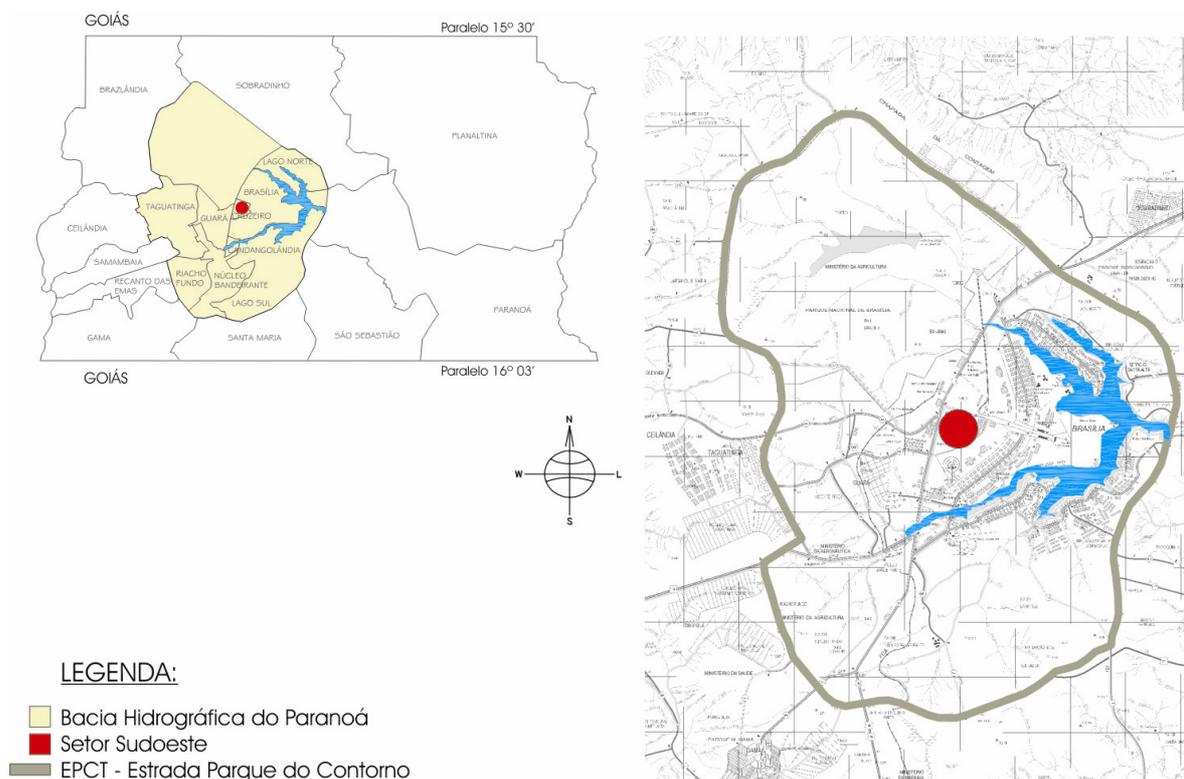
Figura 3.5: Bacia do Lago Paranoá.

Fonte: modelagem de Valério Augusto Medeiros (2002).

Desde o Código Sanitário (1964) recomendava-se a não-ocupação dessa bacia. A Estrada Parque do Contorno (EPCT) foi construída em redor da Bacia do Rio Paranoá, sobre o divisor de águas. Implicitamente delimitou uma área de proteção e preservação. Com a finalidade de reduzir pressões sobre as condições sanitárias do Lago Paranoá, pode-se dizer que os assentamentos de população de renda mais baixa realizados pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap) e pelo GDF foram alocados fora do anel da EPCT. Exceto o Cruzeiro, anexo ao Plano

⁸⁴ Trata-se de um domo de forma triangular e área convexa, o chamado Sítio Castanho que predispõe a um determinado desempenho climático: "aberto às influências dos ventos" e capaz de "promover a drenagem do ar da cidade" (Belcher *et al.*, 1955).

Piloto, de cuja região administrativa o Setor Sudoeste temporariamente fez parte e que guardou, no início, características de habitações populares. Há quem argumente que as origens da EPCT contêm componentes de segregação social - muito mais presentes que as intenções de proteção sanitária desejada - e que a questão ambiental haja sido justificativa para ocultar problemas sociopolíticos. **(Figura 3.6)**



Figuras 3.6: O Distrito Federal e a Estrada Parque do Contorno – EPCT
Fonte: Fonseca (2001), adaptação pela autora.

O Distrito Federal ocupa 5.782 km², mas apenas 9% do total é área urbana. O restante é considerado zona rural, parque e área de proteção ambiental. Antes da fundação da cidade, em 1958, a paisagem caracterizava-se pelo predomínio da vegetação do Cerrado. A ocupação da capital se deu por meio do processo de terra arrasada removendo-se a cobertura vegetal do terreno e modificando-se a topografia. O processo de ocupação do território do DF é sinônimo de degradação ambiental do Bioma Cerrado a despeito dos planos de ordenamento territorial e de tentativas de zoneamento.

Com população de mais de dois milhões de habitantes, é a única unidade federativa que tem um Plano Diretor de Ordenamento Territorial - PDOT com características de estado e município. Atualmente (2005), a área ocupada pelo Setor

Sudoeste é classificada como **Zona Urbana de Consolidação (Figura 3.7)**, de acordo com o PDOT na Seção II que lhe confere especificidades e define características de uso e ocupação do solo:

Art. 20. Zona Urbana de Consolidação é aquela na qual a ocupação deve considerar as restrições do estabelecido para as áreas de preservação do conjunto urbanístico do Plano Piloto de Brasília tombado como Patrimônio Histórico Nacional e Cultural da Humanidade; das peculiaridades ambientais das Áreas de Proteção Ambiental do Lago Paranoá e das Bacias Gama e Cabeça de Veado; e de saneamento para as áreas de Sobradinho, Planaltina e as circunscritas na Bacia do Lago Paranoá.

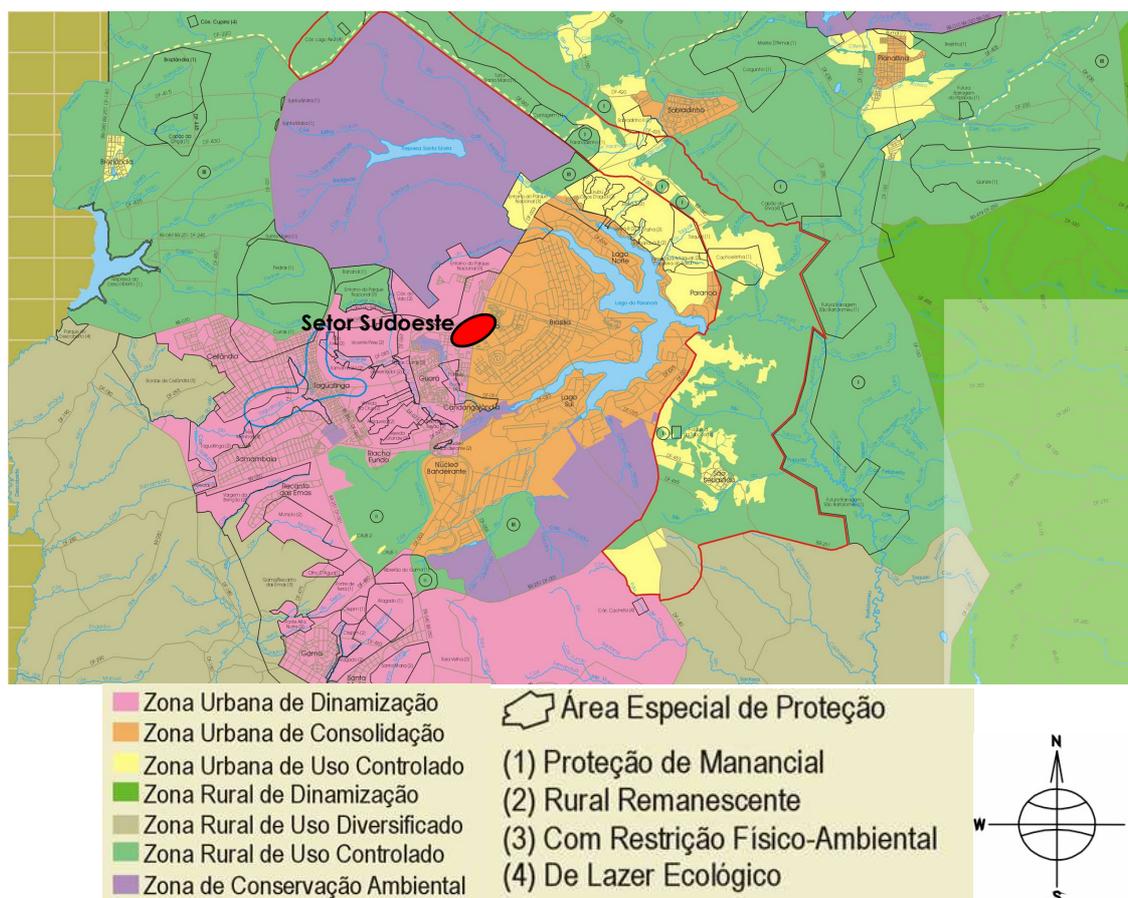


Figura 3.7: Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal (PDOT), estabelecido pela Lei 353/92 e alterado pela Lei complementar 17/97.

Fonte: Governo do Distrito Federal (1996), SEDUH, adaptação pela autora.

3.1.2 - Documento Brasília Revisitada

Publicado na gestão do governador (DF) José Aparecido, o documento Brasília Revisitada 1985/87 trata de complementação, preservação, adensamento e expansão urbana do Plano Piloto. Nele Lúcio Costa evidencia a vitalidade dos 25 anos da urbe e a necessidade de se preservarem as características fundamentais que singularizam a cidade para gerações futuras:

É exatamente na concomitância destas duas contingências que reside a peculiaridade do momento crucial de Brasília hoje atravessa: de um lado como crescer assegurando a permanência do testemunho da proposta original; de outro, como preservá-la sem cortar o impulso vital inerente a uma cidade tão jovem⁸⁵.

O documento introduz aspectos inovadores ao propor o adensamento habitacional da Bacia do Paranoá, destacando os possíveis alastramentos de Brasília. Pela primeira vez desde a criação do Plano Piloto, essa abordagem passa a ser aceita e implementada e cujo impacto ainda está por ser devidamente avaliado:

Uma vez assegurada a proteção do que se pretende preservar, trata-se agora de verificar onde pode convir ocupação – predominantemente residencial – em áreas próximas ao Plano Piloto, ou seja, na bacia do Paraná, e de que forma tal ocupação deve ser conduzida para integrar-se ao que já existe, na forma e no espírito, ratificando a caracterização de cidade-parque – ‘derramada e concisa’ – sugerida como traço urbano diferenciador da capital.⁸⁶

Quando Brasília foi tombada, Lúcio Costa resumia deste modo seu pensamento sobre a preservação do Plano Piloto: “para mim, como urbanista da cidade, importa principalmente o seguinte: (...) a manutenção do conceito de superquadra como espaço residencial aberto ao público, em contraposição ao de condomínio privativo fechado; da entrada única; do enquadramento arborizado; do gabarito uniforme de seis pavimentos sobre pilotis livres, com os blocos soltos no chão”⁸⁷. No documento “Brasília, 85/75”⁸⁸, o urbanista antecipou suas idéias:

A maneira que parece mais sensata e viável de lidar com este problema, é a reserva de áreas contíguas, de domínio público, a serem destinadas a uma futura implantação residencial ‘no estilo inovado pela cidade’..., ou seja, na forma de Superquadras, capazes de absorver, por um bom

⁸⁵ Costa (1987:01).

⁸⁶ *Idem, ibidem* p: 12).

⁸⁷ *Idem* (1995:331).

⁸⁸ O documento “Brasília: do plano piloto ao Plano Piloto 1957/85”, foi encomendado pela TERRACAP aos arquitetos Adeildo Viegas de Lima e Maria Elisa Costa, onde são levantadas algumas questões sobre as modificações sugeridas ao Plano Piloto pela comissão julgadora do concurso.

período de tempo, a demanda residencial da classe média que fatalmente virá.

Em Brasília Revisitada, Lúcio Costa relata as características fundamentais do Plano Piloto, ressalta a importância do paisagismo e apresenta argumentos para manutenção de áreas livres não edificáveis. Defende a preservação do baixo gabarito e das densidades na região compreendida entre a cidade e a orla do lago. Aponta como fundamental a interação entre as escalas urbanas; por meio delas se conjugam a estrutura viária e a questão residencial (**Figura 3.8**). Destaca a presença do céu e defende o não-alastramento suburbano. Apesar de admitir que a manutenção da feição original de Brasília existe graças à larga faixa verde - para uso rural entre a capital e as cidades-satélites - Lúcio Costa acrescenta:

...a longa distância entre as satélites e o Plano Piloto isolou demais os dois terços de sua população metropolitana que reside nos núcleos periféricos, além de gerar problemas de custo para o transporte coletivo⁸⁹.

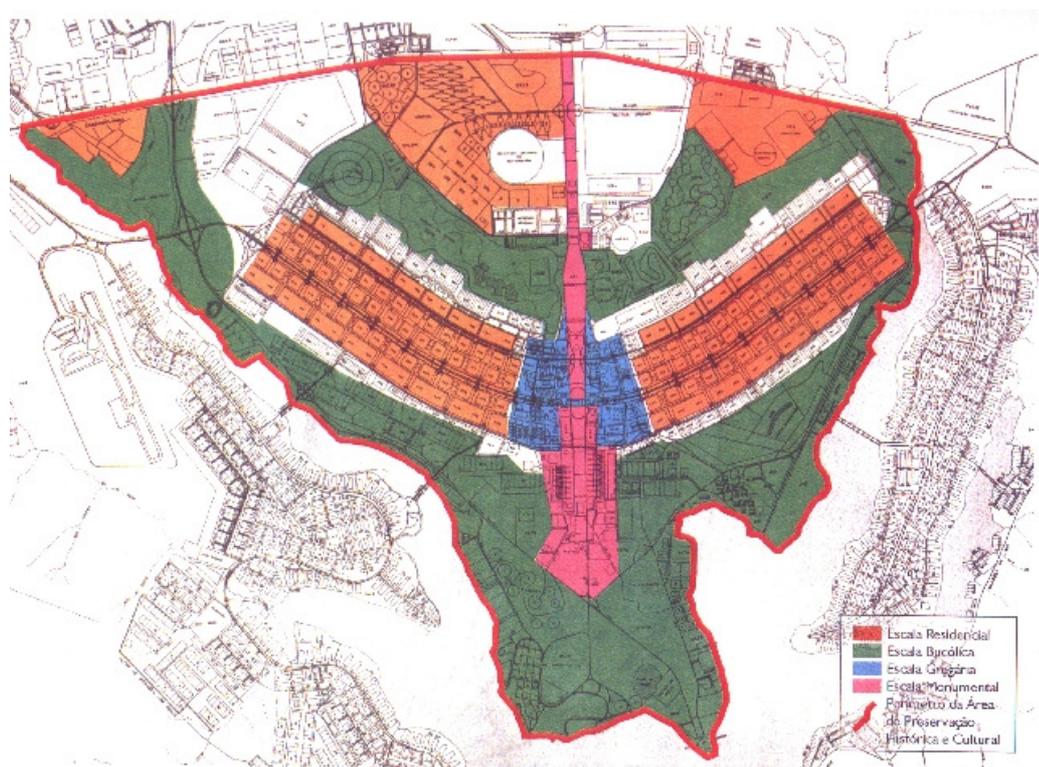


Figura 3.8: Escalas urbanas dentro do perímetro de tombamento. Por meio delas se conjugam a estrutura viária e a questão residencial.

Fonte: Governo do Distrito Federal (2002) /SEDUH.

⁸⁹ Costa (1987:08).

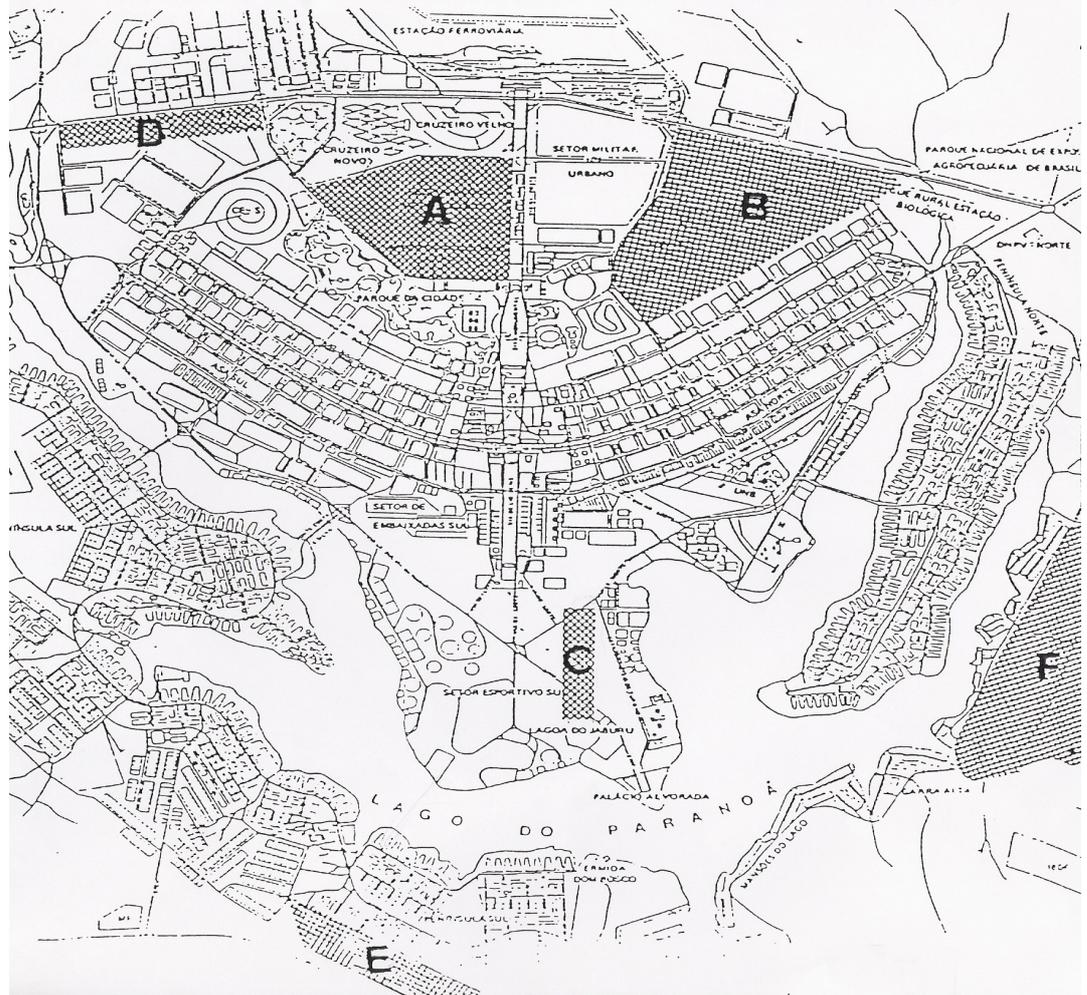
Ele indica seis áreas possíveis de ocupação residencial multifamiliar (A, B, C, D, E, F) diretamente vinculadas ao Plano Piloto, que depois sofreram modificações **(Figura 3.9)**. Para a área "A" foi previsto o Bairro Oeste Sul, nomenclatura alterada pela URB 89/89 para Setor de Habitações Coletivas Sudoeste (SHCSW), parte da expansão do Plano Piloto, dele parcela integrante e dependente, com todas características preservadas e que pela proximidade passaria a interferir no jogo das escalas urbanas foram previstas habitações coletivas tipo superquadras.

O Setor Sudoeste visava atender à política habitacional e à urbana. Aumentava-se a oferta de imóveis no sentido de atender a segmentos da chamada classe média, como também se ocupavam espaços vazios providos de infra-estrutura, evitando criar novas áreas em elevados custos. Lúcio Costa se propunha aproximar de Brasília as populações de menor renda, praticamente expulsas da cidade, apesar de o plano original ter intenção oposta.

A área **B**, proposta análoga à área A, previa o Setor de Habitações Coletivas Noroeste - SHCNW. A área **C (Figura 3.9)**, tencionava fixar a Vila Planalto, revogada porém pela decisão do Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente-CAUMA e não se concretizou devido à forte resistência dos moradores da Vila Planalto, para fixar o setor com lotes unifamiliares.

A área **D (Figura 3.9)**, atual Setor Habitacional Estrada Parque, foi sugerida nos moldes das quadras da Vila Planalto, pela existência de centros comerciais consolidados na área fronteira, com pilotis e quatro pavimentos, a fim de evitar a interferência negativa com o Eixo Rodoviário Sul. Além do gabarito baixo, toda a extensão de terreno compreendida entre as novas quadras e o Eixo deve permanecer não edificada ou se destinar a usos que impliquem baixa densidade de ocupação, sempre cobertas de verde para diluir as construções no arvoredo.

As áreas **E e F (Figura 3.9)**, Novas Asas Sul e Norte (Setor Habitacional Buritis e Setor Habitacional Taquari ou Condomínio *Hollywood*) demonstram a preocupação de Lúcio Costa em preservar a conotação de cidade-parque com pilotis livres, predomínio de verde e gabarito baixo. Amplia-se a oferta de habitação multifamiliar em áreas que, embora afastadas, vinculam-se ao núcleo original.



LEGENDA:

- Área A – Bairro Oeste Sul (SHCSW)**
quadras econômicas (piloto + 3 pav.)
centro de bairro (2 pav. sem piloto)
- Área B – Bairro Oeste Norte (SHCNW)**
análogo ao Bairro Oeste Sul
- Área C – Quadras Planalto**
quadras menores, piloto + 4 pav.
Vila Planalto preservada como é hoje
- Área D – Quadras da EPIA (SHEP)**
quadras menores, piloto + 4 pav.
- Área E – Área Nova Sul (SHB)**
quadras menores, piloto + 4 pav.
- Área F – Asa Nova Norte (SHTQ)**
quadras econômicas e conjuntos geminados
quadras (piloto + 4 pav.) e lotes individuais,
fixação da atual Vila Paranoá.
- MSPW** – 6 residências por lote

ALTERAÇÕES

Quadras Planalto
Revogada pela decisão 111/88 - CAUMA
(Conselho de Arquitetura Urbanismo e Meio Ambiente)

Bairro Oeste Norte (SHCNW)
Reduzido devido à criação do Parque Ecológico Norte – PqEN

NOVAS NOMENCLATURAS - URB 89/89

- SHCSW** – Setor Hab. Coletivas Sudoeste
- SHCNW** – Setor Hab. Coletivas Noroeste
- SHEP** – Setor Hab. Estrada Parque
- SHB** – Setor Hab. Buritis
- SHTQ** – Setor Hab. Taquari

Figura 3.9: Brasília Revisitada

Fonte: Costa (1985), adaptação pela autora.

A ocupação das áreas **A** e **B** - Setores de Habitações Coletivas Sudoeste e Noroeste - resulta do deslocamento do conjunto urbano para leste, que originou uma distância excessiva entre a Plataforma Rodoviária e a Estrada Parque Indústria e Abastecimento - EPIA. Esse deslocamento em direção ao lago foi recomendado por Sr. William Holford no julgamento do concurso do Plano Piloto (**Figura 3.10**).

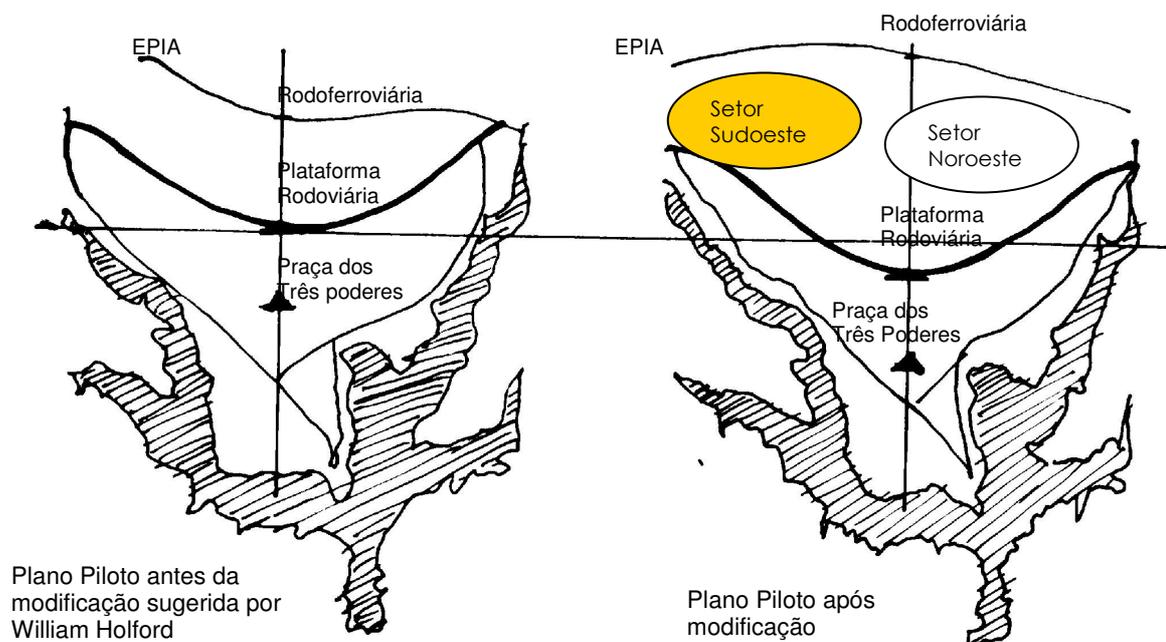


Figura 3.10: Deslocamento para leste
Fonte: GDF (1985) em Brasília 57/85 (adaptação pela autora).

A criação do Setor Sudoeste, pensada para reproduzir - em grande parte - os padrões de desenho paisagístico do Plano Piloto, mantém os ideais de cidade-parque para Brasília:

A proposta de Brasília mudou a imagem de 'morar em apartamento' e isto porque morar em apartamento na Superquadra significa dispor de chão livre e gramados generosos contíguos a casa numa escala que um lote individual normal não tem possibilidade de oferecer⁹⁰.

⁹⁰ Costa (1987:06).

Para o Setor Sudoeste, especificamente, foram previstas: **superquadras** (pilotis e seis pavimentos, para a classe média), **quadras econômicas** (pilotis e três pavimentos para responder à demanda habitacional popular), articuladas entre si por **pequenos centros de bairro**, com ocupação mais densa, gabaritos mais baixos (dois pavimentos sem pilotis) e uso misto (**Figura 3.11**).

Conforme a orientação urbanística moderna, o projeto do Sudoeste propõe separar os diferentes usos urbanos.

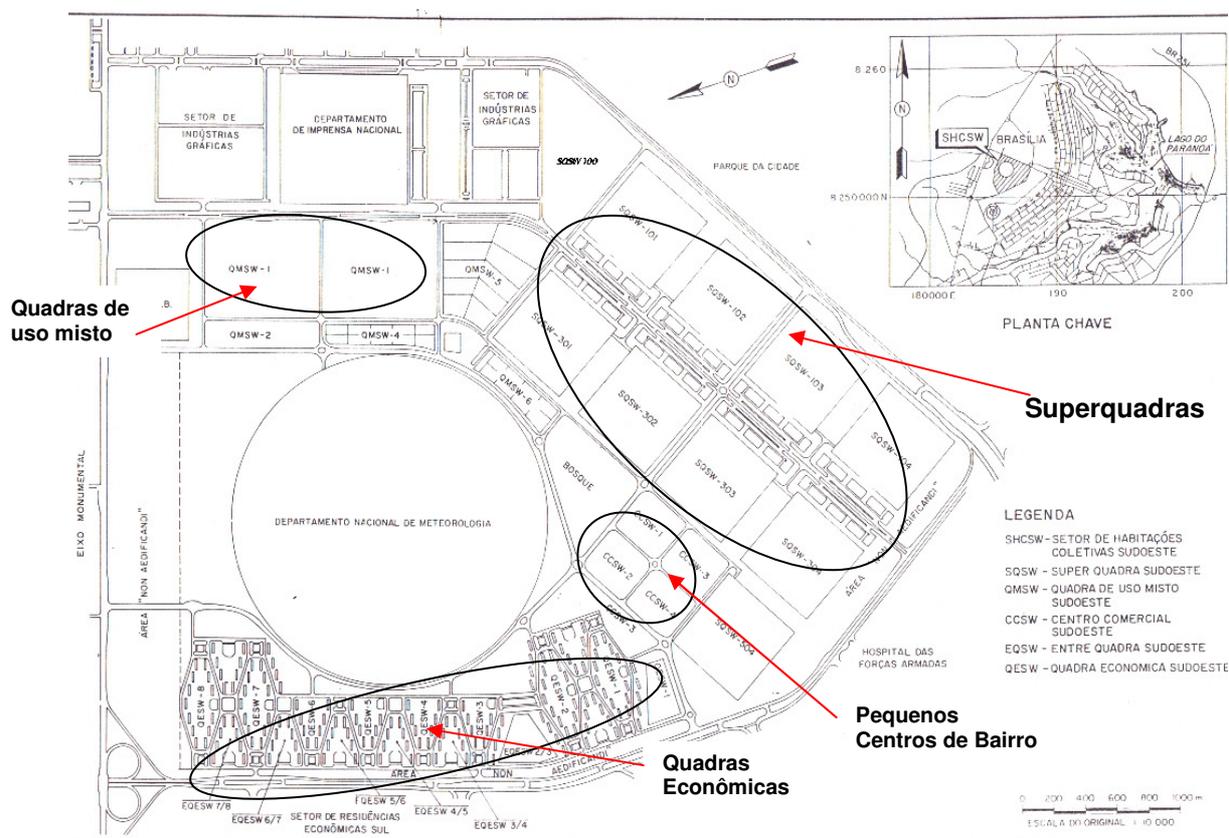


Figura 3.11: Projeto urbano para o Setor Sudoeste.
Fonte: Governo do Distrito Federal (1988), MDE- 147/88, adaptação pela autora.

Os edifícios de apartamento das superquadras do Sudoeste, similarmemente aos do Plano Piloto, são construídos com base em projeções (espaço aéreo de forma poliédrica situado acima dos pilotis). Nesse caso, o solo é público e destina-se a uso coletivo⁹¹. A projeção e o subsolo - que pode ser utilizado para garagem - são objetos de propriedade privada.

⁹¹ As construções aí situadas, como pilares, escadas, prumadas de elevadores seriam concessões de uso do espaço público.

3.2 - Projeto Urbano e Aspectos Gerais

A área do Sudoeste (3,8 milhões de metros quadrados) definida em 1989 insere-se na poligonal do Conjunto Urbano Tombado de Brasília, que é assim delimitada: a leste pela orla do Lago Paranoá; a oeste, pela Estrada Parque Indústria e Abastecimento – EPIA; ao sul, pelo Córrego Vicente Pires e, ao norte, pelo Córrego Bananal. **(Figura 3.12).**

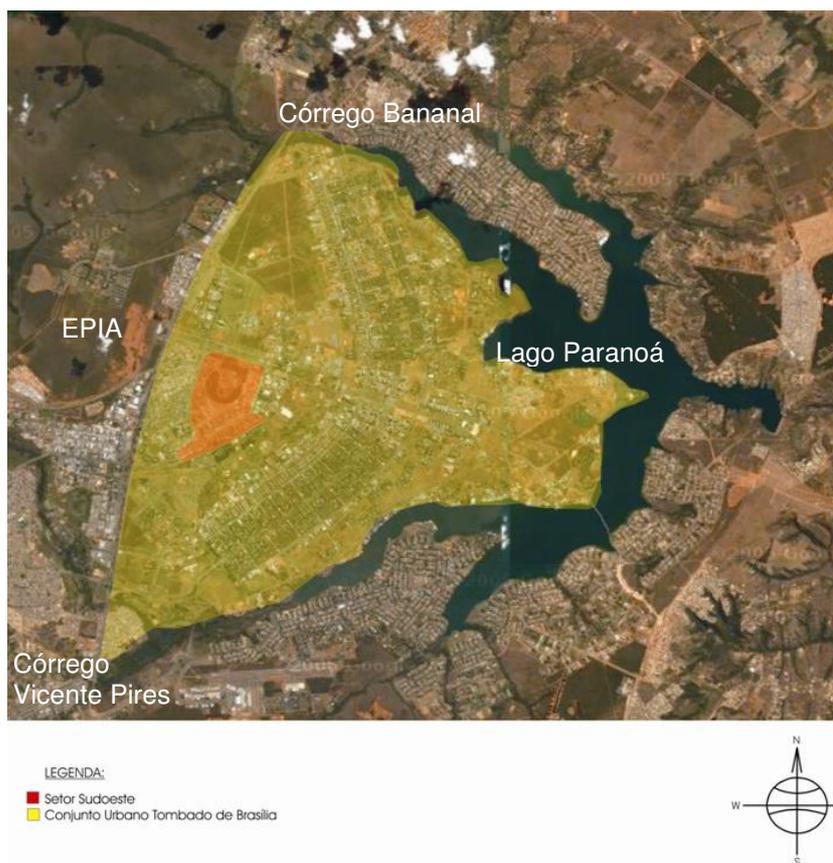


Figura 3.12: Conjunto urbanístico tombado de Brasília.
Fonte: Google earth ® (adaptação da autora).

Sua implantação foi no início da década de 90, como parte de ações planejadas para ocupação de terras do DF, trazendo soluções diferenciadas para as áreas verdes, mantendo a tipologia de superquadras do Plano Piloto, que por boa localização logo se tornou região das mais valorizadas e procuradas do DF.

Situado nas proximidades do centro urbano do Plano Piloto e do Parque da Cidade, o Setor de Habitação Coletiva Sudoeste (**SHCSW**) - com o Setor Octogonal a 22.ª Região Administrativa - é dos empreendimentos mais bem sucedidos da história recente da capital. **(Figura 3.13)**



Figura 3.13: Foto aérea do Setor Sudoeste. Junto ao Parque da Cidade tem ao fundo o Plano Piloto (Asa Sul e Asa Norte) e o Lago Paranoá.

Fonte: João Facó (2003) – (adaptação pela autora).

Segundo pesquisa da Secretaria de Planejamento do DF (2004), a área do Sudoeste apresenta a segunda maior renda *per capita* das 28 regiões administrativas, com média mensal de R\$ 2.226, atrás apenas do Lago Sul (R\$ 2.798) e à frente de Brasília e do Lago Norte. Projetado para 51 mil habitantes, tem população estritamente urbana. Os dados do IBGE, censo de 2000, exibem 22.000 habitantes.

As grandes vias que circundam a área garantem-lhe fácil acesso e conexão com o Plano Piloto e demais núcleos urbanos do DF: Eixo Monumental (Via S1 Oeste), Estrada Parque Contorno do Bosque (ECB) e Estrada Parque Indústria Gráfica (EIG). Caracteriza-se como expansão do Setor de Indústria Gráficas (**SIG**), que constitui seu limite a leste; a Estrada Indústrias Gráficas (**EIG**) limita-se ao sul; a oeste, a Estrada Contorno do Bosque (**ECB**); ao norte, o Eixo Monumental (**Via S-1 oeste**) (**Figura 3.14**).

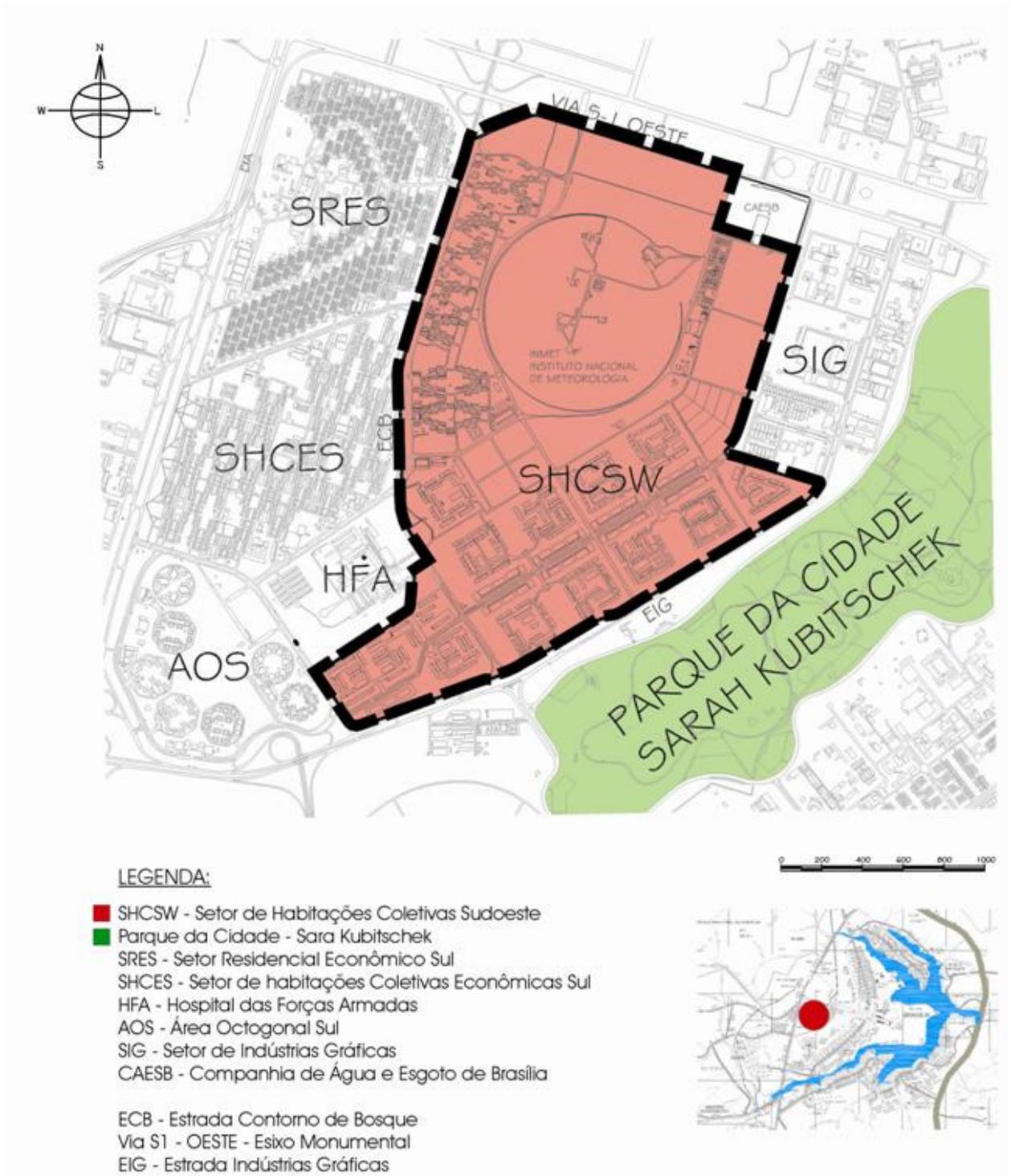


Figura 3.14: Entorno e Limites do Setor Sudoeste

Fonte: Governo do Distrito Federal (1988), MDE- 147/88, adaptação pela autora.

A área tem forma de polígono irregular, cuja declividade média oscila em torno de 1% e ocupa uma das áreas mais elevadas do Distrito Federal. **(Figura 3.15)**

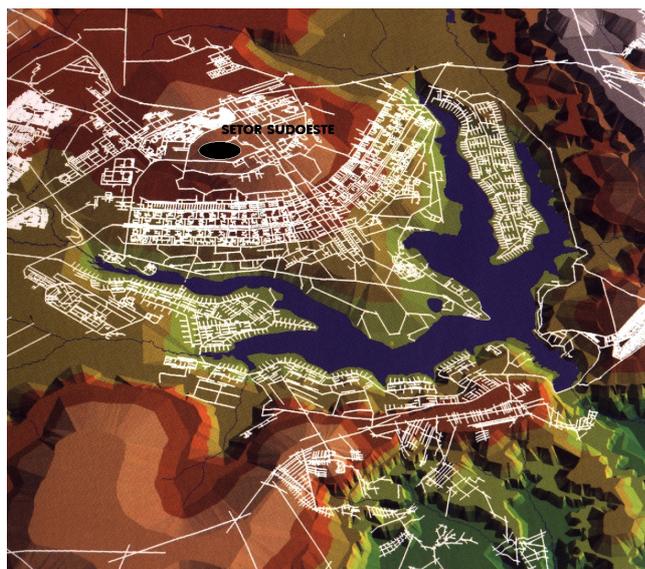


Figura 3.15: Setor Sudoeste ocupando uma das áreas mais elevadas do relevo do Distrito Federal e papel de destaque na paisagem.
Fonte: Teles *et alli*, 2003, modelagem Valério Medeiros.

A parte mais alta do terreno está na cota 1.150m. A mais baixa está a 1.120m. Não existe nascente ou curso d'água em seu interior. **(Figura 3.16)**

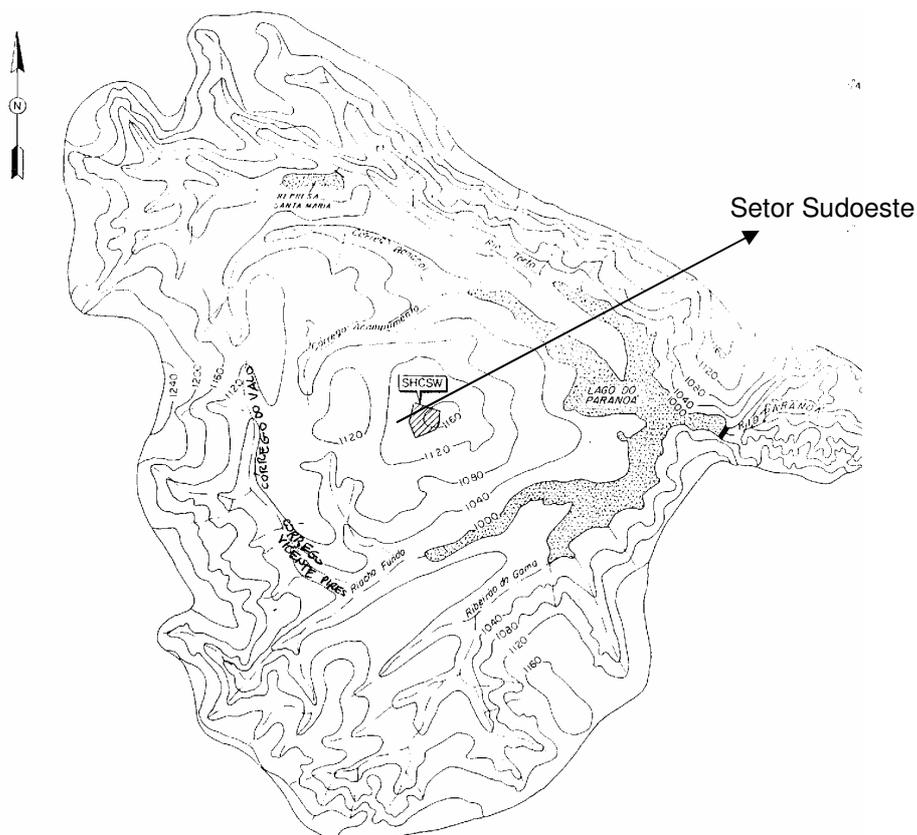


Figura 3.16: Curvas de nível e bacia de drenagem do Rio Paranoá.
Fonte: Governo do Distrito Federal (1989), RIMA.

O clima enquadra-se na classificação de Köeppen, entre os tipos “Tropical de savana” e “Temperado chuvoso de inverno seco”⁹². Está caracterizado por um período chuvoso e quente que se prolonga de outubro a abril, e outro, frio e seco, de maio a setembro (**Quadro 3.1**). Em setembro registram-se as médias mais baixas de umidade relativa do ar.

Verão			Outono			Inverno			Primavera		
Dez.	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.
Chuvas fortes e céu nublado. A nebulosidade é alta. A umidade do ar varia entre 75 a 80%. A temperatura média fica em torno de 21°C.			Chuvas fortes, os gramados estão verdes e as árvores do cerrado, como ipês e quaresmeiras, transformam o outono em primavera. *Período de maior floração das plantas do cerrado fica entre maio e setembro.			A cidade muda de cor com a chegada da seca: do verde, passa ao cinza. As queimadas castigam o cerrado. Alta amplitude térmica. A diferença de temperatura durante o dia chega a 10°C.			O verde volta à cidade com as primeiras chuvas, que caem no final de setembro. A temperatura do ar aumenta um pouco. O céu volta a ter nuvens. O barro seco do inverno começa a se transformar em lama. Início da temporada de chuva.		

Quadro 3.1: Estações do ano no Distrito Federal.

Fonte: Fonseca (2001), adaptado pela autora.

As temperaturas no Setor Sudoeste tais como no Distrito Federal apresentam-se de acordo com o **Gráfico 3.1**. Devido à sua localização na área central do país e à altitude, as amplitudes diárias de temperatura são consideráveis, especialmente no período seco – 14°. Também neste período seco implica em temperaturas mais elevadas às 15 h, quando a radiação solar é mais forte, decrescendo à noite com mínima por volta de 6h.

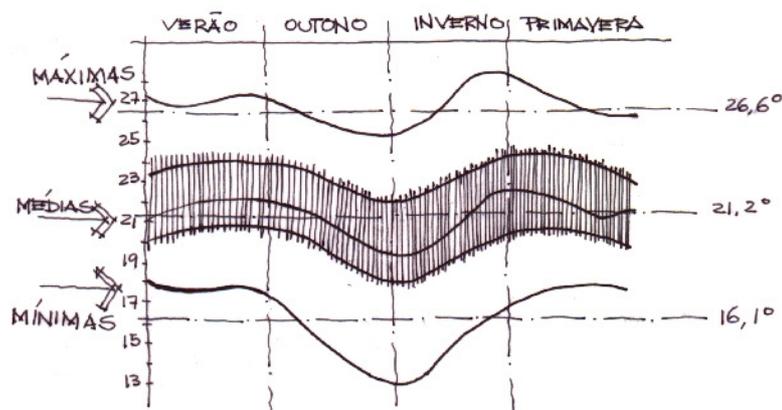


Gráfico 3.1: Temperaturas no Distrito Federal (1961-90).

Fonte: DNMET (1992), adaptação pela autora.

⁹² O conforto do homem nessas regiões, em grande parte, depende das condições de proteção e ambiência que lhe oferecem os elementos arquitetônicos e a vegetação.

O regime pluviométrico apresenta precipitação anual de 1.750mm e chuvas concentradas entre novembro e março sendo dezembro o mês mais chuvoso, com precipitação de mais de 350 mm. O menor índice é o mês de junho (**Gráfico 3.2**).

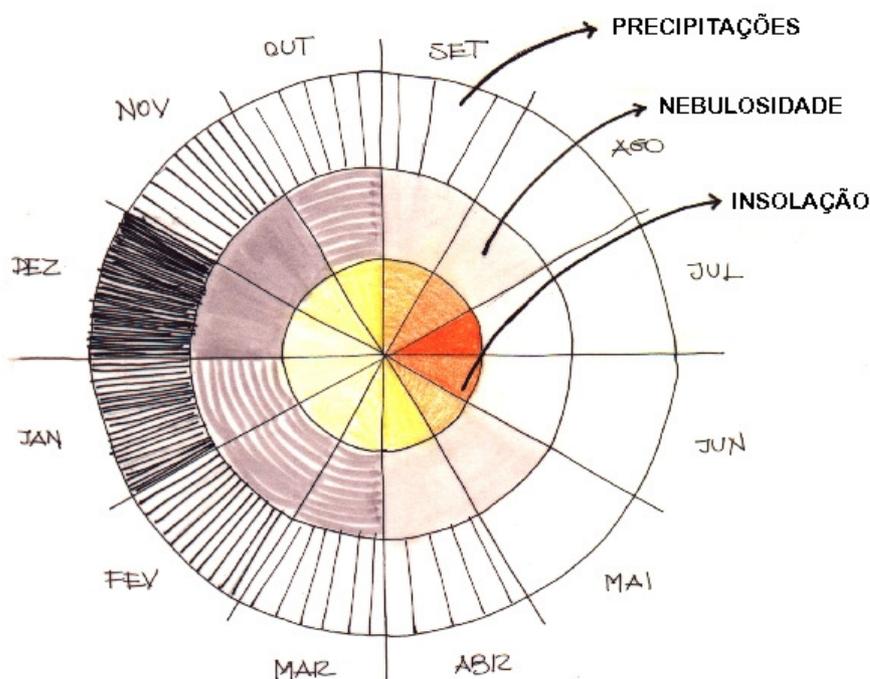


Gráfico 3.2: Precipitações, Nebulosidade e Insolação no Distrito Federal.
Fonte: DNMET (1992), adaptação pela autora.

O Sudoeste insere-se no domínio fitogeográfico do cerrado. Originalmente, a área constituía-se por este tipo de cobertura vegetal, com pequena variação de porte e densidade. De acordo com o RIMA, elaborado pela ENGE-Rio em 1987, o cerrado remanescente cobria 34,54% da área e se apresentava em diversos níveis de alteração com indivíduos de porte elevado que alcançavam mais de 10 metros. A área apresentava eucaliptais formados por bosques de *Eucaliptus grandis* e *Eucaliptus argentum*. O bosque de *Eucaliptus argentum* mostrava árvores de porte pequeno reconhecidas pela beleza de suas folhas prateadas, ocupando 2% da área. O bosque de *Eucaliptus grandis* era maior e cobria 8,66%. Destacava-se na paisagem.

O restante da área era coberto, sobretudo, por campo graminóides, área de solo exposto e área manejada pelo Departamento de Parques e Jardins da Companhia Urbanizadora da Nova Capital, representando respectivamente 25,71%, 7,49% e 6,57% (**Figuras 3.17 e 3.18**).

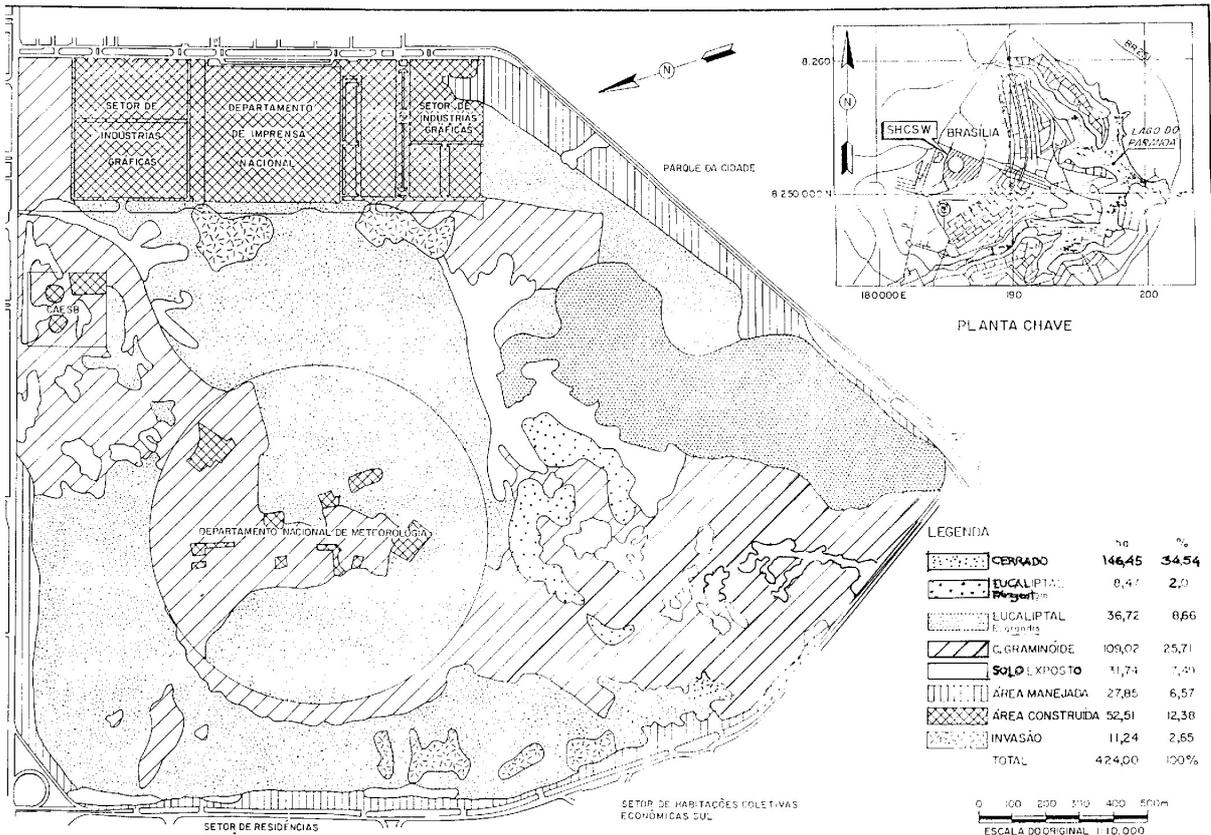


Figura 3.17: Mapa de Vegetação à época da implantação do Sudoeste
Fonte: Governo do Distrito Federal (1989), RIMA.



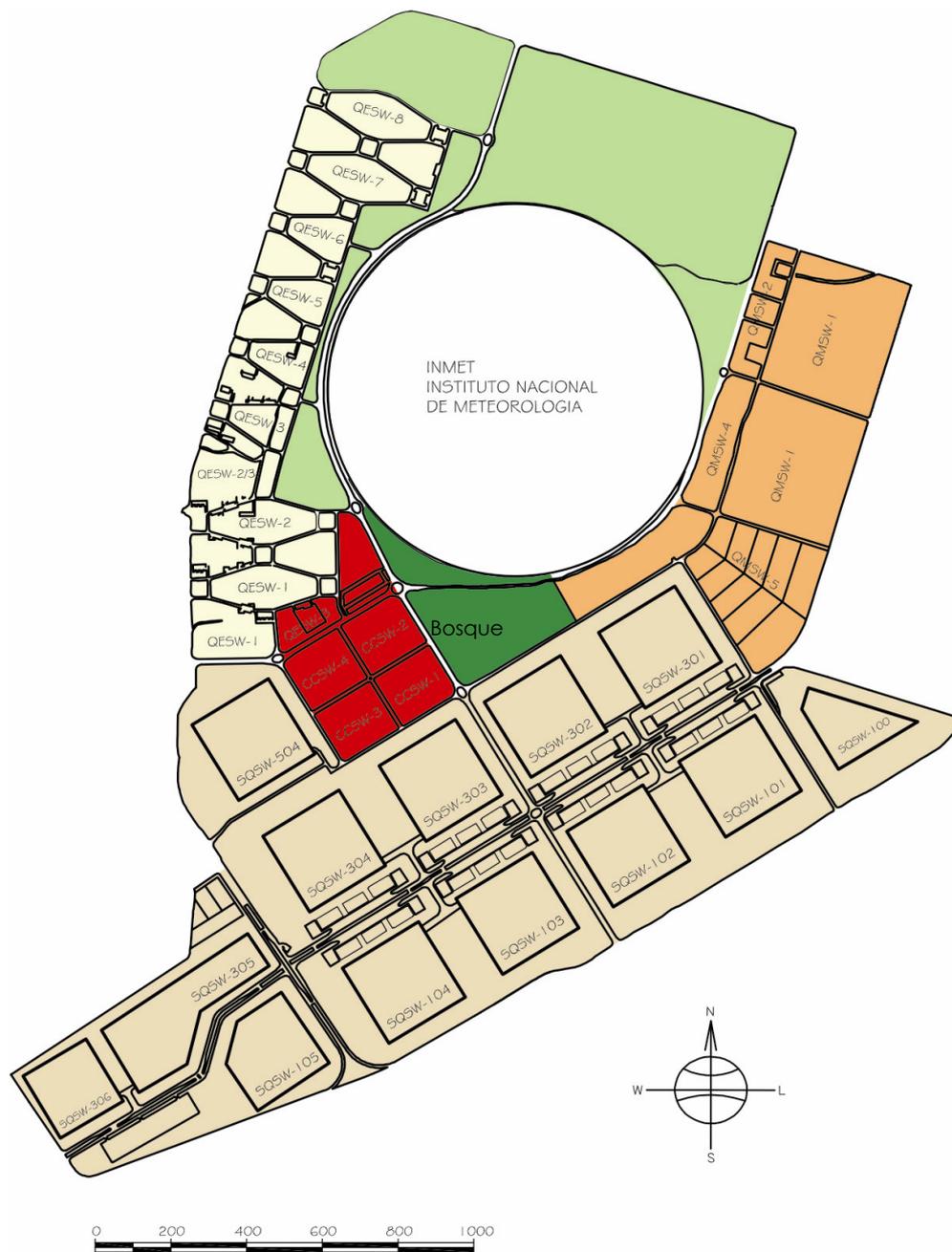
Figura 3.18: Foto aérea antes da implantação do Sudoeste, com marcante presença do bosque de *Eucalyptus grandis*.
Fonte: Fils (1988:40).

Constata-se grande perda da cobertura vegetal do cerrado e dos bosques de eucaliptos. A eliminação do cerrado, além de acarretar perda de representantes dessa vegetação, ocasionou danos à fauna por falta de abrigo e alimentação.

Em 1993, com o tombamento das espécies do cerrado, tornou-se possível preservar alguns desses elementos. Chama a atenção área próxima ao Instituto Nacional de Meteorologia – INMET, restando pouca vegetação (apenas um pequeno grupo de árvores do cerrado e exóticas) que foi reservada a um bosque. O Parque Urbano Bosque do Sudoeste ocupa 69.000 m² de extensão, criado em 30.04.99 pela Lei 2.360, cujo projeto paisagístico só recentemente teve início⁹³.

Além do bosque inicialmente previsto, o Sudoeste - resultante do parcelamento da “Área A” contida no documento Brasília Revisitada - compreende os setores residencial, comercial e de uso misto (**Figura 3.19**):

⁹³ A política de implantação de parques no DF é relativamente recente. Até 1990 havia apenas 03: o Recreativo do Gama, o Sara Kubitscheck e o Burle Marx. O incremento do número de parques ocorreu na década de 90, o que, em parte, reflete o envolvimento do Poder Legislativo do Distrito Federal (criado em 1991), nesse processo. Dos 65 parques criados, 75% (49 parques) foram por iniciativa do Poder Legislativo e 25% (16 parques) do Poder Executivo.



LEGENDA:

- Habitação Coletiva (3pav. + pilotis)
- Centro Comercial
- Uso Misto não residencial (2 pav.)
- Habitação Coletiva (6 pav. + pilotis) e Comércio Local (2 pav.)
- Parcelamento Futuro - áreas "non aedificandi"
- Bosque

Figura 3.19: Uso e Ocupação do Solo do Setor Sudoeste.

Fonte: Governo do Distrito Federal (1988, 1996 e 2000), MDE- 147/88, MDE 21/96 e MDE 27/00, adaptação pela autora.

Em um documento escrito em janeiro de 1990, à época do tombamento de Brasília, Lúcio Costa expressava seu pensamento a respeito da preservação do Plano Piloto. Justifica-se a escolha da morfologia adotada para o setor sudoeste, principalmente quanto ao aspecto das superquadras:

Do estrito e fundamental ponto de vista da *composição urbana* chegou o momento de definir e de delimitar a futura 'volumetria' espacial da cidade, ou seja, a relação entre o *verde* das áreas a serem mantidas in natura (ou cultivadas como campos, arvoredos e bosques) e o *branco* das áreas a serem edificadas. Chegou o momento, digo mal – o último momento, diria melhor – de ainda ser possível aliviar esse confronto e de assim preservar, para sempre, a feição original de Brasília como cidade parque, o 'fácies' diferenciador da capital, em relação às demais cidades brasileiras.

O interesse deste estudo recai sobre as superquadras, pela semelhança urbanística que mantêm com as superquadras do Plano Piloto, cujo sistema de endereçamento obedece a uma nomenclatura alfa-numérica (usual em Brasília), que faz parte do repertório do habitante local. Essas superquadras se denominam superquadras sudoeste SQSW, com numeração ímpar, a partir da EIG (Estrada Indústrias Gráficas) onde as centenas 100, 300 e 500 apresentam-se com numeração crescente em relação ao Eixo Monumental, assim definidas: 100, 300, 101 – 301; 102 – 302, 103 – 303; 104 – 304 – 504, 105 – 305 e 306.

O Sudoeste iniciou-se com oito superquadras: SQSW 101, 102, 103, 104, 301, 302, 303 e 304 (etapa I). Considerando a necessidade de alternativas de habitação para atender à classe média, foram agregadas mais áreas residenciais, como a alteração da QMSW –7, transformada em SQSW 100, e a inclusão da 504 (etapa II). Depois surgiram as SQSW 105, 305 e 306 (etapa III). Recentemente (2004) deu-se a expansão da SQSW 305, com a construção de mais 3 blocos residenciais (etapa IV) (**Figura 3.20**) e a alteração de uso das QMSW, dando origem às superquadras 300 (etapa V).

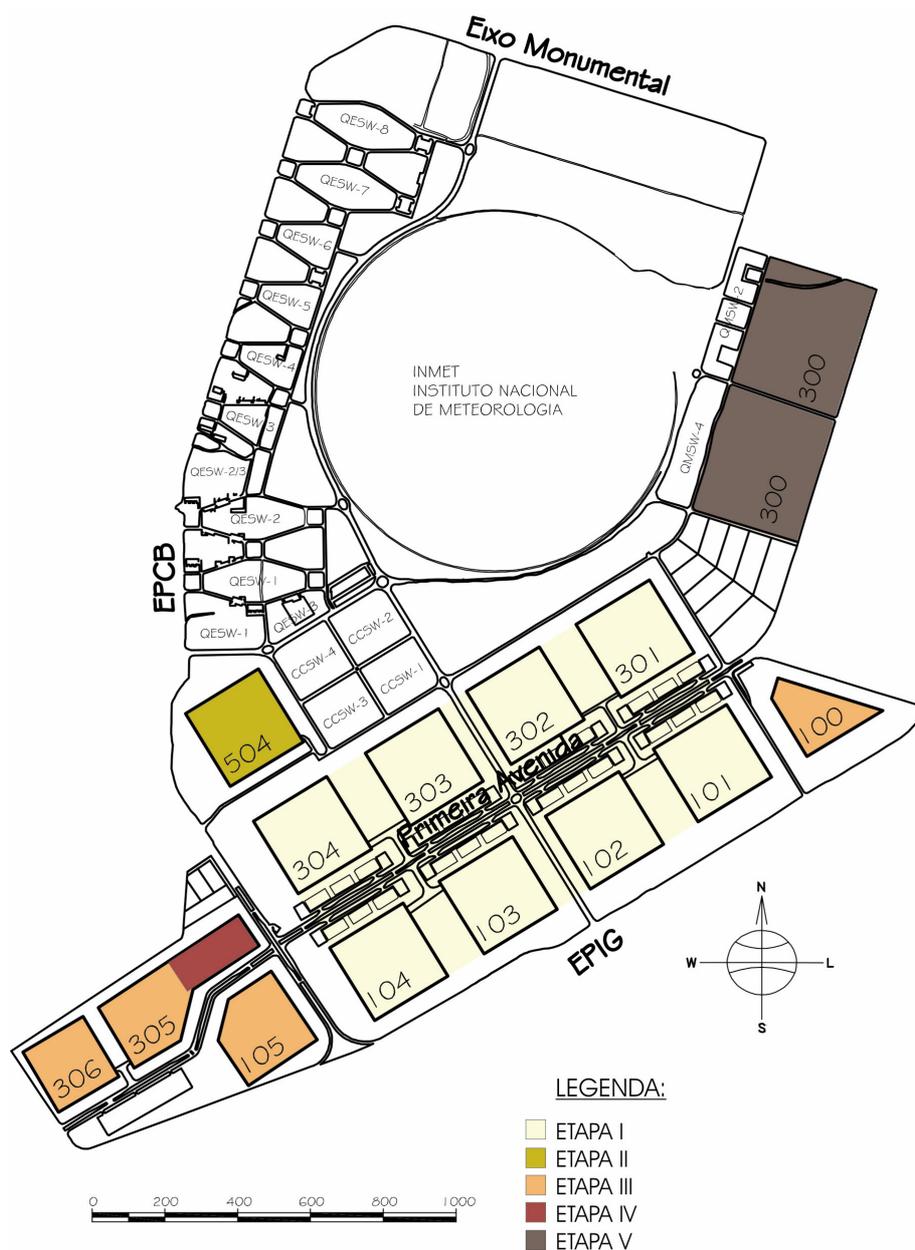


Figura 3.20: Evolução das superquadras do Setor Sudoeste com suas distintas etapas.
Fonte: Governo do Distrito Federal (1988, 1996 e 2000), MDE- 147/88, MDE 21/96 e MDE 27/00, adaptação pela autora.

Desde sua implantação, iniciada em 1991, e nesses quatorze anos, o Sudoeste cresceu aceleradamente. Tem hoje mais de 7.000 unidades de apartamentos. Ganhou autonomia, desvinculou-se da RA XI - Cruzeiro e transformou-se na Região Administrativa – RA XXII pela Lei n.º 3.153, de 6 de maio de 2003. As quatorze superquadras atuais distribuem-se no eixo onde se localiza o comércio local, separando as quadras 100 das 300. (**Figura 21**)

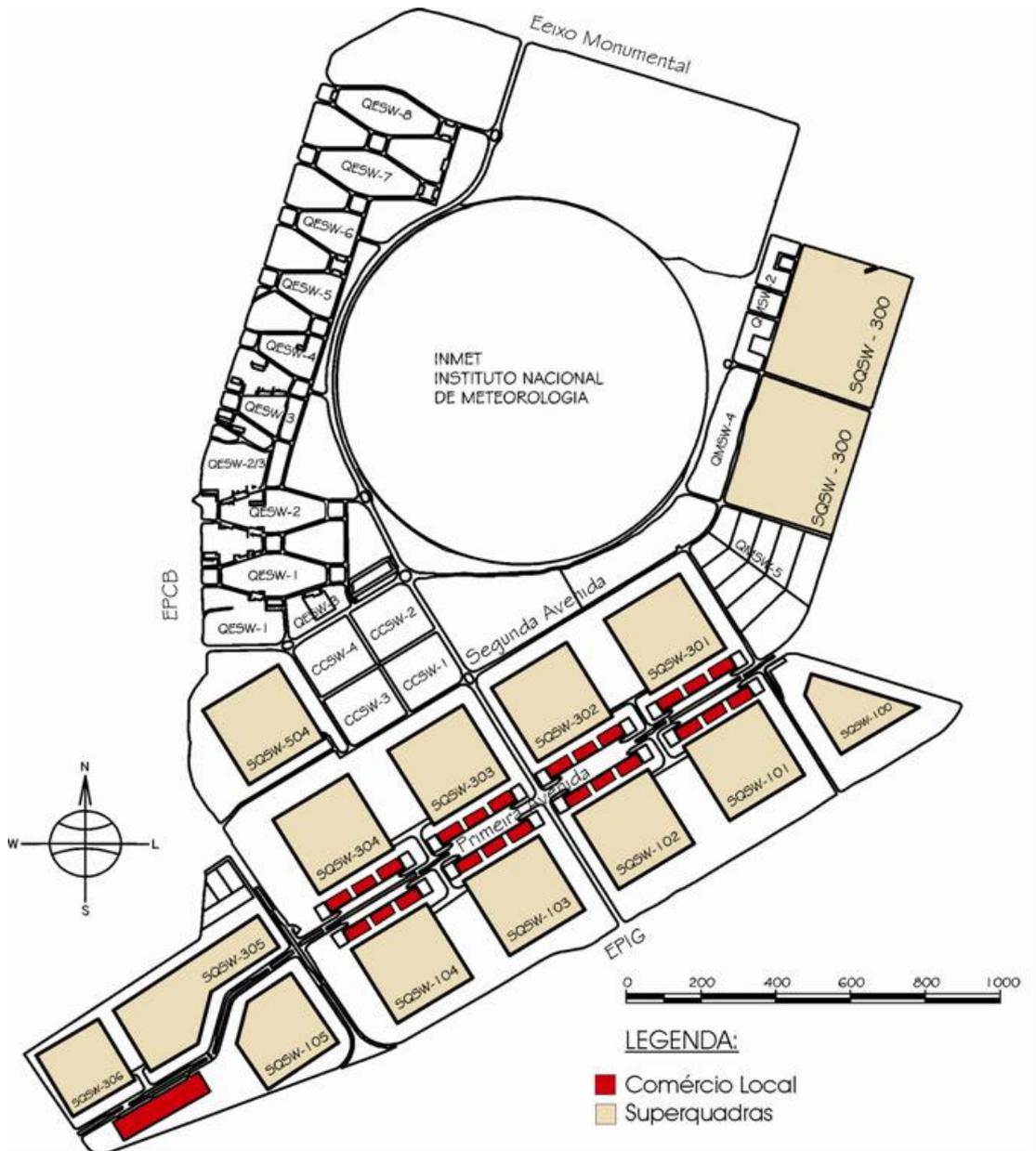


Figura 3.21: Superquadradas e Comércio Local do Setor Sudoeste.

Fonte: Governo do Distrito Federal (1988, 1996 e 2000). MDE 147/88, MDE 21/96 e MDE 27/00. Adaptações pela autora.

3.3 - Tratamento Paisagístico do Setor Sudoeste

Entende-se tratamento paisagístico como uma intervenção em determinado espaço livre, onde se trabalham os principais componentes da paisagem: suporte físico, vegetação, pequenas construções e elemento água.

Ao abordar o tratamento paisagístico do Setor Sudoeste, sistematizaram-se procedimentos que foram desenvolvidos em duas etapas:

1ª etapa: Caracterização do Tratamento Paisagístico das superquadras

Procurou-se retratar os aspectos mais relevantes em termos da organização dos espaços livres, os quais compreendem:

- a) suporte físico, o chão ou piso, o plano horizontal onde se dá qualquer intervenção;
- b) vegetação que caracteriza as áreas ajardinadas em seus diversos extratos (herbáceo, arbustivo e arbóreo), salientando a maneira como foram utilizadas na faixa de emolduramento e no interior da superquadra;
- c) pequenos elementos construídos e mobiliário urbano, tais como parquinhos infantis, quadras de esporte, equipamentos de ginástica, caixas de areia, pérgolas e recantos (áreas de estar);
- d) elemento água identificado pelas fontes, espelhos d'água etc.

2ª etapa: Análise da situação existente

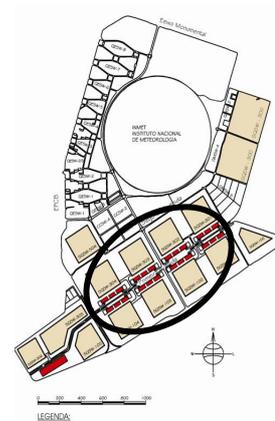
Foram estabelecidos determinados elementos de análise para comprovar (ou não) a presença das características de cidade-parque no Setor Sudoeste, sobretudo no que se refere ao tratamento da vegetação proposto por Lúcio Costa e tal como concebido pelos modernistas:

- O *primeiro elemento* de análise refere-se à existência (ou não) da cinta arborizada nos limites das superquadras, identificada pela faixa verde

de 20,00 m de largura de emoldramento que deve ser mantida gramada e com arborização em renque duplo;

- O *segundo elemento* trata da presença (ou não) do chão gramado com árvores e arbustos dispostos de modo naturalista, nas áreas ajardinadas no interior das superquadras;
- O *terceiro elemento* refere-se ao tratamento paisagístico contínuo que considera todo o conjunto da superquadra, que mantém os pilotis livres e não admite jardins individualizados;
- O *quarto elemento* considera a utilização de modos de tratamento paisagístico menos elaborado e a recusa em usar a vegetação para criar formas ornamentais, como a topiaria⁹⁴.

Para efeito de estudo do tratamento paisagístico do Setor Sudoeste foram escolhidas as oito primeiras superquadras implantadas e construídas: SQSW 101, 102, 103, 104, 301, 302, 303 e 304 (**Figura 3.22**). Considerou-se como principal fator de escolha o tempo de implantação, buscando um tratamento paisagístico que oferecesse particularidades de interesse para a análise proposta. Acredita-se que nas superquadras mais consolidadas (mais antigas) a vegetação encontra-se mais madura.



Cabe destacar que há amplos espaços livres no interior das superquadras liberados pela não construção das unidades escolares (jardim de infância e escola-classe) previstas para cada superquadra (**Figura 3.23**).

Figura 3.22: Superquadras investigadas em destaque.

⁹⁴ Topiaria: arte de dar formas diversas – sólidos geométricos, animais etc. – a árvores e arbustos, podendo-os ou subordinando seu desenvolvimento a uma estrutura rígida, de maneira que ao crescer adquiram a forma desejada definida por essa estrutura.



Figura 3.23: Setor Sudoeste.
Em destaque, superquadras investigadas.

3.3.1 - Caracterização do tratamento paisagístico do Setor Sudoeste

Para caracterização do tratamento paisagístico do Setor Sudoeste foi efetuado levantamento de campo acompanhado de registros fotográficos, procurando captar o que de mais significativo verifica-se nas superquadras. Para facilitar a abordagem adotou-se um padrão para esses registros que compreende mapas das superquadras escolhidas nos quais se localizam os elementos em estudo, destacados por fotos.

Optou-se por textos sínteses e legendas explicativas das fotos, acreditando que na análise caberia a explanação adequada dos aspectos abordados. As fotos foram selecionadas para identificar as principais características aos espaços investigados que salientam aspectos recorrentes nas superquadras.

De maneira geral o tratamento paisagístico das superquadras do Setor Sudoeste surpreende pelo número reduzido de espécies arbóreas de porte adulto, poucos espaços sombreados e uso indiscriminado de plantas que formam bordaduras. Outro aspecto que chama atenção é a existência de elaborados jardins junto aos edifícios de apartamentos os quais são separados dos demais espaços livres por cercas vivas que sugerem exacerbadas preocupações com a questão da segurança.

A investigação do tratamento paisagístico nos espaços livres deu-se a partir dos componentes da paisagem: suporte físico, vegetação, pequenos elementos construídos e uso do elemento água.

a) Suporte físico

O tratamento paisagístico junto aos edifícios assenta-se sobre terreno aplainado em grandes superfícies horizontais obtidas por patamares que acompanham a implantação dos blocos. Raros são os morrotes (artificiais ou não) e, às vezes, utilizam-se de jardineiras para criar volumes (**Figuras 3.24 e 3.25**).



Figura 3.24: SQSW 104. Suporte físico homogêneo, plano e horizontal.

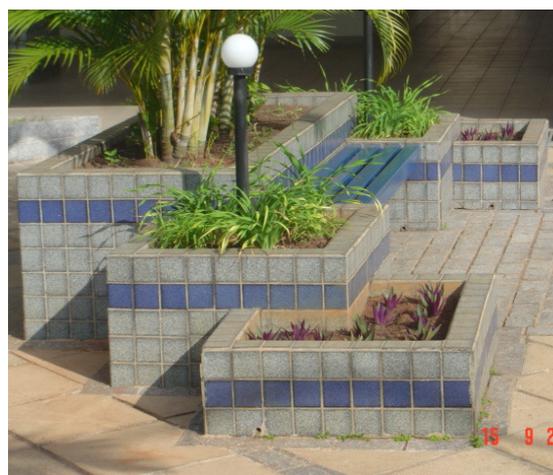


Figura 3.25: SQSW 103. Detalhe de jardineira.

Nas demais áreas onde o terreno não foi trabalhado para a implantação dos blocos o plantio de grama é realizado sobre o relevo natural com pequenas ondulações. Em determinados lugares, constata-se desníveis significativos dificultando o deslocamento da população usuária obrigada a enfrentar imensas escadarias (**Figuras 3.26 e 3.27**).



Figura 3.26 e 3.27: SQSW 302 e SQSW 102. Grandes desníveis para os pedestres.

b) Vegetação

Nos espaços livres das superquadras são poucos os elementos arbóreos. Verifica-se a presença de algumas espécies tombadas (nativas do Cerrado) de porte adulto, de maneira esparsa (**Figuras 3.28 e 3.29**). Nos jardins junto aos edifícios há predomínio do extrato arbustivo e de palmeiras (**Figuras 3.30 e 3.31**). Constatam-se frutíferas de pequeno porte (pitanga, acerola, romã, amora, carambola e mamão), geralmente junto aos parquinhos infantis. Implantou-se uma horta no bloco A da SQSW 101 para consumo dos moradores.

O que mais chama a atenção é a presença maciça de bordaduras (**Anexos I e II**) em praticamente todos os edifícios. Constatou-se que essas cercas vivas envolvem mais de um edifício, formando barreiras intransponíveis aos usuários, pois são pouquíssimas as aberturas para passagem, problema que é agravado por serem estreitas e pouco visíveis.



Figuras 3.28 e 3.29: Alguns exemplares das espécies nativas tombadas.



Figuras 3.30 e 3.31: Predomínio de arbustos e palmeiras nos tratamentos paisagísticos.

No entorno das supequadras, verifica-se ausência de vegetação nas faixas de emoldramento que deveriam proporcionar sombra e quebrar a rigidez da arquitetura. São pouquíssimos os elementos arbóreos de porte adulto junto aos blocos e não há formação em renque duplo (**Figuras 3.32 a 3.40**). Notam-se alguns eucaliptos remanescentes do antigo bosque.



Figuras 3.32 a 3.34 Emoldramento com poucos elementos arbóreos.



Figuras 3.36 a 3.40: Vegetação nas faixas de emoldramento. Os elementos de porte existentes são eucaliptos do antigo bosque e são poucos exemplares na faixa verde externa de contorno dos edifícios.

Nas faixas de emoldramento, predominam cercas vivas (representadas graficamente no mapa da Figura 3.44 abaixo), em pingo de ouro (*Duranta repens*) ou figueira-benjamina (*Ficus benjamina*) que fecham os espaços livres públicos das superquadras e dificultam a circulação de pedestres. (Figuras 3.41 a 3.47).



Figuras 3.41 a 3.43: Cercas vivas constituem verdadeiras barreiras vegetais ao redor das superquadras.

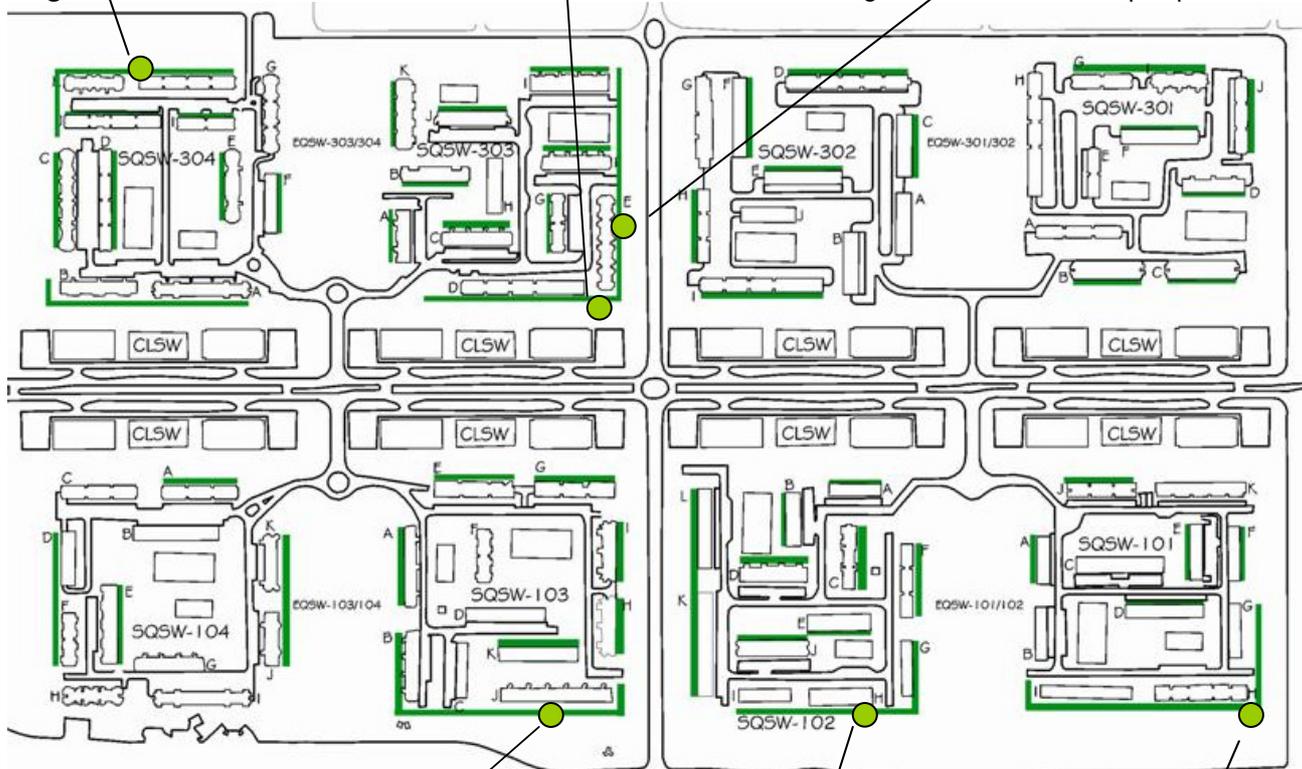


Figura 3.44: Mapa Elemento Vegetação II

Legenda:
Cerca viva



Figuras 3.45 a 3.47: Cercas vivas nas faixas de emoldramento.

No interior das superquadras há pouca vegetação arbórea, entretanto, verificam-se remanescentes do bosque de eucaliptos Poucas são as áreas sombreadas e constatam-se plantios de pequenas mudas. (Figuras 3.48 a 3.52).



Figuras 3.48 e 3.49: Plantio recente de pequenas mudas e ausência de áreas sombreadas.



Figura 3.50: Mapa Elemento Vegetação III



Figuras 3.51 e 3.52: Principais espaços livres no interior de superquadras (miolo) e na SQSW 104 com remanescentes do bosque de *Eucalyptus grandis*.

Constata-se ampla utilização da topiaria para bordaduras e para elementos isolados o que acarreta constante manutenção (**Figuras 3.53 a 3.59**).



Figuras 3.53 a 3.55: Topiaria utilizada em elemento arbóreo individual ou em conjunto.

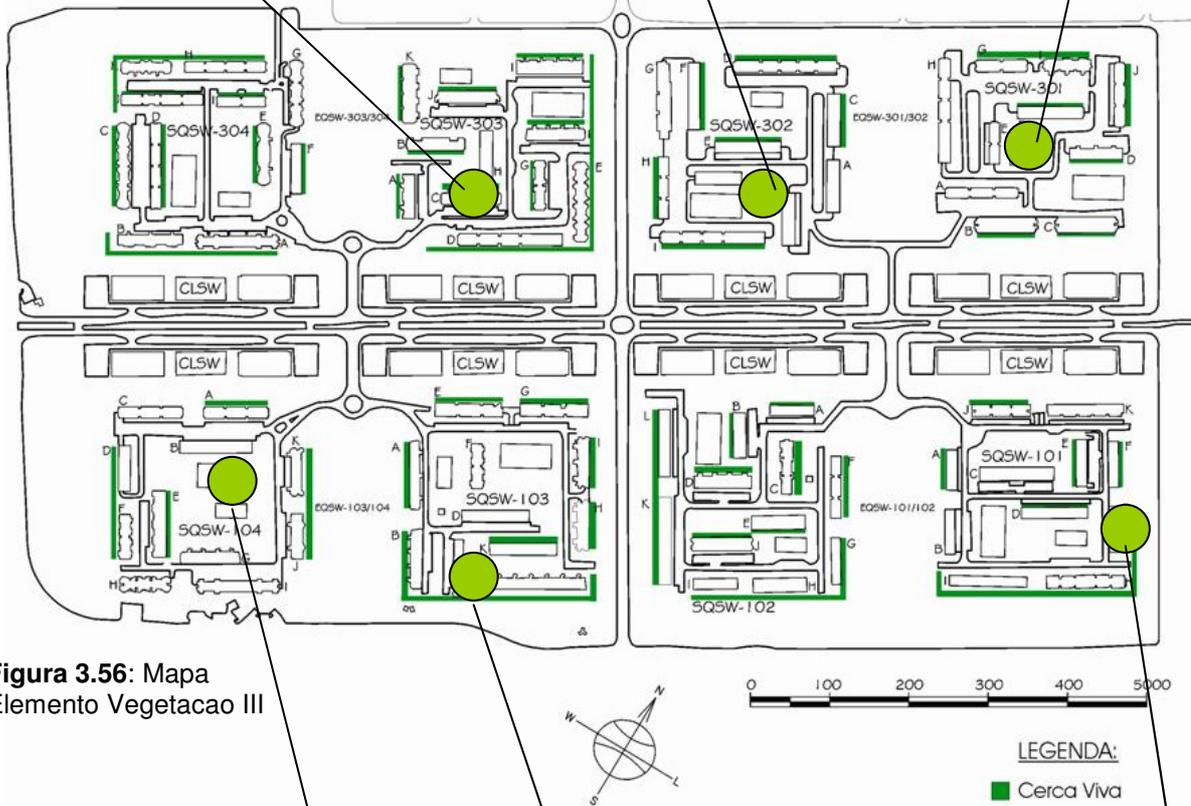


Figura 3.56: Mapa Elemento Vegetação III



Figuras 3.57 a 3.59: Ampla utilização da topiaria com diferentes usos decorativos ou funcionais (delimitando jardins, impedindo passagem, criando barreiras visuais etc).

Bordaduras e cercas vivas no interior das superquadras transformam-se em barreiras intransponíveis e se apresentam em diferentes alturas (chegam a 2,5 m). Recentemente têm sido mantidas mais baixas por cobrança da administração regional, mas a fiscalização não é rigorosa e confirmam-se abusos (**Figuras 3.60 a 3.63**).



Figuras 3.60 a 3.63: Bordaduras circundando edifícios e caminhos de pedestres.

Estacionamentos sombreados junto aos edifícios residenciais são raros e identificados somente na SQSW 102. Nas áreas comerciais, também prevalece ausência de vegetação nos estacionamentos. Conseqüentemente, há grandes áreas de solo impermeabilizadas e não se reservam espaços para futura implantação de árvores e demais elementos vegetais que possam contribuir no conforto ambiental (**Figuras 3.64 a 3.67**). É nítido o contraste que há entre esses espaços no Sudoeste e os espaços dos comércios locais no Plano Piloto.



Figuras: 3.64: Estacionamento residencial na SQSW 102. Os sombreados constituem exceção.

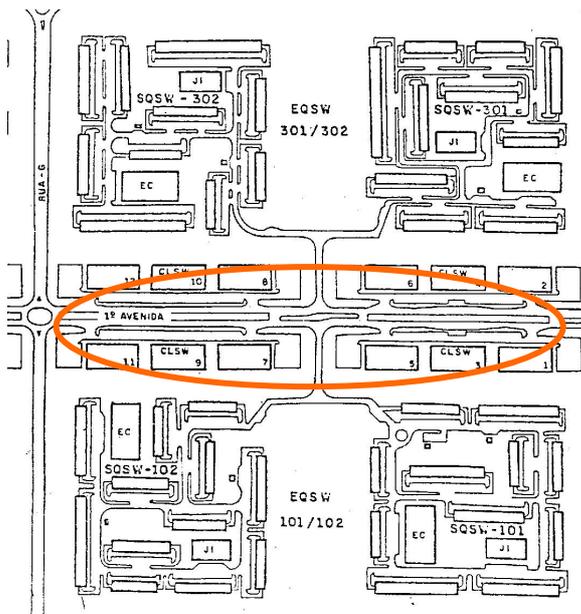


Figura 3.65: Parte da área comercial das superquadras do Setor Sudoeste.
Fonte: Memorial Descritivo MDE 08/2000

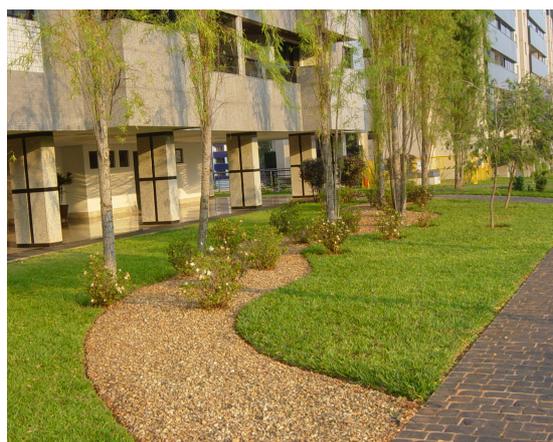


Figuras 3.66 e 3.67: Aspectos gerais dos estacionamentos das áreas comerciais. Sem vegetação e sem espaço para futura implantação.

As superquadras do Setor Sudoeste caracterizam-se pelo tratamento paisagístico junto aos blocos executados por profissionais contratados pelas incorporadoras e, na maioria, como diferencial de venda do empreendimento. Bastante elaborados, apresentam composição de canteiros em grupos de vegetação herbácea e arbustiva, com alguns elementos em destaque com espécies de valor elevado. Todos possuem gramados e às vezes pedras ou seixos soltos. Preferência pelo uso de palmeiras. Raros são os casos de espécies arbóreas. **(Figuras 3.68 a 3.71).**



Figuras 3.68 e 3.69: Jardim seco com cactáceas constitui exceção. Preferência por vegetação exuberante com emprego de espécies ornamentais (*Cycas circinalis*).



Figuras 3.70 e 3.71: SQSW 302 Bloco G. Tratamento paisagístico elaborado por profissionais contratados pelas incorporadoras. Uso do salgueiro fazendo jogo de volume vertical junto ao edifício contrapondo-se aos maciços das herbáceas (*Dietes bicolor*). Presença de palmeiras (*Caryota urens*). Busca da precisão das formas com elementos divisórios nos canteiros e diversidade de materiais no piso.

c) Pequenos elementos construídos

Apresenta-se uma diversidade significativa de mobiliário urbano distribuído de maneira uniforme pelas superquadras, como demonstra o mapa da Figura 3.75 abaixo. (Figuras 3.72 a 3.76).



Fig. 3.72: Espirobol.



Figura 3.73: Conjunto de equipamentos.



Fig. 3.74: Tabela de basquete

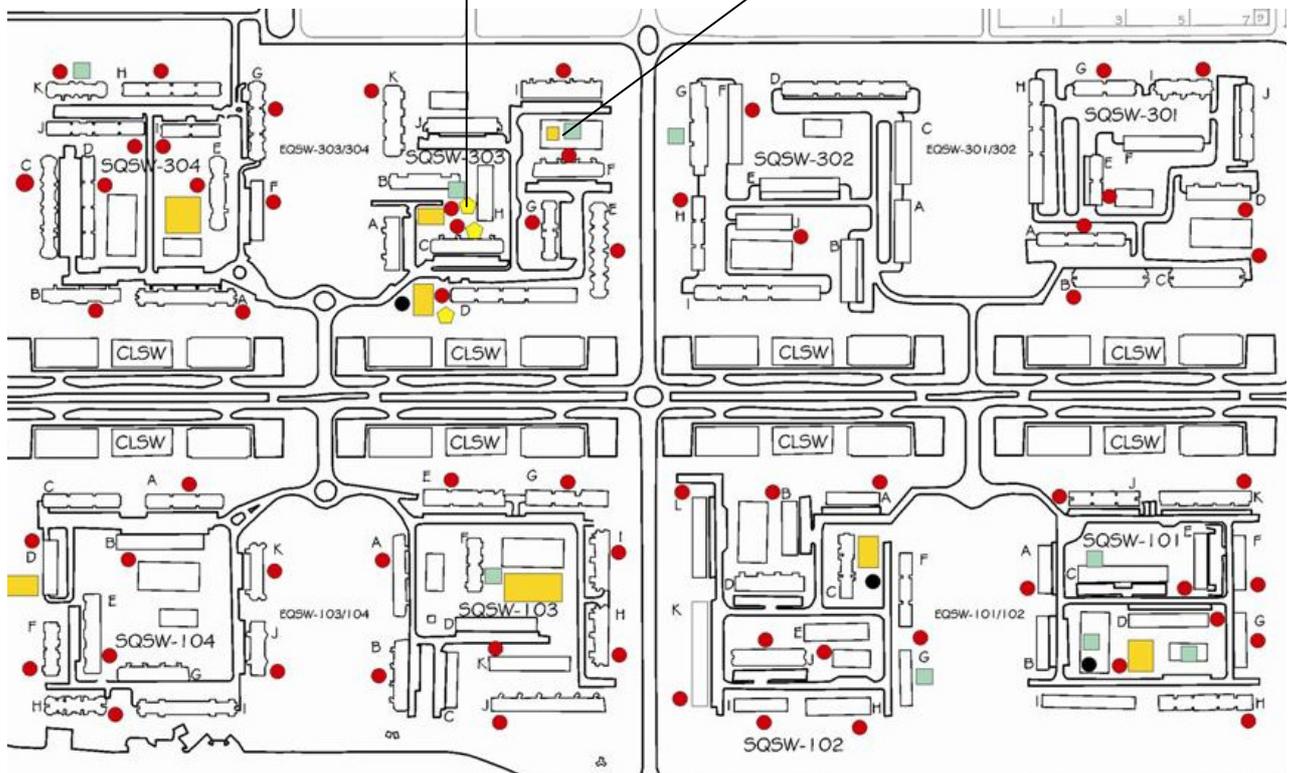
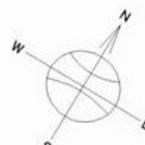


Figura 3.75: Mapa Pequenos Elementos Construídos



Figura 3.76: SQSW 303. Equipamentos de ginástica.



LEGENDA:

- Parquinho Infantil
- Aparelhos de Ginástica
- Quadra Esportiva
- Recanto
- Casinha de Boneca

Parquinhos infantis estão presentes na grande maioria dos edifícios (mapa da Figura 3.75), com brinquedos coloridos em diversos materiais, como madeira, metal, plástico ou corda. Propostas criativas refletem avanços tecnológicos, surpreendem pela qualidade e pela variedade de alternativas, pouco comuns em espaços públicos. Apresentam manutenção cuidadosa e intenso uso (**Figuras 3.77 a 3.82**).



Figuras 3.77 a 3.82: Parquinhos infantis, geralmente com alambrados, piso em areia ou grama. Surpreendem pela variedade de propostas e qualidade de brinquedos, incomuns aos espaços públicos.

Inovações no uso e no desenho do mobiliário urbano estão presentes nos bancos, lixeiras, placas, orelhões e luminárias (**Figuras 3.83 a 3.88**). O conjunto do mobiliário urbano promove melhoria do padrão urbanístico, paisagístico, ambiental e funcional e possibilita situações onde a multiplicidade de elementos e seus arranjos agradam aos usuários fato comprovado pela intensa utilização.



Figuras 3.83 a 3.88: Todas superquadras investigadas apresentam variedade de mobiliário urbano. Banco de madeira ou concreto, com ou sem encosto, protegidos do sol ou não.

Quadras poliesportivas são implantadas junto ao local onde seriam construídas as unidades escolares (jardim da infância e escola-classe). Possuem piso cimentado ou areia. São muito utilizadas no final da tarde ou nos finais de semana. Há times uniformizados e professores de tênis, futebol de salão, basquete ou vôlei. Os equipamentos de ginástica estão instalados junto às quadras (**Figuras 3.89 a 3.91**).



Figura 3.89: SQSW 101



Figura 3.90: SQSW 304

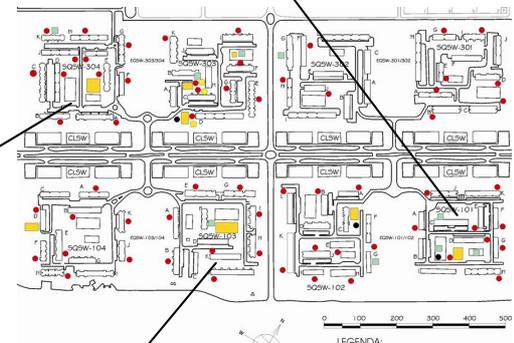


Figura 3.91: SQSW 103.

Recantos bucólicos encontram-se junto aos edifícios, numa variedade de estilos e disposições. Destacam-se pela sofisticação e mais parecem jardins privados. São muito utilizados pelos moradores (**Figuras 3.92 a 3.97**).



Figuras 3.92 e 3.93: Emprego de trepadeiras nos pergolados. Bancos e mesas sugerem permanência.



Figura 3.94: Emprego de vegetação arbustiva e de herbáceas com diversidade de floração como bela-emília, moréias, azaléia ou espécies de destaque como bromélias e tamareira.



Figuras 3.95 a 3.97: Os recantos apresentam diferentes arranjos de mobiliário (bancos, mesas, lixeiras, luminárias) e de vegetais (em jardineiras ou não).

d) Elemento água

São poucos exemplos que comprovam o uso da água no paisagismo das superquadras do Setor, entretanto constituem ponto de interesse aos moradores. Cascata em pedra caverna na SQSW 101 é ligada todos os dias e a pintura em azul celeste é novidade. Fonte eclética apresenta iluminação colorida e motivo de orgulho aos freqüentadores do lugar apesar de ser de gosto duvidoso (**Figuras 3.98 a 3.102**).



Figuras 3.98 e 3.99: Epelho d'água e cascata constituem ponto de interesse aos moradores.

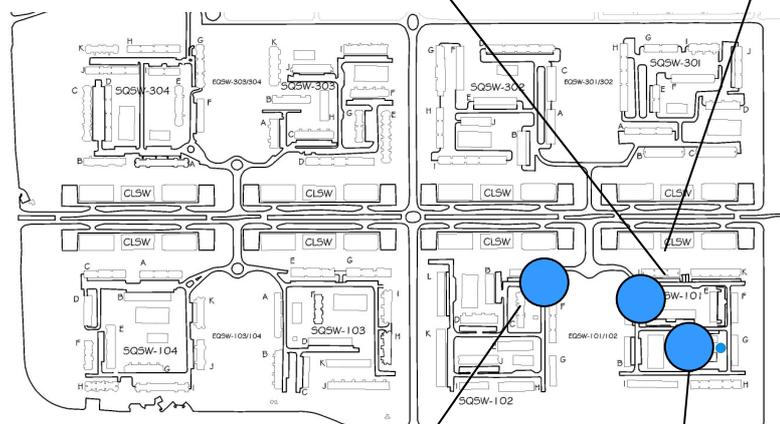
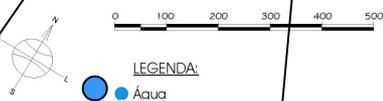


Figura 3.100: Mapa do Elemento Água.



Figuras 3.101 e 3.102: Laguninho de feição bucólica (SQSW 102) e fonte eclética com iluminação em luzes coloridas (SQSW 101) compõem pontos de interesse.

3.3.2 - Análise da situação existente

Para efeito de análise foram consideradas as diretrizes paisagísticas estabelecidas por Lúcio Costa nos documentos Relatório do Plano Piloto e Brasília Revisitada, os quais foram tratados no segundo e terceiro capítulos, item 2.2 e subitem 3.1.2 respectivamente. No sentido de reforçar e reafirmar as referidas diretrizes, a Seção Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional tem recomendado que os projetos de superquadras inseridas na poligonal de tombamento – como é o caso das superquadras do Setor Sudoeste – devem obedecer estritamente aos preceitos de Lúcio Costa. Exemplo disso é o Parecer 10/1998 do IPHAN, de 23 de julho, que enfatiza os critérios adotados nas superquadras mais antigas da Asa Sul do Plano Piloto:

“1. a faixa verde com 20m de largura que delimita cada superquadra deve ser gramada e arborizada em renque duplo;

2. o tratamento paisagístico da área interna à faixa verde, livre e contínuo, deve considerar a superquadra em seu conjunto e não cada bloco particularizadamente;

3. como se pode observar nas superquadras mais antigas, a tônica principal do tratamento paisagístico no interior de uma superquadra, embora propiciando a existência de equipamentos para uso comum em escala compatível, é manter ‘o tratamento solto e livre, alternando gramados extensos, árvores e arbustos, sem grandes preocupações de paisagismo’⁹⁵, no sentido de ajardinamento.”

Em complementação, levou-se em conta a Lei Distrital 1.713, de 03 de setembro de 1997, prevendo que nas superquadras residenciais “fica vedada a construção de cercas ou similares, mesmo que cerca verde”. Salienta o IPHAN –“(…) que o projeto dos espaços livres das superquadras deve obedecer estritamente a este preceito e àqueles preconizados no projeto tombado de Lúcio Costa: livre acesso pelos pilotis e massa arbórea circundando a superquadra”.

Após consideração dos aspectos legais e de posse da caracterização do tratamento paisagístico efetuada pela observação direta e visual, partiu-se para a análise propriamente dita, a partir de aspectos gerais. Buscou-se comprovar as características de cidade-parque preconizadas por Lúcio Costa pelos elementos previamente estabelecidos no item 3.3 (2ª etapa). Foram considerados outros

⁹⁵ Governo do Distrito Federal (1985).

aspectos como a manutenção dos jardins e os agentes que atuam na sua implantação. Ao final comparou-se o tratamento paisagístico das superquadras do sudoeste ao das superquadras do Plano Piloto.

O tratamento paisagístico de espaços livres do Setor Sudoeste (SHCSW) caracteriza-se por extensas superfícies gramadas intercalando porções construídas. Ainda que o porte dos edifícios seja idêntico ao das superquadras do Plano Piloto - edifícios de seis pavimentos sobre pilotis com volumes mais horizontais -, o tecido resultante em cada superquadra é diferente devido à forma de distribuição e de arranjo dos blocos, que permite espaços livres maiores ou menores em seu interior (**Figura 3.103**). Contudo não deixa de configurar uma paisagem urbana homogênea na visão do pedestre.

Essa particularidade de arranjos morfológicos liga-se a processo de urbanização planejada e onde prevalece máxima ocupação possível do subsolo por garagens subterrâneas que sempre ultrapassam os limites de projeção do edifício no terreno. Esse fato interfere no tratamento paisagístico uma vez que junto aos edifícios sempre se verificam jardins implantados sobre lajes.



Figura 3.103: Arranjos dos blocos conformam diferentes espaços livres no interior das superquadras, uns maiores e outros menores.
Fonte: Facó (2003).

A vegetação predominantemente de gramíneas garante continuidade da trama urbanística – muito semelhante à do Plano Piloto. A manutenção dos jardins próximos aos blocos denota zelo no trato da vegetação, destacando-se aparência da grama podada e sem vestígios de ressecamento (na época da seca) e, em alguns casos, com utilização de irrigação automática.

As calçadas, de modo geral, são bem conservadas e limpas algumas apresentam revestimentos em pedra-portuguesa e paginação elaborada. **(Figuras 3.104 e 3.105).**



Figuras 3.104 e 3.105: Manutenção bem cuidada do tratamento paisagístico nas superquadras SQSW 101 e 104.

Entretanto, é comum verificar presença de solo exposto - pela retirada de vegetação nativa para abrir espaços à implantação do Setor - ocasionando poeira no período seco e lama na época das chuvas **(Figuras 3.106 e 3.107).**



Figuras 3.106 e 3.107: Presença de solo exposto para a implantação do setor.

No que se refere ao primeiro elemento de análise determinado no item 3.3 que trata da vegetação arbórea na faixa de emolduramento, 20 m de largura no perímetro, verifica-se vegetação incipiente, até mesmo nas primeiras superquadras construídas no Setor **(Figura 3.108)**. A cinta do entorno das superquadras investigadas não corresponde ao preconizado e não se verifica plantio em renque duplo. Da mesma forma, as prescrições de Lúcio Costa relacionadas à diferenciação da arborização das superquadras, que indicavam plantios na faixa de emolduramento com apenas uma espécie arbórea - abordadas no item 2.2 do capítulo 2 -, não se confirmam.



Figura 3.108: Vista aérea do Setor Sudoeste. Emolduramento e interior das superquadras com pequena quantidade de espécies arbóreas.

Fonte: Facó (2003).

Há que ressaltar que todos os jardins próximos aos blocos são implantados sobre lajes de garagem, o que possibilita apenas pequena camada de solo para plantio das espécies vegetais. Esse detalhe pode ser entendido como fator que limita o plantio de árvores de grande porte, entretanto não o impossibilita. Há espaço livre suficiente, fora do limite dos jardins dos blocos, sem tratamento, que viabilizaria o plantio.

A grande maioria das áreas internas das superquadras, contidas dentro da faixa verde de emolduramento, apresenta forração em grama. O restante da vegetação evidencia ausência de projeto de plantio e a vegetação dispõe-se de modo naturalista. Contudo não traduz a idéia de parque pelo reduzido número de árvores de porte adulto. Nota-se plantio recente de árvores em mudas de pequeno porte nos espaços destinados às escolas. Verificam-se alguns remanescentes do bosque de eucalipto na SQSW 104 e 301 que oferecem amplos espaços sombreados.

O segundo, terceiro e quarto elementos de análise foram considerados em conjunto pela estreita relação que há entre eles. Na grande maioria das vezes não se emprega o tratamento da vegetação como conceberam os modernistas, com áreas livres constituídas de árvores e arbustos, pilotis livres e chão público. Como

abordado anteriormente, mantêm-se extensos gramados, mas poucos elementos arbóreos.

Chama atenção a presença marcante de cercas-vivas e bordaduras em elementos arbustivos que compõem na maioria dos espaços livres junto aos blocos. As cercas vivas são empregadas com distintas finalidades: formar barreira visual, impedir passagem de pedestres, separar o jardim de tratamento elaborado do restante da quadra e obter resultado estético. Elas são mantidas em topiaria, característica que escapa ao modelo proposto pelos modernistas que almejavam um tratamento simplificado e naturalista. A implantação de cercas vivas em grandes extensões cria barreiras intransponíveis ao pedestre e provoca a descontinuidade das áreas de uso coletivo, individualizando os blocos (**Figuras 3.109 e 3.110**).



Figuras 3.109 e 3.110: Cercas vivas como barreiras intransponíveis aos pedestres.

É preponderante a atuação de agentes privados na elaboração e implantação dos projetos de tratamento paisagístico no setor que não abordam a superquadra como um todo. A construção dos blocos de apartamentos não é realizada de uma única vez ou pela mesma empresa. Assim, cada uma adota para seu empreendimento tratamento paisagístico distinto e individualizado. A iniciativa privada tem a responsabilidade de construção da “projeção” que é licitada pela Terracap, mas a área livre ao redor do bloco é pública e responsabilidade do Governo do Distrito Federal. Entretanto, o setor público (GDF representado pelo Departamento de Parques e Jardins - DPJ) não tem efetuado plantio sistemático da vegetação deixando-o a cargo do setor privado que prefere adotar para os jardins dos edifícios

tratamento que privilegia arbustos, palmeiras e cercas vivas, mais ao gosto da época.

Os equipamentos de lazer são diversificados no arranjo e na variedade. Constata-se uma profusão de parquinhos infantis (um para cada edifício), quadra poliesportiva (tendência de uma para cada superquadra), tabelas de basquete, espirobol, mesa de pingue pongue, equipamentos de ginástica entre outros.

Fato curioso são as casinhas de boneca - encontradas em número de três para a SQSW 303 - com tratamento bem cuidado e uso concorrido pela garotada. Pergolados também fazem parte da preferência dos moradores com mesinhas e bancos próximos aos blocos e verificou-se intenso uso⁹⁶. Plaquinhas informativas começam a se espalhar e contêm dizeres explicativos para manutenção da limpeza dos espaços livres públicos com pás de lixo e saquinhos plásticos (para recolhimento de fezes dos animais). (**Figuras 3.111 e 3.112**).



Figura 3.111: Conjunto de equipamentos sobressaindo casinha de boneca como lazer para as crianças (SQSW 301).



Figura 3.112: Plaquinhas educativas espalham-se junto aos caminhos de pedestres com pás e vassouras e se fazem presentes em diversas superquadras.

Ao se comparar as concepções do tratamento paisagístico das superquadras do Sudoeste com o das superquadras do Plano Piloto verificam-se algumas diferenças salientadas no **Quadro Síntese 1** a seguir:

⁹⁶ Nas diversas visitas ao local, pela manhã e pela tarde, nos dias da semana e fins de semana, havia pessoas sentadas descansando ou tomando conta das crianças.

Concepções modernistas no Plano Piloto:	Concepções no Sudoeste:
cintas arborizadas, renque duplo	vegetação incipiente, poucos elementos
chão gramado com árvores e arbustos de modo naturalista	chão gramado e arbustos, poucos elementos arbóreos
recusa da vegetação em formas ornamentais	cercas vivas, topiarias (formalismo)
pilotis livres	privatização dos espaços públicos, barreiras vegetais circundando os pilotis,
menos elaborado	sofisticado (pontes, fontes e cascatas).

Quadro Síntese 1: Concepções modernistas no Plano Piloto x Concepções no Setor Sudoeste.

No Plano Piloto as superquadras apresentam paisagem onde predomina vegetação arbórea. A quantidade expressiva de espaços livres públicos densamente arborizados⁹⁷ em meio a extensos trechos gramados corresponde aos anseios de Lúcio Costa. Para o interior de superquadras, o urbanista previu paisagem que lhe garantisse identidade mais acentuada, entretanto poucas superquadras apresentam tratamento paisagístico capaz de distinguí-las.

A arborização das primeiras superquadras construídas na Asa Sul (105, 106, 305 e 306) melhor configura o ideal de cidade-parque (**Figura 3.113**).

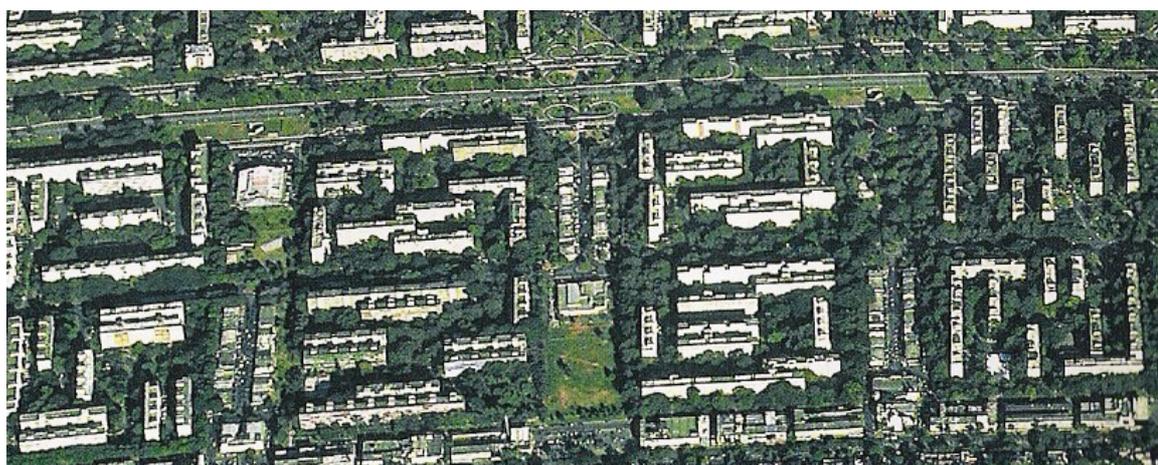


Figura 3.113: SQS 102-302, 103-303, 104-304 e 105-305 (da esquerda para a direita, de cima para baixo). Os edifícios se apresentam como ilhas, em meio a espaços verdes.

Fonte: Facó (2003).

⁹⁷ A partir da década de 70, iniciou-se produção de mudas de árvores do cerrado e exóticas adaptáveis ao meio urbano que permite plantio de 300.000 a 400.000 mudas de árvores por estação chuvosa anual, no DF, de acordo com o DPJ.

Como uma floresta urbana pontuada por volumes geométricos, destacam-se tratamentos paisagísticos com árvores e arbustos que quebram o rigor das linhas retas dos edifícios (**Figura 3.114**).



Figura 3.114: SQS 106-306 e 105-305 (da esquerda para direita, de baixo para cima) quando implantadas na década de 60.

Fonte: www.icomos.org.br/patrimonio_brasileiro/brasil/brasil/construcao.

O emolduramento das superquadras do Plano Piloto, até certo ponto, segue o padrão estabelecido por Lúcio Costa. É composto por quantidade expressiva de árvores de médio e grande porte agrupadas em conjuntos. Esse agrupamento pode contemplar duas ou três fileiras de árvores que criam alamedas ao redor das superquadras (**Figura 3.115**). Entretanto não contemplam cinta de entorno com apenas uma espécie arbórea. Cabe ressaltar que esse fato foi objeto de estudo de Silva (2003) e de Lima (2003) que abordaram as razões pelas quais tal procedimento teve que ser abandonado pela utilização de espécies não nativas que apresentaram problemas de adaptação em Brasília. A prescrição deixou de ser seguida e optou-se por plantios heterogêneos em seu lugar⁹⁸.



Figura 3.115: Emolduramento em renque duplo na Asa Sul

⁹⁸ De acordo com Silva (2003:68) “a idéia de usar apenas uma espécie arbórea fere o princípio básico da diversidade biológica, favorecendo a disseminação de pragas e doenças”.

Uma característica a se destacar refere-se ao tratamento paisagístico da superquadra visto e abordado como um todo, incluindo a disponibilidade de equipamentos para o lazer (como parquinhos infantis e quadras poliesportivas) únicos para cada quadra. Diferentemente do Sudoeste, no Plano Piloto, principalmente no início, as superquadras foram construídas de uma única vez pelo governo federal para abrigar seus funcionários e a implantação do paisagismo ocorria considerando o conjunto da superquadra. Como exemplo cita-se a SQS 308 cujo projeto de paisagismo foi elaborado por Burle Marx (abordado no item 1.3.3) onde os espaços livres apresentam uma unidade de linguagem.

A participação de arquitetos e paisagistas na elaboração de projetos não é fenômeno recente, porém são exceções como no caso de Burle Marx. No Plano Piloto preponderou a ação do DPJ com execução de tratamento paisagístico sem projeto.

O tratamento paisagístico no interior das superquadras da Asa Sul do Plano Piloto é variado, onde se salientam extrato arbóreo e forração em grama. Não se verificam canteiros ajardinados. Notam-se conjuntos vegetais (tanto árvores como arbustos) de mesma espécie, explorando suas características e reforçando aspectos de cor e de textura. Às vezes, criam-se tensões entre cheios e vazios pela presença de bosques e clareiras, no qual os bosques criam cobertura arbórea com qualificação bioclimática para a escala bucólica das superquadras. O emprego de palmeiras como elementos de configuração é pequeno.

A presença de bordaduras dos canteiros parece ser uma tendência que se firma a cada dia, principalmente com o uso do pingo de ouro invadindo as superquadras e restringindo o acesso aos demais espaços das superquadras pelos pilotis.

Nas superquadras da Asa Sul era costume se trabalhar nos projetos as jardineiras rodeadas de bancos embaixo dos pilotis. Não se viam bancos nas áreas gramadas. A convivência se dava, principalmente nas áreas dos pilotis sendo comum entre os moradores o uso da expressão “brincar debaixo do bloco”. No Setor Sudoeste os recantos acontecem nas áreas verdes dos jardins e desaparecem quase por completo as jardineiras nas áreas cobertas dos pilotis (**Figura 3.116 e 3.117**).



Figura 3.116: Jardineiras cobertas SQS 308.



Figura 3.117: Recantos ao ar livre nos jardins. SQSW 102.

Ao considerar o tratamento paisagístico dos blocos mais recentes implantados nas superquadras da Asa Norte do Plano Piloto, confirma-se tendência de tratamento paisagístico empregado no Setor Sudoeste com abandono de bancos sob os pilotis, ausência do plantio em renque duplo, poucos elementos arbóreos e adoção de jardins mais elaborados. **(Figuras 3.118 a 3.120).**



Figuras 3.118, 3.119 e 3.120: Jardins mais elaborados na Asa Norte. Uso de esculturas e mosaico.

CONCLUSÕES

No final do século XIX, a industrialização provocou importantes modificações na paisagem, pelo reconhecimento da necessidade de criação de espaços livres públicos nas cidades. O movimento moderno na arquitetura e no paisagismo amadureceu como resposta às questões formuladas no século XIX sobre a relação do homem com a máquina, com a cidade e com o novo modo de viver da sociedade.

A arquitetura moderna ofereceu um projeto estético de combate ao ecletismo e de ruptura com a história. Abraçou a idéia de que da fusão da arte com a indústria resultaria no progresso social ou de que bastava um novo espaço urbano para que surgisse uma nova ordem social. A arquitetura moderna levou a uma padronização que passou a ser praticada em muitos lugares do mundo.

A destruição do tecido urbano também correspondeu ao espírito de modernidade, porque sua proposta racional se adequava melhor a um espaço totalmente construído ou reconstruído de acordo com o rigor da boa forma. Corbusier construiu uma fundamentação clara e objetiva. Para a cidade estabeleceu funções (habitar, trabalhar, circular, cultivar o corpo e o espírito), zoneamento e verticalização. Aos CIAMs devem-se documentos como a Carta de Atenas, espécie de cartilha de planejamento da cidade que propôs o enfrentamento dos problemas de forma tecnicista, funcionalista, universal, segregadora e apolítica.

No mundo contemporâneo, diante da evolução dos fatos e das divergências relacionadas aos CIAM, observam-se impactos negativos do racionalismo funcionalista com sua rigidez de princípios do “desenho total” e da política da “terra arrasada” (do bulldozer) provocando polêmicas em torno da identidade, unificação e valorização teórico-conceitual dos postulados do movimento moderno.

Dentro da arquitetura da paisagem as linhas de tratamento paisagístico também se alteram com a transformação cultural exigindo novas formas de organização do espaço, trazendo formas que refletem as crenças e valores da sociedade. A homogeneidade perdeu significado e as propostas pós-modernas se fundamentam nessa convicção.

O termo pós-moderno tornou-se comum nas artes, na literatura e na filosofia para designar um estilo ou ponto de vista que se opõe ou substitui o moderno, um culto da diferença. Pós-moderno é termo com forte ligação com o moderno, entretanto também aponta para uma superação. O pós-moderno vem do moderno, mas não é mais moderno e ao fazer uso irônico de imaginário clássico, resgata história, recicla imagens existentes em novo contexto, alterando significado. Tenta construir um mundo diferente daquele que está aí, pela fragmentação e pela metáfora, num ambiente globalizado, predominantemente urbano e ameaçado pelos danos causados ao ecossistema por práticas predatórias das sociedades. Muitas das causas dessas ameaças identificam-se pelo momento de crise cultural específica do primeiro mundo que ensejaria manifestações pós-modernas pela ruptura com expressões artísticas da sociedade industrial em vias de mudanças para uma sociedade pós-industrial.

No Brasil o pós-modernismo chegou como uma influência externa como uma necessidade de realinhamento cultural. Contra seu desenvolvimento pesa a força, que aqui teve e ainda tem, da ideologia do modernismo.

Nesse contexto evolutivo, verificou-se que a construção de Brasília desempenhou papel primordial na consolidação do modernismo no Brasil. Sua construção foi influenciada pelo ideal desenvolvimentista que se expandiu principalmente após a Segunda Guerra Mundial, caracterizando-se pelo desenvolvimento a qualquer custo e desprezando questões ambientais e sociais. O fato é que nos dias de hoje, pela obrigatoriedade de apresentação e aprovação de EIA/RIMA (Lei 6.938/1981) o plano original de Brasília não seria aprovado pelo órgão do Meio Ambiente.

Conforme proposto, o objetivo geral desta dissertação consistiu no estudo do tratamento paisagístico de espaços livres públicos de superquadras do Setor Sudoeste. Por sua vez, este apresenta um processo de urbanização planejado e executado pelo poder público, semelhante ao Plano Piloto de Brasília, a partir de critérios e concepções urbanas – como as idéias de cidade-parque – que atribuem aos espaços livres um papel importante na configuração e organização do setor.

Na pesquisa, constatou-se que houve certo descompasso entre o discurso ambientalista que norteou os trabalhos à configuração que o Setor Sudoeste apresenta hoje. Se por um lado houve preocupação com elaboração dos EIA/RIMA

e da preservação de alguns elementos vegetais tombados, por outro não se levou adiante a proposta de intensificar a vegetação. Faixas de emolduramento não se confirmam densas, nem definidas, mesmo nas primeiras superquadras implantadas no setor.

Do ponto de vista dos pilotis livres e do chão público, isto é, nenhuma forma de cercamento, o que se observa é justamente o contrário. A presença das *cercas vivas* no Sudoeste é uma constante. Do ponto de vista funcional, as cercas vivas reduzem a acessibilidade aos blocos e promovem uma descontinuidade das áreas de uso coletivo. Constata-se privatização dos espaços públicos pela inserção dessas barreiras vegetais que acabam por privatizar também áreas dos pilotis, negando a característica fundamental do espaço livre público urbano: a acessibilidade irrestrita. Do ponto de vista físico-espacial, altera-se a concepção de paisagem idealizada por Lúcio Costa para Brasília. Com as bordaduras podadas abandona-se a linguagem naturalista para dar lugar à linguagem formalista.

Pode-se afirmar que os tratamentos paisagísticos das superquadras do Sudoeste levam em conta cada bloco separadamente, onde os tratamentos de cada edifício resultam de ações isoladas que desconsideram a superquadra como conjunto contrariando a proposta de Lúcio Costa. O GDF-DPJ tem deixado na mão da iniciativa privada atribuição que lhe é devida. Por outro lado, profissionais que atuam na área não se apropriam das informações contidas nas diretrizes formuladas por Lúcio Costa, principalmente no que se referem aos critérios que nortearam a formação da paisagem do Plano Piloto, em especial os da Asa Sul. Não há fiscalização pelo poder público competente para coibir abusos do descumprimento legal.

Conclui-se que o tratamento paisagístico do Setor Sudoeste indica uma tendência ao abandono da paisagem modernista pensada para ser reproduzida ali, sinalizando o fim da hegemonia do modernismo. Sugere o aparecimento de um novo tipo de paisagem - pós-moderna -, com sua variedade de formas e elementos algumas vezes pitorescos (pontes, grutas, cascatas e recantos lúdicos) antes inimagináveis em Brasília.

Se permanecer a intenção de se preservarem as características do tratamento paisagístico modernista há que se aprofundar o debate que tenha como resultado plano de ação e de pesquisa para o emprego mais apropriado da vegetação. Cabe ao poder público local definir parâmetros paisagísticos visando disciplinar intervenções e uso das áreas livres das superquadras bem como proceder controle e devida fiscalização.

Pelos órgãos competentes do GDF, há que se estabelecer diretrizes, critérios e procedimentos para elaboração de projetos de forma a incorporar questões ambientais e não apenas funcionais e estéticas. Há que se adotar uma política de tratamento paisagístico em sentido amplo e retomar a arborização, para garantir a uniformidade do conjunto urbano, entendendo que esses elementos é que dão sustentação para qualidade urbanística da superquadra. Intervenções urbanas nos espaços livres públicos deveriam fazer parte de uma estratégia abrangente para contribuir na redução da amplitude térmica e controle da insolação e ventilação urbanas visando obter conforto bioclimático da cidade. Uma vez melhorada a qualidade dos espaços livres públicos melhora-se consideravelmente a qualidade de vida dos cidadãos.

Deve-se buscar adequação do planejamento e dos projetos paisagísticos cabendo ao DPJ promover e estimular o plantio de espécies nativas do cerrado, nos diversos extratos (arbóreo, arbustivo e herbáceo). Esse procedimento além de diminuir gastos de manutenção pode oferecer continuidade nos diversos portes de ecossistemas e propiciar uma maior biodiversidade (fauna e flora) garantindo a sustentabilidade ambiental urbana.

Torna-se necessário orientar profissionais e comunidade buscando contribuir na efetiva utilização dos espaços livres públicos como espaço de sociabilização e, somente assim, poder garantir a harmonia e integração ao conjunto urbano do Plano Piloto tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARCELLOS, Vicente (2001). *Os parques, velhas idéias e novas experiências*, em **Paisagem e ambiente: ensaios**, nº 13, p. 51-71. São Paulo: FAU/USP.
- _____ (2000). *Os novos papéis do parque público*, em: **Cadernos eletrônicos da pós**. Brasília: PPG-FAU/UnB.
- _____ (1999). **Os parques como espaços livres públicos de lazer: o caso de Brasília**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU/USP.
- BENÉVOLO, Leonardo (2003). **História da cidade**. Tradução Sílvia Mazza. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- BEVERIDGE, Charles & ROCHELEAU, Paul (1998). **Frederick Law Olmsted: designing the American landscape**. New York: Universe.
- BICCA, Paulo (1985). *Brasília, mitos e realidades*, em PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, Ideologia e realidade: espaço urbano em questão**, p.101-134. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda.
- BOESIGER, Willy (1994). **Le Corbusier**. São Paulo: Martins Fontes.
- CARPINTERO, Antônio Carlos Cabral (1998). **Brasília: prática e teoria urbanística no Brasil, 1956-1998**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU/USP.
- CÉSAR, Luis Pedro de Melo (2003). **Visões de mundo e modelos de paisagismo: ecossistemas urbanos e utilização de espaços livres em Brasília**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável). Brasília: Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB.
- _____ (1997). **Princípios paisagísticos**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU / UnB.
- CHACEL, Fernando (2001). **Paisagismo e ecogênese**. Rio de Janeiro: Fraiha.
- CHIAVARI, M. P. & GRINBERG, P. E. org. (1994). **A paisagem desenhada: o Rio de Pereira Passos**. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.
- CHOAY, Françoise (1970). **A regra e o modelo**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- _____ (1979). **O urbanismo: utopias e realidades**. Uma antologia. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- CHURCH, Thomas (1955). **Gardens are for people**. Nova York: Reinhold Publishing Co.
- CODEPLAN (1995). **O relatório técnico sobre a nova capital da república** (Relatório Belcher). 4ª edição. Brasília: CODEPLAN.
- COSTA, Lúcio (1995). **Lúcio Costa: registro de uma vivência**. São Paulo: Empresa das Artes.
- _____ (1991). *Brasília, cidade que inventei - Relatório do Plano Piloto de Brasília (1957)*, em **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF.

- _____ (1987). *Brasília revisitada 1985/87: complementação, preservação, adensamento e expansão*, em **Diário Oficial do Governo do Distrito Federal**. Brasília: GDF.
- _____ (1962). *Monumentalidade e Gente em: Sobre arquitetura*. Porto Alegre: Centro dos Estudantes Universitários de Arquitetura.
- CULLEN, Gordon (1971). **Paisagem urbana**. Rio de Janeiro: Edições 70.
- DNMET (1992). **Normais climatológicas de Brasília:1961-1990**. Brasília: INMET.
- DOURADO Guilherme Mazza, (1997a). *Prelúdio do Paisagismo moderno no Brasil em: Paisagem e ambiente: ensaios*, nº 14, p: 79-94. São Paulo: FAU /USP.
- _____ (1997b). **Visões da paisagem: um panorama do paisagismo contemporâneo no Brasil**. São Paulo: APAP.
- ECKBO, Garret (1969). **The landscape we see**. New York: Mc. Graw-Hill Book Company.
- _____ (1964). **Urban landscape design**. New York: McGraw-Hill Book Company.
- _____ (1950). **Landscape for living**. Nova York: F.W.Dodge Corp.
- FACÓ, João (2003). **Nas asas de Brasília**. Brasília: J. Facó.
- FALCOSKI, Luiz A.N. (1997). **Dimensões morfológicas de desempenho: instrumentos urbanísticos de planejamento e desenho urbano** Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). São Paulo: FAU/USP
- FEIN, Albert (1972). **Frederick Law Olmsted and the american environmental tradition**. New York: George Braziller.
- FERRAZ, Geraldo (1965). **Warchavchik e a introdução da nova arquitetura no Brasil: 1925 a 1940**. São Paulo: Museu de Arte.
- FILS, Alexander (1988). **Brasilia: moderne architektur in Brasilien**. Düsseldorf: Beton-Verlag.
- FONSECA, Fernando (org.) (2001). **Olhares sobre o Lago Paranoá**. Brasília: SEMARH/GDF.
- FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro (2001). **Planejamento ambiental para a cidade sustentável**. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- _____ (1997). **Desenho ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem como paradigma ecológico**. São Paulo: Annablume/Fapesp.
- _____ (1989). **Espaco livre e arquitetura: o projeto dos espaços livres junto aos edifícios bancários**. São Paulo: FAU/USP.
- GALENDER, Fany Cutcher (1996). *Nova York: uma experiência dos espaços livres públicos urbanos*, em: **Paisagem e ambiente: ensaios**, nº 8, p. 25-46. São Paulo: FAU/USP.
- _____ (1992). *Considerações sobre a conceituação dos espaços públicos urbanos*, em: **Paisagem e ambiente: ensaios**, nº 4, p. 113-120. São Paulo: FAU/USP.

GOMES, Cláudio (1970). *Brasília 1960-1970* em **Revista Acrópole**, jul/ago 1970, nº 375, p.15-19.

GOROVITZ, Matheus (1985). **Brasília, uma questão de escala**. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda.

GOUVÊA, Luiz Alberto (2002.). **Biocidade**: conceitos e critérios para um desenho ambiental urbano, em localidades de clima tropical de planalto. São Paulo: Nobel.

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL (2002). **Concurso público nacional de idéias e de estudos preliminares de arquitetura e urbanismo para revitalização das Vias W-3 Sul e Norte, em Brasília, DF**. Brasília:SEDUH/GDF.

_____ (2000). **Memorial descritivo MDE 27/00 SQSW 305 e 306**. Brasília: SUDUR/SEDUH – GDF.

_____ (1996). **Memorial descritivo MDE 21/96 SQSW 105, 305 e 306**. Brasília: IPDF – GDF.

_____ (1996). **Plano diretor de ordenamento territorial – PDOT**. Brasília: IPDF.

_____ (1991). **Relatório do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: GDF/ArPDF, CODEPLAN, DePHA.

_____ (1989). **Relatório de impacto ambiental (RIMA) do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste**. Brasília: Terracap/ENGE-Rio.

_____ (1988). **Memorial descritivo do Setor de Habitações Coletivas Sudoeste MDE 147/88**. Brasília: DEU – SVO / GDF.

_____ (1985). **Brasília 57-85: do plano piloto ao Plano Piloto**. Brasília: Terracap.

HALPRIN, Lawrence (1986). **Lawrence Halprin: changing places**. San Francisco: San Francisco Museum of Modern Art.

_____ (1972). **Cities**. Cambridge: The Massachusetts Institute of Technology.

HARRIS, Elisabeth (1987). **Le Corbusier: riscos brasileiros**. São Paulo: Nobel.

HARVEY, David (1993). **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Ed. Loyola.

HOLANDA, Frederico de (2002). **Espaço da exceção**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.

_____ (1985). *A morfologia interna da capital*, em PAVIANI, Aldo (org.) **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão, p. 135-160. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda.

- HOLSTON, J. (1993). *A cidade modernista: uma crítica de Brasília e sua utopia*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HOWARD, Ebenezer (1996). **Cidades-jardins de amanhã**. Tradução de Marco Aurélio Lagonego. Introdução de Dácio Araújo Benedito Otoni. São Paulo: Hucitec.
- HUBBARD, Henry & KIMBALL Theodora (1917). **An introduction to the study of landscape design**. New York: Macmillan.
- JELLICOE, Geoffrey & JELLICOE, Susan (2000). **El paisaje del hombre**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili S.A., 2ª edição.
- KLIASS, Rosa Grena (1993). **Parques urbanos de São Paulo e sua evolução na cidade**. São Paulo: Pini.
- KOHLSDORF, Maria Elaine (1986). *A imagem da cidade*, em PAVIANI, Aldo (org.). **Brasília, ideologia e realidade: espaço urbano em questão**, p.161-190. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda.
- _____ (1985). **O espaço da cidade**. São Paulo: Projeto.
- _____ (1975). **Gestalt urbana: considerações sobre os espaços do Plano Piloto de Brasília**. Brasília: Departamento de Arquitetura e Urbanismo/UnB, mimeo.
- LAURIE, Michael (1993). **Introducción a la arquitectura del paisaje**. New York: American Elsevier Publishing Company Inc.
- LE CORBUSIER (2004). **Precisões sobre um estado presente da arquitetura e do urbanismo**. Tradução de Carlos Eugênio Marcondes de Moura. São Paulo: Cosac e Naif.
- _____ (1995). **A Carta de Atenas**. Tradução de Rebecca Scherer. São Paulo: USP/FAU/LAP.
- _____ (1973). **Por uma arquitetura**. São Paulo: Editora Perspectiva.S.A.
- LEENHARDT, Jacques (2000). **Nos jardins de Burle Marx**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- LEITÃO, Lúcia (org.) (2002). **As praças que a gente quer**. Recife: Prefeitura Municipal de Recife.
- LEITE, Maria Ângela Faggin Pereira (1994). **Destruição ou desconstrução**. São Paulo: Editora Hucitec/Fapesp.
- LIMA, Simone Cruz de (2003). **A arborização de Brasília: contribuição ao estudo de seu processo**. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU/UnB.
- LIMA, Cataharina P.C. dos Santos (2004). *Natureza e Cultura: o conflito de Gilgamesh em Paisagem e ambiente: ensaios*, nº 18, p. 7-57. São Paulo: FAU/USP.
- LYALL, Sutherland (1991). **Designing the new landscape**. New York: Thames and Hudson.

- LYNCH, Kevin (1997). **A imagem da cidade**. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.
- LORENZI, Harri & SOUZA, Hermes (1995). **Plantas ornamentais no Brasil**. São Paulo: Plantarum.
- MACEDO, Sílvio Soares (2003). *O paisagismo moderno brasileiro – além de Burle Marx* em: **Paisagem**, revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU/USP. <http://www.usp.br/fau/deprojeto/gdpa/paisagens-artigos/burle1.pdf> (acesso em ago 2004).
- _____ (2002). **Parques urbanos no Brasil**. São Paulo: Esdusp/Quapá.
- _____ (1999). **Quadro do paisagismo no Brasil**. São Paulo: Esdusp/Quapá.
- _____ (1995). *Espaços livres*, em **Paisagem & ambiente**: ensaios, nº 7, p.15-56. São Paulo: FAU/USP.
- _____ (1994). *Paisagismo e paisagem, introduzindo questões*, em: **Paisagem e ambiente**: ensaios, nº 5. São Paulo: FAU/USP.
- McHARG, Ian L. (2000). **Proyectar com la naturaleza** (*Design with nature*, 1969 USA). Barcelona: Ediciones Gustavo Gili.
- MAGNOLI, Miranda (1983). **Espaços livres e urbanização**: uma introdução a aspectos da paisagem metropolitana. Tese (Livre-docência). São Paulo: FAU/USP.
- MARX, Roberto Burle (1987). **Arte e paisagem**: conferências escolhidas. São Paulo: Nobel.
- MONTERO, Marta Iris (2001). **Burle Marx**. Mexico: Ediciones Gustavo Gili.
- NEWTON, Norman (1971). **Design on the land**: the development of landscape architecture. Cambridge: Harvard Press.
- NOVAES, Washington (coord.) (2000). *Agenda 21 brasileira: bases para discussão*. Brasília: MMA/PNUD.
- PAVIANI, Aldo (org.) (1985). **Brasília, ideologia e realidade**: espaço urbano em questão. São Paulo: Projetos Editores Associados Ltda.
- PELLEGRINO, Paulo (2000). *Pode-se planejar a paisagem?* em **Paisagem & ambiente**: ensaios, nº13, p.159-179. São Paulo: FAU/USP.
- PEZESHK, Vênus Sahihi (2005). **Arquitetura paisagística**: o design da nova paisagem urbana. Apostila. Brasília: CREA (DF).
- PROENÇA, Graça (1999). **História da arte**. São Paulo: Editora Ática.
- REIS FILHO, Nestor Goulart (1970). **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A.
- ROBBA, Fabio; MACEDO, Sílvio Soares (2002). **Praças brasileiras**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

- RODRIGUES, Maria da Assunção Pereira (2000). **Potencialidades da permacultura na arquitetura da paisagem no cerrado**: uma contribuição à causa ambiental. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU/ UnB.
- _____ (2001). **História do paisagismo**. Brasília: Escola de Paisagismo de Brasília, mimeo.
- ROMERO, Marta Adriana Bustos (2001). **A arquitetura bioclimática do espaço público**. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- SÁ CARNEIRO, Ana Rita & MESQUITA, Liana (2000). **Espaços livres do Recife**. Recife: UFPE.
- SANTOS, Milton (1996). **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec.
- SEGAWA, Hugo (1996). **Ao amor do público**: jardins no Brasil 1779-1911. São Paulo: Companhia das Letras.
- SILVA, Alexandre Sampaio da (2003). **Arborização urbana de Brasília**: da concepção de Lúcio Costa e da configuração atual. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Brasília: FAU/UnB.
- SIQUEIRA, Vera Beatriz. (2001). **Burle Marx**. São Paulo: Cosac & Naify.
- SPIRN, Anne Whiston (1995). **O jardim de granito**: a natureza no desenho da cidade. São Paulo: Edusp.
- SCHWARTZ, Martha. Disponível em <<http://www.marthaschwartz.com>> (acesso em julho/2005).
- TAMANINI, L. Fernando (2003). **Brasília**: memória da construção. Brasília: Livraria Suspensa.
- TELES, Delayse Maria *et al.* (2003). **Vila Estrutural**: regularização fundiária de assentamentos urbanos. Trabalho apresentado na disciplina Espaço e Meio-Ambiente (PPG-FAU/UnB) ministrada pelos professores Otto Ribbas e Maria do Carmo Bezerra. Brasília: UnB.
- TERRA, Carlos Gonçalves (1996). **O Jardim no Brasil do século XIX**: Glaziou Revisitado. Rio de Janeiro: UFRJ/Escola de Belas Artes.
- TOBEY, George (1973). **A history of landscape architecture**. New York: American Elsevier.
- VASQUEZ, Pedro (1995). **Mestres da fotografia no Brasil**: coleção Gilberto Ferrez. Rio de Janeiro: Centro Cultural Banco do Brasil.
- WILSON, Andrew (2002). **Influential gardeners**. London: Mitchell Beazley.
- ZEVI, Bruno (1996). **Saber ver a arquitetura**. Tradução de Maria Isabel Gaspar e Gaëtan Matins de Oliveira. São Paulo: Martins Fontes.

Documentos de **acesso em meio eletrônico**: fonte de figuras (acessos em jul/2005)

Google Earth ®

<http://deathstar.rutgers.edu/people/dtulloch/pics/projects.html>

<http://icar.poliba.it/storiacontemporanea/seminari/delconte/>

<http://punjab-state.com/photos/chandigarh>

<http://www.angelfire.com/space/letchworth>

http://www.architect.org/gt/gt_photos.html

<http://www.bernhardleitner.com/en/87paris1.html>

<http://www.brazilhousto.org/ingles/brasil.html>

<http://www.cadgis.lsu.edu/>

<http://www.cite-sciences.fr>

<http://www.galinsky.com/buildings/marseille/>

<http://www.indiatravelite.com/chandigarh>

<http://www.memory.coc.gov/ammem/awaed97>

<http://www.usp.br/fau/quapa.html>

<http://www.vitruvius.com.br/arquitextos>

<http://www.vitruvius.com.br/luciocosta>

ANEXO I

Uso de cercas-vivas

Este levantamento observou os espaços livres junto aos edifícios residenciais das 13 superquadras do Setor Sudoeste (a SQSW 300 estava em fase de implantação e não foi considerada). O objetivo básico foi identificar a presença dos elementos vegetais que configuram cercas-vivas no tratamento paisagístico adotado no local. Foi desenvolvida entre os dias 17 e 25 de fevereiro de 2004.

Verificou-se que dos 109 edifícios construídos 96 apresentavam em suas áreas verdes elementos vegetais com destaque para pingo de ouro (*Duranta repens*)⁹⁹ ou fícus benjamim (*Ficus benjamina*). Isso significa 87% do total. Nota-se a presença de cerca-viva mesmo nos blocos mais recentes das novas superquadras.

⁹⁹ De acordo com Lorenzi (1999:1042):

“*Duranta repens* Linn Áurea.

Angiospermae - Família Verbenaceae.

Pingo de ouro, violeteira-dourada, durante, violeteira.

Arbusto lenhoso obtido por trabalhos de seleção hortícola sobre a espécie típica, de 1,0 a 1,5m de altura, de ramagem densa ornamental. Folhas de cor amarelo-dourado, amarelo-ouro, ornamentais e atraentes para pássaros.

Muito utilizado em bordaduras e renques, a pelo sol e mantido quase sempre podado, visando exaltar a coloração dourada da folhagem que diminui quando se desenvolve a meia-sombra. É ótima para trabalhos de topiaria.

Multiplica-se facilmente por estacas, formadas no outono-inverno após a fase de frutificação da planta.”

ANEXO II

SUPERQUADRAS SETOR DE HABITAÇÕES COLETIVAS SUDOESTE (SHCSW)												
SQSW	Blocos											
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
100												
101												
301												
102												
302												
103												
303												
104												
304												
504												
105												
305												
306												

OBS: 13 superquadras visitadas

LEGENDA:

	blocos com cercas-vivas nos jardins
	blocos sem cercas-vivas
	blocos ainda não construídos
	blocos em construção
	blocos que não pertencem à superquadra